



Anais da Assembléia

N. 141

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 26 DE NOVEMBRO DE 1987

ANO XIII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 121.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 1987
QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e José Afonso Júnior.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Afonso Júnior, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pesutti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielise Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (47). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Algaci Túlio, Edmar Luiz Costa, Gernote Kirinus, Irondi Pugliesi, José Felinto, Paulino José Delazeri e Paulo Furiatti (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Eu requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.^o Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal)

Quarenta e cinco Srs. Deputados responderam à chamada nominal.

A Presidência irá proceder a verificação de votação da Ata, atendendo solicitação do Sr. Deputado Pedro Tonelli.

(É procedida a verificação de votação)

Trinta e oito Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita. - Aprovada a ata.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N. 125/87

Curitiba, 26 de novembro de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar a redação dos dispositivos que especifica, da Lei n. 8216, de 31 de dezembro de 1985, que dá disciplinamento ao imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores e fixar, para o exercício de 1988, a base de cálculo do mencionad tributo.

A inclusa cópia autêntica do Ofício n. 1146/87-GAB, firmado pelo Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Fazenda, a mim dirigido nesta data, cujos termos ratifico, contém, de forma detalhada, esclarecimentos quanto a necessidade e oportunidade da medida ora encaminhada ao exame dessa Augusta Assembléia Legislativa.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

Ofício n. 1146/87-GAB

Curitiba, 26 de novembro de 1987.

Senhor Governador:

Encaminho a Vossa Excelência, em anexo, solicitando urgente remessa à Assembléia Legislativa Estadual, anteprojeto de lei introduzindo alterações na Lei n. 8216, de 31 de dezembro de 1985, que criou a nível estadual o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores e fixando, para o exercício de 1988, a base de cálculo

dade de Veículos Automotores e fixando, para o exercício de 1988, a base de cálculo do mencionado tributo.

Mais especificamente as alterações que se pretende dizem respeito à redução das alíquotas de 2% (dois por cento) tratando-se de automóveis de passeio e esporte, bem como camionetas e utilitários e 1% (um por cento) para ônibus, caminhões e motocicletas.

Cabe o esclarecimento de que a redução das alíquotas ao nível proposto decorre de protocolo já aprovado e a ser assinado em breve pelos Estados Federados, na tentativa de uniformizar os critérios de lançamento do IPVA não acarretando diminuição do valor a ser arrecadado, mas sim substancial aumento já que com a tabela em anexo ao anteprojeto se adota valor venal próximo dos valores de mercado.

A tabela em questão, que decorre também do citado protocolo, substitui o critério de cobrança por potência do motor, pelo de marca e modelo, mais justo e compatível com a índole do imposto.

Paralelamente, reduz-se o percentual da multa moratória, aplicável ante a falta de pagamento nos prazos legais, de 100% (cem por cento) para 50% (cinquenta por cento) criando-se um sistema de redução escalonada como incentivo de pagamento, semelhante ao adotado para o ICM.

Altera-se também o termo inicial da correção monetária e dos juros de mora incidentes sobre o imposto e a multa, que passa a ser o do mês do respectivo vencimento e não mais o mês seguinte.

Com as alterações propostas pretende-se restabelecer em parte o potencial de arrecadação do imposto, defasado pela revisão irreal dos valores nos exercícios anteriores, o que, inclusive, redundará em benefício dos próprios municípios que têm nos 50% que lhes são repassados importante fonte de receita tributária.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência os protestos de elevado apreço e real consideração.

(a) LUIZ CARLOS HAULY

Secretário de Estado da Fazenda

PROJETO DE LEI N. 361/87

Art. 1.º - Os artigos 5.º, 10 e o § 2.º do art. 13 da Lei n. 8216, de 31 de dezembro de 1985, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 5.º - As alíquotas do IPVA são:

I - 2% (dois por cento) para os carros de passeio, inclusive de esporte e de corrida, bem como camionetas de uso misto, veículos utilitários, jipes, furgões e camionetas tipo "pick-up";

II - 1% (um por cento) para ônibus, caminhões, motocicletas e triciclos."

"Art. 10 - A falta de pagamento do IPVA, nos prazos regulamentares, sujeita o infrator à multa de 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto não pago.

Parágrafo único - A multa prevista neste artigo será reduzida, observados os seguintes prazos e percentuais:

a). no primeiro dia seguinte ao em que tenha expirado o prazo de pagamento, para 1% (um por cento) do valor do imposto pago;

b). do segundo ao trigésimo dia contados da data indicada na letra anterior, para 10% (dez por cento) do valor do imposto pago,

c). do trigésimo primeiro ao sexagésimo dia contados da data indicada na letra "a", para 20% (vinte por cento) do imposto pago."

"Art. 13. -

§ 1.º -

§ 2.º - Considerar-se-á termo inicial para o cálculo da correção monetária e dos juros de mora:

a) do imposto, o mês em que tenha expirado o prazo de pagamento:

b) da multa:

1). O mês em que tenha expirado o prazo de pagamento do imposto lançado, na hipótese do artigo 10;

2). O mês da intimação do lançamento ao sujeito passivo da obrigação, nas demais hipóteses."

Art. 2.º - No exercício de 1988, a base de cálculo do IPVA prevista no artigo 3.º da Lei n. 8216, de 31 de dezembro de 1985, obedecerá como valor venal:

I. O valor constante do documento de aquisição do veículo, incluído o valor dos opcionais e acessórios, quando se tratar de veículo novo de fabricação nacional;

II. O valor constante dos documentos de importação, acrescidos de todas as despesas aduaneiras, das despesas de frete e de seguros, e do valor dos impostos incidentes, ou do valor da arrematação em leilão oficial, acrescido de todas as despesas debitadas ao arrematante, inclusive tributos incidentes, quando se tratar de veículo importado, não licenciado anteriormente no país;

III. Os valores constantes do anexo I, integrante desta lei, para os demais veículos.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.
- À Diretoria Legislativa.

AUTOMÓVEIS E UTILIDADES NACIONAIS

TABELA DE UNIFORMES - BASE DE CÁLCULO DO IPVA (Item I do artigo 3.º)

EXERCÍCIO 1988

ANO

	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055	2056	2057	2058	2059	2060	2061	2062	2063	2064	2065	2066	2067	2068	2069	2070	2071	2072	2073	2074	2075	2076	2077	2078	2079	2080	2081	2082	2083	2084	2085	2086	2087	2088	2089	2090	2091	2092	2093	2094	2095	2096	2097	2098	2099	2100	2101	2102	2103	2104	2105	2106	2107	2108	2109	2110	2111	2112	2113	2114	2115	2116	2117	2118	2119	2120	2121	2122	2123	2124	2125	2126	2127	2128	2129	2130	2131	2132	2133	2134	2135	2136	2137	2138	2139	2140	2141	2142	2143	2144	2145	2146	2147	2148	2149	2150	2151	2152	2153	2154	2155	2156	2157	2158	2159	2160	2161	2162	2163	2164	2165	2166	2167	2168	2169	2170	2171	2172	2173	2174	2175	2176	2177	2178	2179	2180	2181	2182	2183	2184	2185	2186	2187	2188	2189	2190	2191	2192	2193	2194	2195	2196	2197	2198	2199	2200	2201	2202	2203	2204	2205	2206	2207	2208	2209	2210	2211	2212	2213	2214	2215	2216	2217	2218	2219	2220	2221	2222	2223	2224	2225	2226	2227	2228	2229	2230	2231	2232	2233	2234	2235	2236	2237	2238	2239	2240	2241	2242	2243	2244	2245	2246	2247	2248	2249	2250	2251	2252	2253	2254	2255	2256	2257	2258	2259	2260	2261	2262	2263	2264	2265	2266	2267	2268	2269	2270	2271	2272	2273	2274	2275	2276	2277	2278	2279	2280	2281	2282	2283	2284	2285	2286	2287	2288	2289	2290	2291	2292	2293	2294	2295	2296	2297	2298	2299	2300	2301	2302	2303	2304	2305	2306	2307	2308	2309	2310	2311	2312	2313	2314	2315	2316	2317	2318	2319	2320	2321	2322	2323	2324	2325	2326	2327	2328	2329	2330	2331	2332	2333	2334	2335	2336	2337	2338	2339	2340	2341	2342	2343	2344	2345	2346	2347	2348	2349	2350	2351	2352	2353	2354	2355	2356	2357	2358	2359	2360	2361	2362	2363	2364	2365	2366	2367	2368	2369	2370	2371	2372	2373	2374	2375	2376	2377	2378	2379	2380	2381	2382	2383	2384	2385	2386	2387	2388	2389	2390	2391	2392	2393	2394	2395	2396	2397	2398	2399	2400	2401	2402	2403	2404	2405	2406	2407	2408	2409	2410	2411	2412	2413	2414	2415	2416	2417	2418	2419	2420	2421	2422	2423	2424	2425	2426	2427	2428	2429	2430	2431	2432	2433	2434	2435	2436	2437	2438	2439	2440	2441	2442	2443	2444	2445	2446	2447	2448	2449	2450	2451	2452	2453	2454	2455	2456	2457	2458	2459	2460	2461	2462	2463	2464	2465	2466	2467	2468	2469	2470	2471	2472	2473	2474	2475	2476	2477	2478	2479	2480	2481	2482	2483	2484	2485	2486	2487	2488	2489	2490	2491	2492	2493	2494	2495	2496	2497	2498	2499	2500	2501	2502	2503	2504	2505	2506	2507	2508	2509	2510	2511	2512	2513	2514	2515	2516	2517	2518	2519	2520	2521	2522	2523	2524	2525	2526	2527	2528	2529	2530	2531	2532	2533	2534	2535	2536	2537	2538	2539	2540	2541	2542	2543	2544	2545	2546	2547	2548	2549	2550	2551	2552	2553	2554	2555	2556	2557	2558	2559	2560	2561	2562	2563	2564	2565	2566	2567	2568	2569	2570	2571	2572	2573	2574	2575	2576	2577	2578	2579	2580	2581	2582	2583	2584	2585	2586	2587	2588	2589	2590	2591	2592	2593	2594	2595	2596	2597	2598	2599	2600	2601	2602	2603	2604	2605	2606	2607	2608	2609	2610	2611	2612	2613	2614	2615	2616	2617	2618	2619	2620	2621	2622	2623	2624	2625	2626	2627	2628	2629	2630	2631	2632	2633	2634	2635	2636	2637	2638	2639	2640	2641	2642	2643	2644	2645	2646	2647	2648	2649	2650	2651	2652	2653	2654	2655	2656	2657	2658	2659	2660	2661	2662	2663	2664	2665	2666	2667	2668	2669	2670	2671	2672	2673	2674	2675	2676	2677	2678	2679	2680	2681	2682	2683	2684	2685	2686	2687	2688	2689	2690	2691	2692	2693	2694	2695	2696	2697	2698	2699	2700	2701	2702	2703	2704	2705	2706	2707	2708	2709	2710	2711	2712	2713	2714	2715	2716	2717	2718	2719	2720	2721	2722	2723	2724	2725	2726	2727	2728	2729	2730	2731	2732	2733	2734	2735	2736	2737	2738	2739	2740	2741	2742	2743	2744	2745	2746	2747	2748	2749	2750	2751	2752	2753	2754	2755	2756	2757	2758	2759	2760	2761	2762	2763	2764	2765	2766	2767	2768	2769	2770	2771	2772	2773	2774	2775	2776	2777	2778	2779	2780	2781	2782	2783	2784	2785	2786	2787	2788	2789	2790	2791	2792	2793	2794	2795	2796	2797	2798	2799	2800	2801	2802	2803	2804	2805	2806	2807	2808	2809	2810	2811	2812	2813	2814	2815	2816	2817	2818	2819	2820	2821	2822	2823	2824	2825	2826	2827	2828	2829	2830	2831	2832	2833	2834	2835	2836	2837	2838	2839	2840	2841	2842	2843	2844	2845	2846	2847	2848	2849	2850	2851	2852	2853	2854	2855	2856	2857	2858	2859	2860	2861	2862	2863	2864	2865	2866	2867	2868	2869	2870	2871	2872	2873	2874	2875	2876	2877	2878	2879	2880	2881	2882	2883	2884	2885	2886	2887	2888	2889	2890	2891	2892	2893	2894	2895	2896	2897	2898	2899	2900	2901	2902	2903	2904	2905	2906	2907	2908	2909	2910	2911	2912	2913	2914	2915	2916	2917	2918	2919	2920	2921	2922	2923	2924	2925	2926	2927	2928	2929	2930	2931	2932	2933	2934	2935	2936	2937	2938	2939	2940	2941	2942	2943	2944	2945	2946	2947	2948	2949	2950	2951	2952	2953	2954	2955	2956	2957	2958	2959	2960	2961	2962	2963	2964	2965	2966	2967	2968	2969	2970	2971	2972	2973	2974	2975	2976	2977	2978	2979	2980	2981	2982	2983	2984	2985	2986	2987	2988	2989	2990	2991	2992	2993	2994	2995	2996	2997	2998	2999	3000	3001	3002	3003	3004	3005	3006	3007	3008	3009	3010	3011	3012	3013	3014	3015	3016	3017	3018	3019	3020	3021	3022	3023	3024	3025	3026	3027	3028	3029	3030	3031	3032	3033	3034	3035	3036	3037	3038	3039	3040	3041	3042	3043	3044	3045	3046	3047	3048	3049	3050	3051	3052	3053	3054	3055	3056	3057	3058	3059	3060	3061	3062	3063	3064	3065	3066	3067	3068	3069	3070	3071	3072	3073	3074	3075	3076	3077	3078	3079	3080	3081	3082	3083	3084	3085	3086	3087	3088	3089	3090	3091	3092	3093	3094	3095	3096	3097	3098	3099	3100	3101	3102	3103	3104	3105	3106	3107	3108	3109	3110	3111	3112	3113	3114	3115	3116	3117	3118	3119	3120	3121	3122	3123	3124	3125	3126	3127	3128	3129	3130	3131	3132	3133	3134	3135	3136	3137	3138	3139	3140	3141	3142	3143	3144	3145	3146	3147	3148	3149	3150	3151	3152	3153	3154	3155	3156	3157	3158	3159	3160	3161	3162	3163	3164	3165	3166	3167	3168	3169	3170	3171	3172	3173	3174	3175	3176	3177	3178	3179	3180	3181	3182	3183	3184	3185	3186	3187	3188	3189	3190	3191	3192	3193	3194	3195	3196	3197	3198	3199	3200	3201	3202	3203	3204	3205	3206	3207	3208	3209	3210	3211	3212	3213	3214	3215	3216	3217	3218	3219	3220	3221	3222	3223	3224	3225	3226	3227	3228	3229	3230	3231	3232	3233	3234	3235	3236	3237	3238	3239	3240	3241	3242	3243	3244	3245	3246	3247	3248	3249	3250	3251	3252	3253	3254	3255	3256	3257	3258	3259	3260	3261	3262	3263	3264	3265	3266	3267	3268	3269	3270	3271	3272	3273	3274	3275	3276	3277	3278	3279	3280	3281	3282	3283	3284	3285	3286	3287	3288	3289	3290	3291	3292	3293	3294	3295	3296	3297	3298	3299	3300	3301	3302	3303	3304	3305	3306	3307	3308	3309	3310	3311	3312	3313	3314	3315	3316	3317	3318	3319	3320	3321	3322	3323	3324	3325	3326	3327	3328	3329	3330	3331
--	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

ANEXO

EXERCÍCIO 1988

TABELA DE VALORES - BASE DE CÁLCULO DO IPVA (item I do artigo 3.º)

VEÍCULOS E UTILITÁRIOS NACIONAIS

	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
11 - FIAAT/147 - todos	220.000	187.000	165.000	143.000	121.000	103.000	88.000	77.000	66.000	57.200	48.400	41.000	39.600	38.000	36.000	34.000	32.000	30.000	28.000	26.000	24.000	22.000
12 - FIAAT/SPAZIO - todos	236.000	243.000	214.500	185.900	157.300	134.420	114.400	100.000	85.000	74.300	62.800	57.200	51.400	49.000	47.000	45.000	43.000	41.000	39.000	37.000	35.000	33.000
13 - FIAAT/6001 - todos	319.000	271.500	239.250	207.350	175.450	149.930	127.680	111.630	95.780	82.940	70.180	63.000	57.420	54.800	52.800	50.800	48.800	46.800	44.800	42.800	40.800	38.800
14 - FIAAT/6001 S	385.000	261.000	231.000	200.200	169.400	144.700	123.200	107.800	92.400	80.000	67.600	61.000	55.400	52.800	50.800	48.800	46.800	44.800	42.800	40.800	38.800	36.800
15 - FIAAT/6001 CS	341.000	289.000	255.750	221.650	187.550	160.270	136.430	119.350	102.300	88.660	75.020	68.200	61.380	58.800	56.800	54.800	52.800	50.800	48.800	46.800	44.800	42.800
16 - FIAAT/6001 1.5 B	445.000	378.000	334.125	289.575	245.025	209.385	178.200	155.925	133.650	115.850	98.050	89.100	80.150	77.200	75.200	73.200	71.200	69.200	67.200	65.200	63.200	61.200
17 - FIAAT/6001 SX	379.000	322.575	284.625	246.675	208.725	178.365	151.890	132.025	113.850	98.670	83.490	75.900	68.310	65.800	63.800	61.800	59.800	57.800	55.800	53.800	51.800	49.800
18 - FIAAT/PRENO S - todos	330.000	289.500	272.250	235.950	199.650	170.610	145.200	127.050	108.900	92.400	79.200	72.000	65.200	62.800	60.800	58.800	56.800	54.800	52.800	50.800	48.800	46.800
19 - FIAAT/PRENO CS - todos	363.000	308.550	272.250	235.950	199.650	170.610	145.200	127.050	108.900	92.400	79.200	72.000	65.200	62.800	60.800	58.800	56.800	54.800	52.800	50.800	48.800	46.800
20 - FIAAT/PRENO CS - todos	509.000	432.900	381.975	331.050	284.125	239.371	203.720	178.255	152.790	132.418	112.046	101.674	91.302	88.800	86.800	84.800	82.800	80.800	78.800	76.800	74.800	72.800
21 - FIAAT/PRENO CLS - todos	374.000	317.900	280.500	243.100	205.700	175.780	149.600	130.900	112.200	97.240	82.280	74.800	67.320	64.800	62.800	60.800	58.800	56.800	54.800	52.800	50.800	48.800
22 - FIAAT/VELBA - todos	212.000	180.450	159.225	137.995	116.765	99.781	84.920	74.385	63.850	55.198	46.706	42.460	38.214	36.000	34.000	32.000	30.000	28.000	26.000	24.000	22.000	20.000
23 - FIAAT/PANORAMA C	256.000	217.850	192.225	166.595	140.965	120.461	102.520	89.785	76.890	66.638	56.386	51.260	46.134	44.000	42.000	40.000	38.000	36.000	34.000	32.000	30.000	28.000
24 - FIAAT/PANORAMA - outras	268.000	228.425	210.375	182.325	154.275	131.835	112.200	98.175	84.150	72.930	62.706	56.100	50.490	48.000	46.000	44.000	42.000	40.000	38.000	36.000	34.000	32.000
25 - FIAAT/PICAPE CITY	293.700	249.045	220.275	190.905	161.535	138.030	117.400	102.795	88.110	76.362	64.614	58.740	52.866	50.400	48.400	46.400	44.400	42.400	40.400	38.400	36.400	34.400
26 - FIAAT/PIRGOO FIGURINO	613.000	521.730	460.350	398.700	337.590	288.486	245.520	214.830	184.140	159.588	147.312	135.036	122.760	119.484	117.208	114.932	112.656	110.380	108.104	105.828	103.552	101.276
27 - FIAAT/ALFA ROMEO TI-4711	495.000	420.750	371.250	321.750	272.250	232.650	198.000	173.250	148.500	128.780	108.990	99.000	89.010	79.020	69.030	59.040	49.050	39.060	29.070	19.080	9.090	0.000
28 - FIAAT/ALFA ROMEO - outras	200.000	170.000	150.000	130.000	110.000	94.000	80.000	70.000	60.000	52.000	44.000	40.000	36.000	34.000	32.000	30.000	28.000	26.000	24.000	22.000	20.000	18.000
29 - FIAAT/outras modelos	363.000	308.550	272.250	235.950	199.650	170.610	145.200	127.050	108.900	92.400	79.200	72.000	65.200	62.800	60.800	58.800	56.800	54.800	52.800	50.800	48.800	46.800
30 - FIAAT/outras modelos	297.000	252.450	222.750	193.050	163.350	139.590	118.000	103.950	89.100	77.220	65.340	59.400	53.460	51.000	49.000	47.000	45.000	43.000	41.000	39.000	37.000	35.000
31 - GM/DEVETTE SLE/SE - todos	270.000	229.500	202.500	175.500	148.500	126.900	108.000	94.500	81.000	70.200	58.400	51.600	45.800	43.400	41.400	39.400	37.400	35.400	33.400	31.400	29.400	27.400
32 - GM/DEVETTE - outras	374.000	317.900	280.500	243.100	205.700	175.780	149.600	130.900	112.200	97.240	82.280	74.800	67.320	64.800	62.800	60.800	58.800	56.800	54.800	52.800	50.800	48.800
33 - GM/DEVETTE SLE/SE - todos	319.000	271.150	239.250	207.350	175.450	149.930	127.680	111.630	95.780	82.940	70.180	63.000	57.420	54.800	52.800	50.800	48.800	46.800	44.800	42.800	40.800	38.800
34 - GM/DEVETTE L - todos	290.000	246.500	217.500	188.500	159.500	136.300	116.000	101.500	87.000	75.400	63.800	58.000	52.200	50.000	48.000	46.000	44.000	42.000	40.000	38.000	36.000	34.000
35 - GM/DEVETTE - outras	660.000	561.000	495.000	429.000	363.000	310.200	264.000	231.000	198.000	184.800	171.600	158.400	145.200	132.000	120.000	108.000	96.000	84.000	72.000	60.000	48.000	36.000
36 - GM/DEVETTE SR - todos	660.000	561.000	495.000	429.000	363.000	310.200	264.000	231.000	198.000	184.800	171.600	158.400	145.200	132.000	120.000	108.000	96.000	84.000	72.000	60.000	48.000	36.000
37 - GM/DEVETTE CLASSIC - todos	528.000	448.800	396.000	343.200	290.400	248.160	211.200	184.800	158.400	147.840	137.280	126.720	116.160	105.600	95.040	84.480	73.920	63.360	52.800	42.240	31.680	21.120
38 - GM/DEVETTE SLE - todos	480.000	408.000	360.000	312.000	264.000	225.600	192.000	168.000	144.000	134.400	124.800	115.200	105.600	96.000	86.400	76.800	67.200	57.600	48.000	38.400	28.800	19.200
39 - GM/DEVETTE L - todos	363.000	308.550	272.250	235.950	199.650	170.610	145.200	127.050	108.900	92.400	79.200	72.000	65.200	62.800	60.800	58.800	56.800	54.800	52.800	50.800	48.800	46.800
40 - GM/DEVETTE MATCH - todos	396.000	336.000	297.000	257.400	217.800	188.120	158.400	138.680	118.800	102.900	87.000	79.200	71.400	63.600	55.800	48.000	40.200	32.400	24.600	16.800	9.000	1.200
41 - GM/DEVETTE - outras	451.000	383.350	338.250	293.150	248.050	211.970	184.800	158.400	138.680	126.200	117.200	108.200	99.200	90.200	81.200	72.200	63.200	54.200	45.200	36.200	27.200	18.200
42 - GM/DEVETTE CONQUERO - todos	720.000	626.450	552.750	479.050	405.350	346.370	294.680	257.950	221.100	206.360	191.620	176.880	162.140	147.400	132.660	117.920	103.180	88.440	73.700	58.960	44.220	29.480
43 - GM/DEVETTE DIPLOMATA - todos	440.000	374.000	330.000	286.000	242.000	208.000	178.000	154.000	132.000	123.200	114.400	105.600	96.800	88.000	79.200	70.400	61.600	52.800	44.000	35.200	26.400	17.600
44 - GM/CARAVAN - outras	506.000	430.100	379.500	328.900	278.300	237.700	202.400	177.100	151.800	131.500	121.400	111.300	101.200	91.100	81.000	70.900	60.800	50.700	40.600	30.500	20.400	10.300
45 - GM/CARAVAN CONQUERO - todos	770.000	654.500	577.500	500.500	423.500	346.5																

EXERCÍCIO 1988

TABELA DE VALORES - BASE DE CÁLCULO DO IPIVA (item II do artigo 5.)

MODELO

NOTAS E SIMILARES NACIONAIS

	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055	2056	2057	2058	2059	2060	2061	2062	2063	2064	2065	2066	2067	2068	2069	2070	2071	2072	2073	2074	2075	2076	2077	2078	2079	2080	2081	2082	2083	2084	2085	2086	2087	2088	2089	2090	2091	2092	2093	2094	2095	2096	2097	2098	2099	2100	2101	2102	2103	2104	2105	2106	2107	2108	2109	2110	2111	2112	2113	2114	2115	2116	2117	2118	2119	2120	2121	2122	2123	2124	2125	2126	2127	2128	2129	2130	2131	2132	2133	2134	2135	2136	2137	2138	2139	2140	2141	2142	2143	2144	2145	2146	2147	2148	2149	2150	2151	2152	2153	2154	2155	2156	2157	2158	2159	2160	2161	2162	2163	2164	2165	2166	2167	2168	2169	2170	2171	2172	2173	2174	2175	2176	2177	2178	2179	2180	2181	2182	2183	2184	2185	2186	2187	2188	2189	2190	2191	2192	2193	2194	2195	2196	2197	2198	2199	2200	2201	2202	2203	2204	2205	2206	2207	2208	2209	2210	2211	2212	2213	2214	2215	2216	2217	2218	2219	2220	2221	2222	2223	2224	2225	2226	2227	2228	2229	2230	2231	2232	2233	2234	2235	2236	2237	2238	2239	2240	2241	2242	2243	2244	2245	2246	2247	2248	2249	2250	2251	2252	2253	2254	2255	2256	2257	2258	2259	2260	2261	2262	2263	2264	2265	2266	2267	2268	2269	2270	2271	2272	2273	2274	2275	2276	2277	2278	2279	2280	2281	2282	2283	2284	2285	2286	2287	2288	2289	2290	2291	2292	2293	2294	2295	2296	2297	2298	2299	2300	2301	2302	2303	2304	2305	2306	2307	2308	2309	2310	2311	2312	2313	2314	2315	2316	2317	2318	2319	2320	2321	2322	2323	2324	2325	2326	2327	2328	2329	2330	2331	2332	2333	2334	2335	2336	2337	2338	2339	2340	2341	2342	2343	2344	2345	2346	2347	2348	2349	2350	2351	2352	2353	2354	2355	2356	2357	2358	2359	2360	2361	2362	2363	2364	2365	2366	2367	2368	2369	2370	2371	2372	2373	2374	2375	2376	2377	2378	2379	2380	2381	2382	2383	2384	2385	2386	2387	2388	2389	2390	2391	2392	2393	2394	2395	2396	2397	2398	2399	2400	2401	2402	2403	2404	2405	2406	2407	2408	2409	2410	2411	2412	2413	2414	2415	2416	2417	2418	2419	2420	2421	2422	2423	2424	2425	2426	2427	2428	2429	2430	2431	2432	2433	2434	2435	2436	2437	2438	2439	2440	2441	2442	2443	2444	2445	2446	2447	2448	2449	2450	2451	2452	2453	2454	2455	2456	2457	2458	2459	2460	2461	2462	2463	2464	2465	2466	2467	2468	2469	2470	2471	2472	2473	2474	2475	2476	2477	2478	2479	2480	2481	2482	2483	2484	2485	2486	2487	2488	2489	2490	2491	2492	2493	2494	2495	2496	2497	2498	2499	2500	2501	2502	2503	2504	2505	2506	2507	2508	2509	2510	2511	2512	2513	2514	2515	2516	2517	2518	2519	2520	2521	2522	2523	2524	2525	2526	2527	2528	2529	2530	2531	2532	2533	2534	2535	2536	2537	2538	2539	2540	2541	2542	2543	2544	2545	2546	2547	2548	2549	2550	2551	2552	2553	2554	2555	2556	2557	2558	2559	2560	2561	2562	2563	2564	2565	2566	2567	2568	2569	2570	2571	2572	2573	2574	2575	2576	2577	2578	2579	2580	2581	2582	2583	2584	2585	2586	2587	2588	2589	2590	2591	2592	2593	2594	2595	2596	2597	2598	2599	2600	2601	2602	2603	2604	2605	2606	2607	2608	2609	2610	2611	2612	2613	2614	2615	2616	2617	2618	2619	2620	2621	2622	2623	2624	2625	2626	2627	2628	2629	2630	2631	2632	2633	2634	2635	2636	2637	2638	2639	2640	2641	2642	2643	2644	2645	2646	2647	2648	2649	2650	2651	2652	2653	2654	2655	2656	2657	2658	2659	2660	2661	2662	2663	2664	2665	2666	2667	2668	2669	2670	2671	2672	2673	2674	2675	2676	2677	2678	2679	2680	2681	2682	2683	2684	2685	2686	2687	2688	2689	2690	2691	2692	2693	2694	2695	2696	2697	2698	2699	2700	2701	2702	2703	2704	2705	2706	2707	2708	2709	2710	2711	2712	2713	2714	2715	2716	2717	2718	2719	2720	2721	2722	2723	2724	2725	2726	2727	2728	2729	2730	2731	2732	2733	2734	2735	2736	2737	2738	2739	2740	2741	2742	2743	2744	2745	2746	2747	2748	2749	2750	2751	2752	2753	2754	2755	2756	2757	2758	2759	2760	2761	2762	2763	2764	2765	2766	2767	2768	2769	2770	2771	2772	2773	2774	2775	2776	2777	2778	2779	2780	2781	2782	2783	2784	2785	2786	2787	2788	2789	2790	2791	2792	2793	2794	2795	2796	2797	2798	2799	2800	2801	2802	2803	2804	2805	2806	2807	2808	2809	2810	2811	2812	2813	2814	2815	2816	2817	2818	2819	2820	2821	2822	2823	2824	2825	2826	2827	2828	2829	2830	2831	2832	2833	2834	2835	2836	2837	2838	2839	2840	2841	2842	2843	2844	2845	2846	2847	2848	2849	2850	2851	2852	2853	2854	2855	2856	2857	2858	2859	2860	2861	2862	2863	2864	2865	2866	2867	2868	2869	2870	2871	2872	2873	2874	2875	2876	2877	2878	2879	2880	2881	2882	2883	2884	2885	2886	2887	2888	2889	2890	2891	2892	2893	2894	2895	2896	2897	2898	2899	2900	2901	2902	2903	2904	2905	2906	2907	2908	2909	2910	2911	2912	2913	2914	2915	2916	2917	2918	2919	2920	2921	2922	2923	2924	2925	2926	2927	2928	2929	2930	2931	2932	2933	2934	2935	2936	2937	2938	2939	2940	2941	2942	2943	2944	2945	2946	2947	2948	2949	2950	2951	2952	2953	2954	2955	2956	2957	2958	2959	2960	2961	2962	2963	2964	2965	2966	2967	2968	2969	2970	2971	2972	2973	2974	2975	2976	2977	2978	2979	2980	2981	2982	2983	2984	2985	2986	2987	2988	2989	2990	2991	2992	2993	2994	2995	2996	2997	2998	2999	3000	3001	3002	3003	3004	3005	3006	3007	3008	3009	3010	3011	3012	3013	3014	3015	3016	3017	3018	3019	3020	3021	3022	3023	3024	3025	3026	3027	3028	3029	3030	3031	3032	3033	3034	3035	3036	3037	3038	3039	3040	3041	3042	3043	3044	3045	3046	3047	3048	3049	3050	3051	3052	3053	3054	3055	3056	3057	3058	3059	3060	3061	3062	3063	3064	3065	3066	3067	3068	3069	3070	3071	3072	3073	3074	3075	3076	3077	3078	3079	3080	3081	3082	3083	3084	3085	3086	3087	3088	3089	3
--	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	---

[illegible]

AS: DESCREVENDO OS VALORES CORRESPONDENTES AOS MODELOS NAO FABRICADOS NOS RESPECTIVOS ANOS.

	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
SCANIA/112 ES - todos	144.223	168.433	176.423	192.403	208.403	224.403	240.403	256.403	272.403	288.403	304.403	320.403	336.403	352.403	368.403
SCANIA/112 ES - todos	512.403	569.403	626.403	683.403	740.403	797.403	854.403	911.403	968.403	1.025.403	1.082.403	1.139.403	1.196.403	1.253.403	1.310.403
SCANIA/112 ES - todos	691.358	768.208	845.058	921.908	998.758	1.075.608	1.152.458	1.229.308	1.306.158	1.383.008	1.459.858	1.536.708	1.613.558	1.690.408	1.767.258
SCANIA/112 ES - todos	812.888	889.738	966.588	1.043.438	1.120.288	1.197.138	1.273.988	1.350.838	1.427.688	1.504.538	1.581.388	1.658.238	1.735.088	1.811.938	1.888.788
SCANIA/112 ES - todos	752.708	830.558	908.408	986.258	1.064.108	1.141.958	1.219.808	1.297.658	1.375.508	1.453.358	1.531.208	1.609.058	1.686.908	1.764.758	1.842.608
SCANIA/112 ES - todos	535.508	595.408	655.308	715.208	775.108	835.008	894.908	954.808	1.014.708	1.074.608	1.134.508	1.194.408	1.254.308	1.314.208	1.374.108
SCANIA/112 ES - todos	719.108	799.408	879.708	959.908	1.039.208	1.118.508	1.197.808	1.277.108	1.356.408	1.435.708	1.515.008	1.594.308	1.673.608	1.752.908	1.832.208
SCANIA/112 ES - todos	581.408	646.008	710.608	775.208	839.808	904.408	969.008	1.033.608	1.098.208	1.162.808	1.227.408	1.292.008	1.356.608	1.421.208	1.485.808
SCANIA/112 ES - todos	765.008	850.008	935.008	1.020.008	1.105.008	1.190.008	1.275.008	1.360.008	1.445.008	1.530.008	1.615.008	1.700.008	1.785.008	1.870.008	1.955.008
SCANIA/112 ES - todos	486.008	540.008	594.008	648.008	702.008	756.008	810.008	864.008	918.008	972.008	1.026.008	1.080.008	1.134.008	1.188.008	1.242.008
SCANIA/112 ES - todos	367.268	408.008	448.748	489.488	530.228	570.968	611.708	652.448	693.188	733.928	774.668	815.408	856.148	896.888	937.628
SCANIA/112 ES - todos	504.968	561.008	617.048	673.088	729.128	785.168	841.208	897.248	953.288	1.009.328	1.065.368	1.121.408	1.177.448	1.233.488	1.289.528
SCANIA/112 ES - todos	557.168	619.008	680.948	742.888	804.828	866.768	928.708	990.648	1.052.588	1.114.528	1.176.468	1.238.408	1.300.348	1.362.288	1.424.228
SCANIA/112 ES - todos	729.008	809.408	889.808	969.208	1.049.608	1.129.008	1.208.408	1.287.808	1.367.208	1.446.608	1.526.008	1.605.408	1.684.808	1.764.208	1.843.608
SCANIA/112 ES - todos	351.008	390.008	429.008	468.008	507.008	546.008	585.008	624.008	663.008	702.008	741.008	780.008	819.008	858.008	897.008
SCANIA/112 ES - todos	459.008	510.008	561.008	612.008	663.008	714.008	765.008	816.008	867.008	918.008	969.008	1.020.008	1.071.008	1.122.008	1.173.008
SCANIA/112 ES - todos	234.008	268.008	286.008	312.008	338.008	364.008	390.008	416.008	442.008	468.008	494.008	520.008	546.008	572.008	598.008
SCANIA/112 ES - todos	144.008	168.008	176.008	192.008	208.008	224.008	240.008	256.008	272.008	288.008	304.008	320.008	336.008	352.008	368.008
SCANIA/112 ES - todos	198.968	221.008	243.008	265.008	287.008	309.008	331.008	353.008	375.008	397.008	419.008	441.008	463.008	485.008	507.008
SCANIA/112 ES - todos	306.008	340.008	366.008	392.008	418.008	444.008	470.008	496.008	522.008	548.008	574.008	600.008	626.008	652.008	678.008
SCANIA/112 ES - todos	275.408	306.008	336.608	367.208	397.808	428.408	459.008	489.608	520.208	550.808	581.408	612.008	642.608	673.208	703.808
SCANIA/112 ES - todos	351.008	390.008	429.008	468.008	507.008	546.008	585.008	624.008	663.008	702.008	741.008	780.008	819.008	858.008	897.008
SCANIA/112 ES - todos	459.008	510.008	561.008	612.008	663.008	714.008	765.008	816.008	867.008	918.008	969.008	1.020.008	1.071.008	1.122.008	1.173.008
SCANIA/112 ES - todos	234.008	268.008	286.008	312.008	338.008	364.008	390.008	416.008	442.008	468.008	494.008	520.008	546.008	572.008	598.008
SCANIA/112 ES - todos	144.008	168.008	176.008	192.008	208.008	224.008	240.008	256.008	272.008	288.008	304.008	320.008	336.008	352.008	368.008
SCANIA/112 ES - todos	198.968	221.008	243.008	265.008	287.008	309.008	331.008	353.008	375.008	397.008	419.008	441.008	463.008	485.008	507.008
SCANIA/112 ES - todos	306.008	340.008	366.008	392.008	418.008	444.008	470.008	496.008	522.008	548.008	574.008	600.008	626.008	652.008	678.008
SCANIA/112 ES - todos	275.408	306.008	336.608	367.208	397.808	428.408	459.008	489.608	520.208	550.808	581.408	612.008	642.608	673.208	703.808
SCANIA/112 ES - todos	351.008	390.008	429.008	468.008	507.008	546.008	585.008	624.008	663.008	702.008	741.008	780.008	819.008	858.008	897.008
SCANIA/112 ES - todos	459.008	510.008	561.008	612.008	663.008	714.008	765.008	816.008	867.008	918.008	969.008	1.020.008	1.071.008	1.122.008	1.173.008
SCANIA/112 ES - todos	234.008	268.008	286.008	312.008	338.008	364.008	390.008	416.008	442.008	468.008	494.008	520.008	546.008	572.008	598.008
SCANIA/112 ES - todos	144.008	168.008	176.008	192.008	208.008	224.008	240.008	256.008	272.008	288.008	304.008	320.008	336.008	352.008	368.008
SCANIA/112 ES - todos	198.968	221.008	243.008	265.008	287.008	309.008	331.008	353.008	375.008	397.008	419.008	441.008	463.008	485.008	507.008
SCANIA/112 ES - todos	306.008	340.008	366.008	392.008	418.008	444.008	470.008	496.008	522.008	548.008	574.008	600.008	626.008	652.008	678.008
SCANIA/112 ES - todos	275.408	306.008	336.608	367.208	397.808	428.408	459.008	489.608	520.208	550.808	581.408	612.008	642.608	673.208	703.808
SCANIA/112 ES - todos	351.008	390.008	429.008	468.008	507.008	546.008	585.008	624.008	663.008	702.008	741.008	780.008	819.008	858.008	897.008
SCANIA/112 ES - todos	459.008	510.008	561.008	612.008	663.008	714.008	765.008	816.008	867.008	918.008	969.008	1.020.008	1.071.008	1.122.008	1.173.008
SCANIA/112 ES - todos	234.008	268.008	286.008	312.008	338.008	364.008	390.008	416.008	442.008	468.008	494.008	520.008	546.008	572.008	598.008
SCANIA/112 ES - todos	144.008	168.008	176.008	192.008	208.008	224.008	240.008	256.008	272.008	288.008	304.008	320.008	336.008	352.008	368.008
SCANIA/112 ES - todos	198.968	221.008	243.008	265.008	287.008	309.008	331.008	353.008	375.008	397.008	419.008	441.008	463.008	485.008	507.008
SCANIA/112 ES - todos	306.008	340.008	366.008	392.008	418.008	444.008	470.008	496.008	522.008	548.008	574.008	600.008	626.008	652.008	678.008
SCANIA/112 ES - todos	275.408	306.008	336.608	367.208	397.808	428.408	459.008	489.608	520.208	550.808	581.408	612.008	642.608	673.208	703.808
SCANIA/112 ES - todos	351.008	390.008	429.008	468.008	507.008	546.008	585.008	624.008	663.008	702.008	741.008	780.008	819.008	858.008	897.008
SCANIA/112 ES - todos	459.008	510.008	561.008	612.008	663.008	714.008	765.008	816.008	867.008	918.008	969.008	1.020.008	1.071.008	1.122.008	1.173.008
SCANIA/112 ES - todos	234.008	268.008	286.008	312.008	338.008	364.008	390.008	416.008	442.008	468.008	494.008	520.008	546.008	572.008	598.008
SCANIA/112 ES - todos	144.008	168.008	176.008	192.008	208.008	224.008	240.008	256.008	272.008	288.008	304.008	320.008	336.008	352.008	368.008
SCANIA/112 ES - todos	198.968	221.008	243.008	265.008	287.008	309.008	331.008	353.008	375.008	397.008	419.008	441.008	463.008	485.008	507.008
SCANIA/112 ES - todos	306.008	340.008	366.008	392.008	418.008	444.008	470.008	496.008	522.008	548.008	574.008	600.008	626.008	652.008	678.008
SCANIA/112 ES - todos	275.408	306.008	336.608	367.208	397.808	428.408	459.008	489.608	520.208	550.808	581.408	612.008	642.608	673.208	703.808
SCANIA/112 ES - todos	351.008	390.008	429.008	468.008	507.008	546.008	585.008	624.008	663.008	702.008	741.008	780.008	819.008	858.008	897.008
SCANIA/112 ES - todos	459.008	510.008	561.008	612.008	663.008	714.008	765.008	816.008	867.008	918.008	969.008	1.020.008	1.071.008	1.122.008	1.173.008
SCANIA/112 ES - todos	234.008	268.008	286.008	312.008	338.008	364.008	390.008	416.008	442.008	468.008	494.008	520.008	546.008	572.008	598.008
SCANIA/112 ES - todos	144.008	168.008	176.008	192.008	208.008	224.008	240.008	256.008	272.008	288.008	304.008	320.008	336.008	352.008	368.008
SCANIA/112 ES - todos	198.968	221.008	243.008	265.008	287.008	309.008	331.008	353.008	375.008	397.008	419.008	441.008	463.008	485.008	507.008
SCANIA/112 ES - todos	306.008	340.008	366.008	392.008	418.008	444.008	470.008	496.008	522.008	548.008	574.008	600.008	626.008	652.008	678.008
SCANIA/112 ES - todos	275.408	306.008	336.608	367.208	397.808	428.408	459.008	489.608	520.208	550.808	581.408	612.008	642.608	673.208	703.808
SCANIA/112 ES - todos	351.008	390.008	429.008	468.008	507.008	546.008	585.008	624.008	663.008	702.008	741.008	780.008	819.008	858.008	897.008
SCANIA/112 ES - todos	459.008	510.008	561.008	612.008	663.008	714.008	765.008	816.008	867.008	918.008	969.008	1.020.008	1.071.008	1.122.008	1.173.008
SCANIA/112 ES - todos	234.008	268.008	286.008	312.008	338.008	364.008	390.008	416.008	442.008	468.008	494.008	520.008	546.008	572.008	598.008
SCANIA/112 ES - todos	144.008	168.008	176.008												

UNIMOTORES NACIONAIS

TABELA DE VALORES - BASE DE CALCULO DO IPVA (item 11 do artigo 5.º)

CALCULO 1988

ANEXO

	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055	2056	2057	2058	2059	2060	2061	2062	2063	2064	2065	2066	2067	2068	2069	2070	2071	2072	2073	2074	2075	2076	2077	2078	2079	2080	2081	2082	2083	2084	2085	2086	2087	2088	2089	2090	2091	2092	2093	2094	2095	2096	2097	2098	2099	2100	2101	2102	2103	2104	2105	2106	2107	2108	2109	2110	2111	2112	2113	2114	2115	2116	2117	2118	2119	2120	2121	2122	2123	2124	2125	2126	2127	2128	2129	2130	2131	2132	2133	2134	2135	2136	2137	2138	2139	2140	2141	2142	2143	2144	2145	2146	2147	2148	2149	2150	2151	2152	2153	2154	2155	2156	2157	2158	2159	2160	2161	2162	2163	2164	2165	2166	2167	2168	2169	2170	2171	2172	2173	2174	2175	2176	2177	2178	2179	2180	2181	2182	2183	2184	2185	2186	2187	2188	2189	2190	2191	2192	2193	2194	2195	2196	2197	2198	2199	2200	2201	2202	2203	2204	2205	2206	2207	2208	2209	2210	2211	2212	2213	2214	2215	2216	2217	2218	2219	2220	2221	2222	2223	2224	2225	2226	2227	2228	2229	2230	2231	2232	2233	2234	2235	2236	2237	2238	2239	2240	2241	2242	2243	2244	2245	2246	2247	2248	2249	2250	2251	2252	2253	2254	2255	2256	2257	2258	2259	2260	2261	2262	2263	2264	2265	2266	2267	2268	2269	2270	2271	2272	2273	2274	2275	2276	2277	2278	2279	2280	2281	2282	2283	2284	2285	2286	2287	2288	2289	2290	2291	2292	2293	2294	2295	2296	2297	2298	2299	2300	2301	2302	2303	2304	2305	2306	2307	2308	2309	2310	2311	2312	2313	2314	2315	2316	2317	2318	2319	2320	2321	2322	2323	2324	2325	2326	2327	2328	2329	2330	2331	2332	2333	2334	2335	2336	2337	2338	2339	2340	2341	2342	2343	2344	2345	2346	2347	2348	2349	2350	2351	2352	2353	2354	2355	2356	2357	2358	2359	2360	2361	2362	2363	2364	2365	2366	2367	2368	2369	2370	2371	2372	2373	2374	2375	2376	2377	2378	2379	2380	2381	2382	2383	2384	2385	2386	2387	2388	2389	2390	2391	2392	2393	2394	2395	2396	2397	2398	2399	2400	2401	2402	2403	2404	2405	2406	2407	2408	2409	2410	2411	2412	2413	2414	2415	2416	2417	2418	2419	2420	2421	2422	2423	2424	2425	2426	2427	2428	2429	2430	2431	2432	2433	2434	2435	2436	2437	2438	2439	2440	2441	2442	2443	2444	2445	2446	2447	2448	2449	2450	2451	2452	2453	2454	2455	2456	2457	2458	2459	2460	2461	2462	2463	2464	2465	2466	2467	2468	2469	2470	2471	2472	2473	2474	2475	2476	2477	2478	2479	2480	2481	2482	2483	2484	2485	2486	2487	2488	2489	2490	2491	2492	2493	2494	2495	2496	2497	2498	2499	2500	2501	2502	2503	2504	2505	2506	2507	2508	2509	2510	2511	2512	2513	2514	2515	2516	2517	2518	2519	2520	2521	2522	2523	2524	2525	2526	2527	2528	2529	2530	2531	2532	2533	2534	2535	2536	2537	2538	2539	2540	2541	2542	2543	2544	2545	2546	2547	2548	2549	2550	2551	2552	2553	2554	2555	2556	2557	2558	2559	2560	2561	2562	2563	2564	2565	2566	2567	2568	2569	2570	2571	2572	2573	2574	2575	2576	2577	2578	2579	2580	2581	2582	2583	2584	2585	2586	2587	2588	2589	2590	2591	2592	2593	2594	2595	2596	2597	2598	2599	2600	2601	2602	2603	2604	2605	2606	2607	2608	2609	2610	2611	2612	2613	2614	2615	2616	2617	2618	2619	2620	2621	2622	2623	2624	2625	2626	2627	2628	2629	2630	2631	2632	2633	2634	2635	2636	2637	2638	2639	2640	2641	2642	2643	2644	2645	2646	2647	2648	2649	2650	2651	2652	2653	2654	2655	2656	2657	2658	2659	2660	2661	2662	2663	2664	2665	2666	2667	2668	2669	2670	2671	2672	2673	2674	2675	2676	2677	2678	2679	2680	2681	2682	2683	2684	2685	2686	2687	2688	2689	2690	2691	2692	2693	2694	2695	2696	2697	2698	2699	2700	2701	2702	2703	2704	2705	2706	2707	2708	2709	2710	2711	2712	2713	2714	2715	2716	2717	2718	2719	2720	2721	2722	2723	2724	2725	2726	2727	2728	2729	2730	2731	2732	2733	2734	2735	2736	2737	2738	2739	2740	2741	2742	2743	2744	2745	2746	2747	2748	2749	2750	2751	2752	2753	2754	2755	2756	2757	2758	2759	2760	2761	2762	2763	2764	2765	2766	2767	2768	2769	2770	2771	2772	2773	2774	2775	2776	2777	2778	2779	2780	2781	2782	2783	2784	2785	2786	2787	2788	2789	2790	2791	2792	2793	2794	2795	2796	2797	2798	2799	2800	2801	2802	2803	2804	2805	2806	2807	2808	2809	2810	2811	2812	2813	2814	2815	2816	2817	2818	2819	2820	2821	2822	2823	2824	2825	2826	2827	2828	2829	2830	2831	2832	2833	2834	2835	2836	2837	2838	2839	2840	2841	2842	2843	2844	2845	2846	2847	2848	2849	2850	2851	2852	2853	2854	2855	2856	2857	2858	2859	2860	2861	2862	2863	2864	2865	2866	2867	2868	2869	2870	2871	2872	2873	2874	2875	2876	2877	2878	2879	2880	2881	2882	2883	2884	2885	2886	2887	2888	2889	2890	2891	2892	2893	2894	2895	2896	2897	2898	2899	2900	2901	2902	2903	2904	2905	2906	2907	2908	2909	2910	2911	2912	2913	2914	2915	2916	2917	2918	2919	2920	2921	2922	2923	2924	2925	2926	2927	2928	2929	2930	2931	2932	2933	2934	2935	2936	2937	2938	2939	2940	2941	2942	2943	2944	2945	2946	2947	2948	2949	2950	2951	2952	2953	2954	2955	2956	2957	2958	2959	2960	2961	2962	2963	2964	2965	2966	2967	2968	2969	2970	2971	2972	2973	2974	2975	2976	2977	2978	2979	2980	2981	2982	2983	2984	2985	2986	2987	2988	2989	2990	2991	2992	2993	2994	2995	2996	2997	2998	2999	3000	3001	3002	3003	3004	3005	3006	3007	3008	3009	3010	3011	3012	3013	3014	3015	3016	3017	3018	3019	3020	3021	3022	3023	3024	3025	3026	3027	3028	3029	3030	3031	3032	3033	3034	3035	3036	3037	3038	3039	3040	3041	3042	3043	3044	3045	3046	3047	3048	3049	3050	3051	3052	3053	3054	3055	3056	3057	3058	3059	3060	3061	3062	3063	3064	3065	3066	3067	3068	3069	3070	3071	3072	3073	3074	3075	3076	3077	3078	3079	3080	3081	3082	3083	3084	3085	3086	3087	3088	3089	3090	3091	3092	3093	3094	3095	3096	3097	3098	3099	3100	3101	3102	3103	3104	3105	3106	3107	3108	3109	3110	3111	3112	3113	3114	3115	3116	3117	3118	3119	3120	3121	3122	3123	3124	3125	3126	3127	3128	3129	3130	3131	3132	3133	3134	3135	3136	3137	3138	3139	3140	3141	3142	3143	3144	3145	3146	3147	3148	3149	3150	3151	3152	3153	3154	3155	3156	3157	3158	3159	3160	3161	3162	3163	3164	3165	3166	3167	3168	3169	3170	3171	3172	3173	3174	3175	3176	3177	3178	3179	3180	3181	3182	3183	3184	3185	3186	3187	3188	3189	3190	3191	3192	3193	3194	3195	3196	3197	3198	3199	3200	3201	3202	3203	3204	3205	3206	3207	3208	3209	3210	3211	3212	3213	3214	3215	3216	3217	3218	3219	3220	3221	3222	3223	3224	3225	3226	3227	3228	3229	3230	3231	3232	3233	3234	3235	3236	3237	3238	3239	3240	3241	3242	3243	3244	3245	3246	3247	3248	3249	3250	3251	3252	3253	3254	3255	3256	3257	3258	3259	3260	3261	3262	3263	3264	3265	3266	3267	3268	3269	3270	3271	3272	3273	3274	3275	3276	3277	3278	3279	3280	3281	3282	3283	3284	3285	3286	3287	3288	3289	3290	3291	3292	3293	3294	3295	3296	3297	3298	3299	3300	3301	3302	3303	3304	3305	3306	3307	3308	3309	3310	3311	3312	3313	3314	3315	3316	3317	3318	3319	332
--	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	-----

UNION/MICRO NACIONAIS

TABELA DE VALORES - BASE DE CALCULO DO IPVA (item 11 do artigo 5.)

EXERCÍCIO 1988

ANEXO

	1987	1986	1985	1984	1983	1982	1981	1980	1979	1978	1977	1976	1975	1974	1973
1000/0/8-20 E 4-2	1.492.000	1.240.550	1.112.250	963.950	815.650	697.810	593.200	519.050	444.900	415.240	382.580	355.920	326.260	296.600	266.940
1000/0/8-10 A 4-2	1.735.000	1.474.750	1.301.250	1.127.750	954.250	815.450	694.000	607.250	529.500	485.940	451.100	416.400	381.740	347.080	312.340
1000/0/8-10 M 4-2	2.780.000	2.363.000	2.085.000	1.807.000	1.529.000	1.266.000	1.112.000	973.000	834.000	778.400	722.800	667.200	611.600	556.000	500.400
1000/0/OUTROS MODELOS	1.500.000	1.275.000	1.125.000	975.000	825.000	705.000	600.000	525.000	450.000	420.000	370.000	339.000	309.000	279.000	249.000
1000/0/OUTROS MODELOS	1.735.000	1.474.750	1.301.250	1.127.750	954.250	815.450	694.000	607.250	529.500	485.940	451.100	416.400	381.740	347.080	312.340
1000/0/OUTROS MODELOS	2.234.000	1.898.000	1.675.500	1.452.100	1.228.700	1.049.900	893.600	781.900	676.200	625.520	580.840	536.160	491.480	446.800	402.120
1000/0/OUTROS MODELOS	1.091.000	927.350	818.250	709.150	600.050	512.770	436.400	381.850	327.300	305.480	283.660	261.840	240.020	218.200	196.380
1000/0/OUTROS MODELOS	2.000.000	1.700.000	1.500.000	1.300.000	1.100.000	940.000	800.000	700.000	600.000	500.000	420.000	360.000	300.000	240.000	180.000
1000/0/OUTROS MODELOS	740.000	620.000	555.000	481.000	407.000	347.800	296.000	259.000	222.000	207.200	192.400	177.600	162.800	148.000	133.200
1000/0/OUTROS MODELOS	648.000	550.000	486.000	421.200	356.400	304.500	259.200	226.800	194.400	181.440	168.480	155.520	142.560	129.600	116.640
1000/0/OUTROS MODELOS	948.000	804.000	709.500	614.900	520.300	441.020	378.400	331.100	283.800	264.800	245.960	227.040	208.120	189.200	170.280
1000/0/OUTROS MODELOS	1.009.000	908.000	801.750	694.800	587.950	502.430	427.000	374.150	320.700	299.320	277.940	256.560	235.180	213.800	192.420
1000/0/OUTROS MODELOS	1.819.000	1.546.150	1.364.250	1.182.350	1.000.450	854.900	727.000	636.650	545.700	509.320	472.940	436.560	400.180	363.800	327.420
1000/0/OUTROS MODELOS	2.123.000	1.804.550	1.592.250	1.379.950	1.167.650	997.810	849.200	743.950	636.900	594.440	551.980	509.520	467.060	424.600	382.140
1000/0/OUTROS MODELOS	2.449.000	2.081.650	1.836.750	1.591.850	1.346.950	1.151.030	979.000	857.150	734.700	685.720	636.740	587.760	538.780	489.800	440.820
1000/0/OUTROS MODELOS	2.228.000	1.893.000	1.671.000	1.448.200	1.225.400	1.047.100	891.200	779.000	668.400	623.840	579.280	534.720	490.160	445.600	401.040
1000/0/OUTROS MODELOS	3.111.000	2.644.350	2.333.250	2.022.150	1.711.050	1.462.170	1.244.400	1.068.050	933.300	871.080	808.860	746.640	684.420	622.200	559.980
1000/0/OUTROS MODELOS	3.726.000	3.168.000	2.796.000	2.423.200	2.050.400	1.752.160	1.491.200	1.304.000	1.118.400	1.043.840	969.280	894.720	820.160	745.600	671.040
1000/0/OUTROS MODELOS	4.257.000	3.618.450	3.192.750	2.767.050	2.341.350	2.000.790	1.702.000	1.489.750	1.277.100	1.191.940	1.106.820	1.021.660	936.540	851.400	766.260
1000/0/OUTROS MODELOS	2.000.000	1.700.000	1.500.000	1.300.000	1.100.000	940.000	800.000	700.000	600.000	500.000	420.000	360.000	300.000	240.000	180.000
1000/0/OUTROS MODELOS	2.500.000	2.125.000	1.875.000	1.625.000	1.375.000	1.175.000	1.000.000	875.000	750.000	700.000	650.000	600.000	550.000	500.000	450.000
1000/0/OUTROS MODELOS	2.500.000	2.125.000	1.875.000	1.625.000	1.375.000	1.175.000	1.000.000	875.000	750.000	700.000	650.000	600.000	550.000	500.000	450.000
1000/0/OUTROS MODELOS	2.500.000	2.125.000	1.875.000	1.625.000	1.375.000	1.175.000	1.000.000	875.000	750.000	700.000	650.000	600.000	550.000	500.000	450.000
1000/0/OUTROS MODELOS	2.500.000	2.125.000	1.875.000	1.625.000	1.375.000	1.175.000	1.000.000	875.000	750.000	700.000	650.000	600.000	550.000	500.000	450.000
1000/0/OUTROS MODELOS	2.500.000	2.125.000	1.875.000	1.625.000	1.375.000	1.175.000	1.000.000	875.000	750.000	700.000	650.000	600.000	550.000	500.000	450.000
1000/0/OUTROS MODELOS	2.500.000	2.125.000	1.875.000	1.625.000	1.375.000	1.175.000	1.000.000	875.000	750.000	700.000	650.000	600.000	550.000	500.000	450.000
1000/0/OUTROS MODELOS	2.500.000	2.125.000	1.875.000	1.625.000	1.375.000	1.175.000	1.000.000	875.000	750.000	700.000	650.000	600.000	550.000	500.000	450.000
1000/0/OUTROS MODELOS	2.500.000	2.125.000	1.875.000	1.625.000	1.375.000	1.175.000	1.000.000	875.000	750.000	700.000	650.000	600.000	550.000	500.000	450.000
1000/0/OUTROS MODELOS	2.500.000	2.125.000	1.875.000	1.625.000	1.375.000	1.175.000	1.000.000	875.000	750.000	700.000	650.000	600.000	550.000	500.000	450.000
1000/0/OUTROS MODELOS	2.500.000	2.125.000	1.875.000	1.625.000	1.375.000	1.175.000	1.000.000	875.000	750.000	700.000	650.000	600.000	550.000	500.000	450.000
1000/0/OUTROS MODELOS	2.500.000	2.125.000	1.875.000	1.625.000	1.375.000	1.175.000	1.000.000	875.000	750.000	700.000	650.000	600.000	550.000	500.000	450.000
1000/0/OUTROS MODELOS	2.500.000	2.125.000	1.875.000	1.625.000	1.375.000	1.175.000	1.000.000	875.000	750.000	700.000	650.000	600.000	550.000	500.000	450.000
1000/0/OUTROS MODELOS	2.500.000	2.125.000	1.875.000	1.625.000	1.375.000	1.175.000	1.000.000	875.000	750.000	700.000	650.000	600.000	550.000	500.000	450.000
1000/0/OUTROS MODELOS	2.500.000	2.125.000	1.875.000	1.625.000	1.375.000	1.175.000	1.000.000	875.000	750.000	700.000	650.000	600.000	550.000	500.000	450.000
1000/0/OUTROS MODELOS	2.500.000	2.125.000	1.875.000	1.625.000	1.375.000	1.175.000	1.000.000	875.000	750.000	700.000	650.000	600.000	550.000	500.000	450.000
1000/0/OUTROS MODELOS	2.500.000	2.125.000	1.875.000	1.625.000	1.375.000	1.175.000	1.000.000	875.000	750.000	700.000	650.000	600.000	550.000	500.000	450.000
1000/0/OUTROS MODELOS	2.500.000	2.125.000	1.875.000	1.625.000	1.375.000	1.175.000	1.000.000	875.000	750.000	700.000	650.000	600.000	550.000	500.000	450.000
1000/0/OUTROS MODELOS	2.500.000	2.125.000	1.875.000	1.625.000	1.375.000	1.175.000	1.000.000	875.000	750.000	700.000	650.000	600.000	550.000	500.000	450.000
1000/0/OUTROS MODELOS	2.500.000	2.125.000	1.875.000	1.625.000	1.375.000	1.175.000	1.000.000	875.000	750.000	700.000	650.000	600.000	550.000	500.000	450.000
1000/0/OUTROS MODELOS	2.500.000	2.125.000	1.875.000	1.625.000	1.375.000	1.175.000	1.000.000	875.000	750.000	700.000	650.000	600.000	550.000	500.000	450.000
1000/0/OUTROS MODELOS	2.500.000	2.125.000	1.875.000	1.625.000	1.375.000	1.175.000	1.000.000	875.000	750.000	700.000	650.000	600.000	550.000	500.000	450.000
1000/0/OUTROS MODELOS	2.500.000	2.125.000	1.875.000	1.625.000	1.375.000	1.175.000	1.000.000	875.000	750.000	700.000	650.000	600.000	550.000	500.000	450.000
1000/0/OUTROS MODELOS	2.500.000	2.125.000	1.875.000	1.625.000	1.375.000	1.175.000	1.000.000	875.000	750.000	700.000	650.000	600.000	550.000	500.000	450.000
1000/0/OUTROS MODELOS	2.500.000	2.125.000	1.875.000	1.625.000	1.375.000	1.175.000	1.000.000	875.000	750.000	700.000	650.000	600.000	550.000	500.000	450.000
1000/0/OUTROS MODELOS	2.500.000	2.125.000	1.875.000	1.625.000	1.375.000										

ANEXO
EXERCÍCIO 1988
TABELA DE VALORES - BASE DE CÁLCULO DO IPIVA (item I do artigo 5.) AUTOMÓVEIS/UTILITÁRIOS ESTRANGEIROS

	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055	2056	2057	2058	2059	2060	2061	2062	2063	2064	2065	2066	2067	2068	2069	2070	2071	2072	2073	2074	2075	2076	2077	2078	2079	2080	2081	2082	2083	2084	2085	2086	2087	2088	2089	2090	2091	2092	2093	2094	2095	2096	2097	2098	2099	2100	2101	2102	2103	2104	2105	2106	2107	2108	2109	2110	2111	2112	2113	2114	2115	2116	2117	2118	2119	2120	2121	2122	2123	2124	2125	2126	2127	2128	2129	2130	2131	2132	2133	2134	2135	2136	2137	2138	2139	2140	2141	2142	2143	2144	2145	2146	2147	2148	2149	2150	2151	2152	2153	2154	2155	2156	2157	2158	2159	2160	2161	2162	2163	2164	2165	2166	2167	2168	2169	2170	2171	2172	2173	2174	2175	2176	2177	2178	2179	2180	2181	2182	2183	2184	2185	2186	2187	2188	2189	2190	2191	2192	2193	2194	2195	2196	2197	2198	2199	2200	2201	2202	2203	2204	2205	2206	2207	2208	2209	2210	2211	2212	2213	2214	2215	2216	2217	2218	2219	2220	2221	2222	2223	2224	2225	2226	2227	2228	2229	2230	2231	2232	2233	2234	2235	2236	2237	2238	2239	2240	2241	2242	2243	2244	2245	2246	2247	2248	2249	2250	2251	2252	2253	2254	2255	2256	2257	2258	2259	2260	2261	2262	2263	2264	2265	2266	2267	2268	2269	2270	2271	2272	2273	2274	2275	2276	2277	2278	2279	2280	2281	2282	2283	2284	2285	2286	2287	2288	2289	2290	2291	2292	2293	2294	2295	2296	2297	2298	2299	2300	2301	2302	2303	2304	2305	2306	2307	2308	2309	2310	2311	2312	2313	2314	2315	2316	2317	2318	2319	2320	2321	2322	2323	2324	2325	2326	2327	2328	2329	2330	2331	2332	2333	2334	2335	2336	2337	2338	2339	2340	2341	2342	2343	2344	2345	2346	2347	2348	2349	2350	2351	2352	2353	2354	2355	2356	2357	2358	2359	2360	2361	2362	2363	2364	2365	2366	2367	2368	2369	2370	2371	2372	2373	2374	2375	2376	2377	2378	2379	2380	2381	2382	2383	2384	2385	2386	2387	2388	2389	2390	2391	2392	2393	2394	2395	2396	2397	2398	2399	2400	2401	2402	2403	2404	2405	2406	2407	2408	2409	2410	2411	2412	2413	2414	2415	2416	2417	2418	2419	2420	2421	2422	2423	2424	2425	2426	2427	2428	2429	2430	2431	2432	2433	2434	2435	2436	2437	2438	2439	2440	2441	2442	2443	2444	2445	2446	2447	2448	2449	2450	2451	2452	2453	2454	2455	2456	2457	2458	2459	2460	2461	2462	2463	2464	2465	2466	2467	2468	2469	2470	2471	2472	2473	2474	2475	2476	2477	2478	2479	2480	2481	2482	2483	2484	2485	2486	2487	2488	2489	2490	2491	2492	2493	2494	2495	2496	2497	2498	2499	2500	2501	2502	2503	2504	2505	2506	2507	2508	2509	2510	2511	2512	2513	2514	2515	2516	2517	2518	2519	2520	2521	2522	2523	2524	2525	2526	2527	2528	2529	2530	2531	2532	2533	2534	2535	2536	2537	2538	2539	2540	2541	2542	2543	2544	2545	2546	2547	2548	2549	2550	2551	2552	2553	2554	2555	2556	2557	2558	2559	2560	2561	2562	2563	2564	2565	2566	2567	2568	2569	2570	2571	2572	2573	2574	2575	2576	2577	2578	2579	2580	2581	2582	2583	2584	2585	2586	2587	2588	2589	2590	2591	2592	2593	2594	2595	2596	2597	2598	2599	2600	2601	2602	2603	2604	2605	2606	2607	2608	2609	2610	2611	2612	2613	2614	2615	2616	2617	2618	2619	2620	2621	2622	2623	2624	2625	2626	2627	2628	2629	2630	2631	2632	2633	2634	2635	2636	2637	2638	2639	2640	2641	2642	2643	2644	2645	2646	2647	2648	2649	2650	2651	2652	2653	2654	2655	2656	2657	2658	2659	2660	2661	2662	2663	2664	2665	2666	2667	2668	2669	2670	2671	2672	2673	2674	2675	2676	2677	2678	2679	2680	2681	2682	2683	2684	2685	2686	2687	2688	2689	2690	2691	2692	2693	2694	2695	2696	2697	2698	2699	2700	2701	2702	2703	2704	2705	2706	2707	2708	2709	2710	2711	2712	2713	2714	2715	2716	2717	2718	2719	2720	2721	2722	2723	2724	2725	2726	2727	2728	2729	2730	2731	2732	2733	2734	2735	2736	2737	2738	2739	2740	2741	2742	2743	2744	2745	2746	2747	2748	2749	2750	2751	2752	2753	2754	2755	2756	2757	2758	2759	2760	2761	2762	2763	2764	2765	2766	2767	2768	2769	2770	2771	2772	2773	2774	2775	2776	2777	2778	2779	2780	2781	2782	2783	2784	2785	2786	2787	2788	2789	2790	2791	2792	2793	2794	2795	2796	2797	2798	2799	2800	2801	2802	2803	2804	2805	2806	2807	2808	2809	2810	2811	2812	2813	2814	2815	2816	2817	2818	2819	2820	2821	2822	2823	2824	2825	2826	2827	2828	2829	2830	2831	2832	2833	2834	2835	2836	2837	2838	2839	2840	2841	2842	2843	2844	2845	2846	2847	2848	2849	2850	2851	2852	2853	2854	2855	2856	2857	2858	2859	2860	2861	2862	2863	2864	2865	2866	2867	2868	2869	2870	2871	2872	2873	2874	2875	2876	2877	2878	2879	2880	2881	2882	2883	2884	2885	2886	2887	2888	2889	2890	2891	2892	2893	2894	2895	2896	2897	2898	2899	2900	2901	2902	2903	2904	2905	2906	2907	2908	2909	2910	2911	2912	2913	2914	2915	2916	2917	2918	2919	2920	2921	2922	2923	2924	2925	2926	2927	2928	2929	2930	2931	2932	2933	2934	2935	2936	2937	2938	2939	2940	2941	2942	2943	2944	2945	2946	2947	2948	2949	2950	2951	2952	2953	2954	2955	2956	2957	2958	2959	2960	2961	2962	2963	2964	2965	2966	2967	2968	2969	2970	2971	2972	2973	2974	2975	2976	2977	2978	2979	2980	2981	2982	2983	2984	2985	2986	2987	2988	2989	2990	2991	2992	2993	2994	2995	2996	2997	2998	2999	3000	3001	3002	3003	3004	3005	3006	3007	3008	3009	3010	3011	3012	3013	3014	3015	3016	3017	3018	3019	3020	3021	3022	3023	3024	3025	3026	3027	3028	3029	3030	3031	3032	3033	3034	3035	3036	3037	3038	3039	3040	3041	3042	3043	3044	3045	3046	3047	3048	3049	3050	3051	3052	3053	3054	3055	3056	3057	3058	3059	3060	3061	3062	3063	3064	3065	3066	3067	3068	3069	3070	3071	3072	3073	3074	3075	3076	3077	3078	3079	3080	3081	3082	3083	3084	3085	3086	3087	3088	3089	3090	3091	3092	3093	3094	3095	3096	3097	3098	3099	3100	3101	3102	3103	3104	3105	3106	3107	3108	3109	3110	3111	3112	3113	3114	3115	3116	3117	3118	3119	3120	3121	3122	3123	3124	3125	3126	3127	3128	3129	3130	3131	3132	3133	3134	3135	3136	3137	3138	3139	3140	3141	3142	3143	3144	3145	3146	3147	3148	3149	3150	3151	3152	3153	3154	3155	3156	3157	3158	3159	3160	3161	3162	3163	3164	3165	3166	3167	3168	3169	3170	3171	3172	3173	3174	3175	3176	3177	3178	3179	3180	3181	3182	3183	3184	3185	3186	3187	3188	3189	3190	3191	3192	3193	3194	3195	3196	3197	3198	3199	3200	3201	3202	3203	3204	3205	3206	3207	3208	3209	3210	3211	3212	3213	3214	3215	3216	3217	3218	3219	3220	3221	3222	3223	3224	3225	3226	3227	3228	3229	3230	3231	3232	3233	3234	3235	3236	3237	3238	3239	3240	3241	3242	3243	3244	3245	3246	3247	3248	3249	3250	3251	3252	3253	3254	3255	3256	3257	3258	3259	3260	3261	3262	3263	3264	3265	3266	3267	3268	3269	3270	3271	3272	3273	3274	3275	3276	3277	3278	3279	3280	3281	3282	3283	3284	3285	3286	3287	3288	3289	3290	3291	3292	3293	3294	3295	3296	3297	3298	3299	3300	3301	3302	3303	3304	3305	3306	3307	3308	3309	3310	3311	3312	3313	3314	3315	3316	3317	3318	3319	3320	3321	3322	3323	3324	3325	3326	3327	3328	3329	3330	3331	3332	3333	3334	3335	3336	3337	33
--	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	----

TABELA DE VALORES - BASE DE CÁLCULO DO IPIVA (item I do artigo 3.) AUTOMÓVEIS/UTILITÁRIOS ESTRANGEIROS

EXERCÍCIO 1980

ANO

ANO	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983
FIAT - todos	1.144.000	1.040.000	935.000	832.000	720.000	624.000	520.000	460.000	416.000	361.000	312.000	260.000
FERRARI - todos	2.602.000	1.870.000	1.630.000	1.455.000	1.274.000	1.092.000	916.000	819.000	728.000	637.000	546.000	455.000
JAGUAR - todos	1.306.000	1.200.000	1.134.000	1.008.000	882.000	756.000	630.000	507.000	384.000	261.000	138.000	252.000
MERCEDES - todos	2.090.000	1.900.000	1.710.000	1.520.000	1.330.000	1.140.000	950.000	855.000	760.000	665.000	570.000	475.000
ROLLS-ROYCE - todos	2.178.000	1.900.000	1.782.000	1.584.000	1.386.000	1.188.000	990.000	891.000	792.000	693.000	594.000	495.000
OUTRAS MARCAS - todos	633.000	576.000	518.000	460.000	403.000	345.000	288.000	239.000	190.000	141.000	92.000	115.000

ANEXO	EXERCÍCIO 1992	TABELA DE VALORES - BASE DE CÁLCULO DO IPVA (Item 11 do artigo 5.º)										OMNIBUS E CAMINHÕES ESTANDEÁRIOS			
1	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
2	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
3	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
4	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
5	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
6	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
7	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
8	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
9	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
10	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
11	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
12	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
13	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
14	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
15	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
16	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
17	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
18	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
19	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
20	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
21	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
22	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
23	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
24	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
25	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
26	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
27	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
28	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
29	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
30	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
31	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
32	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
33	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
34	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
35	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
36	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
37	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
38	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
39	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
40	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
41	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
42	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
43	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
44	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
45	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
46	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
47	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
48	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
49	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
50	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
51	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
52	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
53	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
54	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
55	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
56	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
57	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
58	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
59	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
60	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
61	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
62	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
63	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
64	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
65	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
66	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
67	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
68	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
69	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
70	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
71	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
72	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
73	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
74	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
75	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
76	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
77	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
78	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
79	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
80	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
81	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
82	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
83	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
84	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
85	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
86	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
87	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
88	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
89	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
90	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
91	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
92	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
93	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
94	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
95	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
96	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
97	1987	19													

EXERCÍCIO 1988	FAULA DE VALORES - BASE DE CÁLCULO DO IPVA (item II do artigo 3.)												OBJEITOS E CONTINÜES ESTRONGEIRUS			
	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
PARCELA/MODELO																
VALORES AS INICIALS E NOUELOS	830.000	700.000	604.000	600.000	532.000	456.000	380.000	342.000	304.000	266.000	230.000	190.000	152.000			

MENSAGEM N. 126/87

Curitiba, 26 de novembro de 1987.
Senhor Presidente.

Em atendimento à Mensagem n. 123, de 23 de novembro corrente, tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência suas prezadas providências no sentido de que seja alterado o texto do anteprojeto de lei que acompanha a Mensagem supra mencionada, para nele serem incluídas as seguintes modificações:

1º) que o artigo 13, passe a ser designado por artigo 16;

2º) que sejam incluídos três artigos com os textos seguintes:

Art. 13. A tabela de escalonamento vertical estabelecida pelo artigo 118 da Lei n. 6.417/73, modificada pela Lei n. 6839, de 22 de dezembro de 1976, n. 7540, de 08 de dezembro de 1981, n. 7637, de 10 de setembro de 1982, n. 8218, de 06 de janeiro de 1986 e n. 8298, de 08 de maio de 1986, fica parcialmente alterada, passando a vigorar, com os índices a seguir fixados:

IV. PRAÇAS ESPECIAIS

Alunos de 3º Ano - EFO 328
Aluno de 1º e 2º Ano - EFO 269

V. PRAÇAS

2º Sargento 432
3º Sargento 400
Cabo 370
Soldado de 1ª Classe 328
Soldado de 2ª Classe 269

Art. 14 - Fica incluído no artigo 89 da Lei n. 6.417/73, o inciso 4, com a seguinte redação:

"4". Gratificação pelo exercício de função com risco de vida.

Art. 15 - Ficam revogados o artigo 33 e seu Parágrafo Único, da Lei n. 6.417, de 03 de julho de 1973 e os artigos 3º e 4º da Lei n. 8290, de 07 de maio de 1986.

3º) que no Anexo I, Tabela I, seja modificado o valor do soldo do posto de Coronel, da Polícia Militar, para Cz\$ 26.511,08 (vinte e seis mil, quinhentos e onze cruzados e oito centavos).

A matéria que se pretende regular na lei de fixação de vencimentos dos funcionários deste Estado, diz respeito a algumas situações verificadas na legislação de pessoal civil e militar, cujo interesse em corrigir foi manifestado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Assim, na forma aqui proposta, haverá necessidade de ajustar-se à realidade salarial do momento, através uma revisão nos índices da fixação de vencimentos de algumas categorias de praças, como aluno, 2º

Sargento, 3º Sargento, Cabo, Soldado de 1ª e 2ª Classes; a inclusão do artigo 14, possibilitará, aos policiais militares, na inatividade, perceberem a vantagem em referência; o artigo 15, objetiva revogar o dispositivo do Código de Vencimentos Militares que atribui diárias ao policial-militar em serviço de duração continuada, quando distante de qualquer organização policial que lhe possa fornecer alimentação e, o mesmo artigo 15, revoga um dispositivo de lei que trata da transposição de integrantes da Carreira de Agente de Segurança, para a de Detetive, no âmbito da Polícia Civil.

Certo de que essa Colenda Casa acatará as providências aqui solicitadas e dará a sua necessária aprovação, reitero a Vossa Excelência a expressão da minha elevada estima e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

Ofício:

OFÍCIO

Sob o n. 189/87, do Senhor Governador do Estado, conforme autorização solicitada e aprovada por este Poder ele comunica aos ilustres Pares o seu afastamento do País com destino ao Canadá, no período compreendido entre 28 de novembro a 5 de dezembro de 1987, para em várias cidades daquele País, tratar de assuntos do mais alto interesse para a economia do Estado do Paraná.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 312/87, que propõe o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Dr. Paulo Carneiro Ribeiro.

Sala das Sessões, em 26.11.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, Regime de Urgência para os Projetos:

1) - Projeto de Lei n. 305/87 - que retifica o artigo 1º da Lei n. 7522, de 17.11.81, para que dele conste o imóvel da rua 13 de maio, que será transferido ao patrimônio da COHAPAR e, em consequência, que o da rua Barão de Antonina seja doado à ASSOCIAÇÃO DO DEFICIENTE MOTOR, doação

esta para finalidade certa e com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade;

2) - Projeto de Lei n. 350/87 - que visa majorar, a partir de 1º de janeiro de 1988, os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e a função gratificada dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas, inclusive Auditores e Procuradores, membros da Magistratura, do Ministério Público e o soldo dos integrantes da Polícia Militar do Estado;

3) - Projeto de Lei n. 352/87 - que objetiva reestruturar o Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada, composto de cargos de provimento efetivo e em comissão;

4) - Projeto de Lei n. 353/87 - que reestrutura o quadro de pessoal do Tribunal de Justiça, composto de cargos de provimento efetivo e em comissão (alterando a Lei n. 7547, de 10.12.81).

5) - Projeto de Lei Complementar n. 351/87 - que objetiva alterar a redação dos incisos IV e V, do artigo 84, das subseções IV e V do capítulo II e dos arts. 88 e 89 da Lei Complementar n. 14, de 26.05.82, com suas alterações posteriores na forma que especifica, em conformidade com o que dispõe o art. 105 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 26.11.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, Regime de Urgência para os Projetos de Resolução ns. 88/87 e 89/87, que tratam de convênios celebrados entre o Poder Executivo e vários municípios do Estado, destinados a programas da área de segurança pública.

Sala das Sessões, em 26.11.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 262/87, que autoriza o Poder Executivo a pagar as taxas de energia elétrica, água e esgoto a todos os estabelecimentos de Ensino Público Estaduais e Municipais.

Sala das Sessões, em 26.11.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após

ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 292/87, de sua autoria, que denomina a estrada que liga os municípios da Lapa a Campo Tenente, PR-427, de Darci Borges da Silveira.

Sala das Sessões, em 26.11.87.

(a) PAULO FURIATTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei Complementar n. 86/87.

Sala das Sessões, em 26.11.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 353/87.

Sala das Sessões, em 26.11.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, a realização de uma Sessão Extraordinária no próximo dia 30, às 10:00 horas para apreciação de matérias com tramitação na Casa.

Sala das Sessões, em 26.11.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do PMDB

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, Preferência de Discussão e Votação, para os projetos:

1) - Projeto de Lei n. 352/86 - que reestrutura o quadro de pessoal do Tribunal de Alçada, composto de cargos de provimento efetivo e em comissão;

2) - Projeto de Lei n. 353/87 - que reestrutura o quadro de pessoal do Tribunal de Justiça, composto de cargos de provimento efetivo e em comissão (alterando a Lei n. 7547, de 10 de dezembro de 1981);

3) - Projeto de Lei n. 350/87 - que visa majorar os vencimentos a partir de 1º de janeiro de 1988, dos quadros de pessoal dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, inclusive auditores e procuradores, membros da magistratura, do ministério público e soldo dos integrantes da polícia militar do estado;

4) - Projeto de Lei Complementar n. 351/87 - que objetiva alterar a redação dos incisos IV e V, do art. 84, das subseções IV e V do capítulo II e dos Arts, 88 e 89 da Lei Complementar n. 14, de 26.05.82, com suas alterações posteriores na forma que especifica, em conformidade com o que dispõe o art. 105 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 26.11.87.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a autorização de licença aos Excelentíssimos Senhores Governador e vice-Governador do Estado a ausentarem-se do País, de 1º de janeiro de 1988 até o início da 2ª Sessão Legislativa, da 11ª Legislatura, mediante comunicação escrita à Comissão Executiva deste Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 26.11.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do PMDB.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a dispensa da Discussão e Votação da Redação Final dos projetos que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação aprovados em 3ª Discussão, de acordo com o disposto no § único do art. 58 do Regimento Interno, acrescido pela Resolução n. 116/86.

Sala das Sessões, em 26.11.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Manoel de Lima, ocorrido no último dia 23.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26.11.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 66 anos de idade, faleceu, no último dia 23, o Senhor Manoel de Lima, membro de tradicional família da região de Mandirituba e Quitandinha, deixando viúva Dona Olívia e os filhos Sueli, Celso e Salete.

O passamento do Senhor Manoel de Lima

veio abrir enorme lacuna no seio da família bem como em todo o seu grande círculo de amigos.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná sente-se no dever de associar-se à dor que abalou a família Lima, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, registro em Ata de voto de congratulações pelo transcurso do aniversário de emancipação política e administrativa do Município de Dois Vizinhos, no próximo dia 28 de novembro.

Sala das Sessões, em 26.11.87.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Desmembrado do território de Pato Branco pela Lei n. 4.245, de 25 de julho de 1960, esse Ato Governamental foi o pleito de reconhecimento do Estado do Paraná ao povo daquela área, a qual, privilegiada geograficamente, sempre comprovou suas qualidades pelo trabalho dos que a ocuparam e mantêm-se fiéis aos colonizadores. E um povo que, bem liderado por pioneiros corajosos e que se politizaram facilmente, vem se mostrando altivo e consciente da importância do seu papel social, econômico e político em toda a Região Sudoeste do Paraná, fazendo-se credor da homenagem ora requerida e que, temos certeza, será outorgada pelos ilustres Membros da Assembléia Legislativa do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro em Ata de voto de congratulações pelo transcurso do aniversário de emancipação política e administrativa do Município de Renascença, a 29 de novembro.

Sala das Sessões, em 26.11.87.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Renascença, desmembrado do território de Clevelândia, além de parte da área de Pato Branco, pela Lei n. 4.245, de 25 de julho de 1960, recebeu essa outorga na mesma ocasião em que outros importantes distritos da área eram reconhecidos com magnífico potencial de autonomia, expresso pela produção e participação econômica no Sudoeste do Paraná.

A partir do Ato Governamental, o trabalho de sua gente justificou a medida, mantendo os seus índices de participação

econômica e participando da vida política sudoestina com o ardor que tem revelado seu espírito empreendedor.

Justifica-se portanto, o pedido ora feito, que esperamos seja acolhido simpaticamente pelos Pares desta Assembleia Legislativa, aprovando-o pela merecida unanimidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro de voto de congratulações pelo transcurso do aniversário de emancipação política e administrativa do município de Santa Izabel do Oeste, comemorado a 29 de novembro.

Sala das Sessões, em 26.11.87.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

O município de Santa Izabel do Oeste, depois de sua emancipação pela Lei nº 4.788, de 29 de novembro de 1964, desmembrado do território de Ampère e Realeza, vem demonstrando, através dos anos, a razão dos seus moradores pioneiros em reivindicar a autonomia administrativa. Projetou-se como importante comuna no Sudoeste do Paraná, somando sua elevada produção agropecuária aos notáveis números registrados pelo Sudoeste do Paraná na economia do Estado.

Justo, pois, o reconhecimento ora requerido que esperamos seja aprovado por unanimidade pelos membros deste Legislativo Estadual, com a aprovação unânime do presente requerimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro em Ata de voto de congratulações pelo transcurso do aniversário de emancipação política e administrativa do município de Ampère, 28 de novembro.

Sala das Sessões, em 26.11.87.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

O município de Ampère desmembrou-se do território de Santo Antônio do Sudoeste pela Lei nº 4.348, de 11 de abril de 1961. Toda a história da emancipação desse Município se baseia no espírito corajoso do seu povo, calcado no trabalho que sempre realizou, fazendo por merecer o reconhecimento dos nobres membros do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, o registro em Ata de voto de congratulações pelo transcurso do aniversário de emancipação política e administrativa do município de Mariópolis, 28 de novembro.

Sala das Sessões, em 26.11.87.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Desmembrado do território de Clevelândia pela Lei nº 4.245, de 25 de julho de 1960, o município de Mariópolis foi instalado no dia 28 de novembro de 1961, depois de uma luta política de seus líderes, apoiados pelas lideranças sudoestinas na política estadual. Até os dias atuais, o município de Mariópolis luta numa busca incessante da sua autonomia econômica e o seu povo, honrando as lideranças pioneiras, têm se mantido energeticamente no trabalho da produção e da produtividade, merecendo o estímulo materializado no reconhecimento dos nobres Deputados Estaduais.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro em Ata de voto de congratulações pelo transcurso do aniversário de emancipação política e administrativa do município de Vitorino, 29 de novembro.

Sala das Sessões, em 26.11.87.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Como outras localidades sudoestinas, Vitorino emancipou-se de Clevelândia pela Lei nº 4.245, de 25 de julho de 1960. Foi o atendimento de velha reivindicação do seu povo, conquistada pelo potencial que sempre demonstrou de efetiva participação na economia do Sudoeste do Paraná. Pela luta que seu povo continua mantendo em busca do seu pleno desenvolvimento, merece o reconhecimento do Poder Legislativo do Paraná, que esperamos seja materializado pela aprovação do presente pedido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje de voto de congratulações à população de São Mateus do Sul e de São João do Triunfo, pela inauguração de Rodovia Prefeito João Batista Distéfano - PR-151, trecho São Mateus do Sul a São João do Triunfo.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência aos Senhores Prefeitos e vice-Prefeitos e a todos os Vereadores de São Mateus do Sul e São João do Triunfo, para que transmitam a toda a

população o teor deste.

Sala das Sessões, em 26.11.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Não poderia deixar de registrar nos Anais deste Poder Legislativo a importância incontestável para a região, a inauguração do asfaltamento da Rodovia Prefeito João Batista Distéfano - PR-151, trecho São Mateus do Sul a São João do Triunfo, cuja rodovia liga definitivamente o município de Palmeira e os grandes centros, beneficiando uma região que foi relegada pelos governos anteriores, sendo inúmeros e até mesmo incontáveis os grandes e históricos exemplos que os governos José Richa-João Elísio deram e darão ao povo do Paraná.

Obra iniciada no Governo José Richa, teve continuidade com João Elísio e agora concluída e inaugurada pelo Governador Álvaro Dias.

Toda a população dos municípios de São Mateus do Sul e São João do Triunfo, durante as festividades de inauguração, manifestaram o reconhecimento ao trabalho do ex-Governador José Richa pela coerência, seu desprendimento e visão das questões relacionadas com o problema do homem do interior, refletiram e traduziram a opinião unânime do povo da região, inclusive ao seu sucessor Doutor João Elísio, bem como ao Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Dias, que deu continuidade às obras, bem como presidiu o ato de inauguração na tarde de ontem.

O sucesso de empreitadas como essa, nos anima a afirmar que, por certo, haveremos de caminhar juntos, povo e governo, em outros empreendimentos que o Paraná alcançará para assegurar um futuro mais promissor para nossos filhos.

É possível sentir e viver as transformações de governo democrático, preocupado e comprometido com as mudanças que está a promover, sempre contando com o apoio e a participação do povo de todo o Estado.

Hoje, toda a população daquela região está em festa, exultante de alegria pela conquista de mais uma importante ligação asfáltica que certamente reativará o progresso e a qualidade de vida daquela população eminentemente trabalhadora.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, registro em Ata de voto de congratulações pelo transcurso do aniversário de emancipação política e administrativa do município de Pérola do Oeste, a 27 de novembro.

Sala das Sessões, em 26.11.87.

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

O município de Pérola do Oeste desmembrou-se do de Capanema pela Lei nº 4.348, de 11 de abril de 1961, sendo instalado a 27 de novembro do mesmo ano. Uma antiga luta dos moradores do antigo Distrito que, corajosamente, enfrentaram todos os rigores da falta de recursos financeiros iniciais, confiando no potencial da localidade, plenamente reconhecido pelas autoridades.

Sua população merece o reconhecimento e as congratulações pela maneira ativa como vem laborando para colocar o Município entre os grandes da Região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à Mesa da Assembleia a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão de votos de louvor e congratulações aos alunos abaixo especificados, do Curso de Arquitetura da Universidade Federal do Paraná, pela conquista dos três primeiros lugares do concurso Baumer de Arquitetura Hospitalar, realizado paralelamente ao 1º Encontro Latino-Americano "A Cidade e a Saúde", organizado pelo Instituto de Arquitetura do Brasil e com os Professores orientadores dos mesmos.

Os alunos do Curso de Arquitetura: Mara Palludo e Adriane Belik, conquistaram o primeiro lugar no concurso; o segundo: Sophia Ruaro, Silmara Pimpão e William Sade Júnior; e, o terceiro José Vicente Lopes e Ricardo Oliveira. Os mesmos concorreram com 38 estudantes de onze Faculdades de Arquitetura de todo o País e foram orientados pelos Professores Elgson Ribeiro Gomes, Joel Ramalho Júnior, Carlos Emiliano de França e Alfred Willer.

A homenagem prestada com este voto do Legislativo Estadual justifica-se pela necessidade de incentivo a alunos e professores que lutam para levantar e valorizar o ensino brasileiro, fruto de um sistema que nega a educação à maioria do nosso povo para privilegiar a minoria.

REQUER, ainda, uma vez aprovada a presente proposição, seja da mesma dado conhecimento ao Senhor Reitor da Universidade Federal do Paraná, ao Diretor da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Paraná, ao Senhor Secretário de Estado da Educação e ao Centro Acadêmico dos Alunos de Arquitetura da Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 26.11.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso

de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão de votos de louvor e congratulações às emissoras de televisão que, em cadeia, transmitiram a programação especial alusiva ao "Dia Nacional de Ação de Graças", e Bradesco, que patrocinou o mesmo.

Num momento de dificuldades atravessado pela Nação brasileira, a apresentação de uma programação especial do nível da de hoje, que enseja o revigoramento das esperanças e propicia ao homem condições de antever que nem tudo está perdido e ainda existe, na geração em formação, perspectivas de futuro para o Brasil, razão pela qual, promoções como essa devem ser valorizadas e exaltadas para que sirvam de exemplo e voltem a se repetir.

REQUER, ainda, uma vez aprovada a presente proposição, seja da mesma dado conhecimento à Direção Geral do Bradesco no Paraná, e às emissoras de Televisão: Canal 12, Canal 6, Canal 4 e Canal 2.

Sala das Sessões, em 26.11.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Dias, solicitando medidas que resultem na obrigatoriedade de contratação de deficientes físicos pelas empresas e órgãos públicos. Reconhecidamente, os deficientes físicos representam um contingente de mão-de-obra de grande sensibilidade e que, embora sem grande agilidade física, está perfeitamente apta a exercer funções burocráticas, as quais não envolvam suas deficiências.

Outrossim, REQUER, ainda, que se dê ciência da decisão da Casa à Associação dos Deficientes Físicos do Paraná, na pessoa de seu dinâmico Presidente Antônio Andreguetto.

Sala das Sessões, em 26.11.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Álvaro Fernandes Dias, no sentido de que seja autorizado a instalação da sede da Ferro-Oeste, no município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 26.11.87.

(a) DAVID CHERIEGATE.

JUSTIFICATIVA:

A Ferro-Oeste, empresa que irá admi-

nistrar as obras de construção da Ferrovia que interligará o Estado do Paraná - através de Cascavel e Guaíra - ao Estado do Mato Grosso, deve ter sua sede instalada no município que possua infra-estrutura, além de posição geográfica, como o município de Cascavel.

A AMOP e a ACAMOP, além da CACIOPAR, já se manifestaram favoráveis a esta proposição, em virtude desta tese estar unindo todas as lideranças da nossa região, justificando a decisão do Senhor Governador, ao autorizar o sedimento da empresa em nossa cidade, Cascavel.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Superintendente do DAC-Departamento da Aeronáutica Civil, solicitando a extensão da linha do voo 674/675, da Rio Sul a Pato Branco-PR.

Sala das Sessões, em 26.11.87.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO.

JUSTIFICATIVA:

Há dois anos a "Rio Sul" cancelou a extensão a Pato Branco-PR, da linha dos voos 674/675 que, ainda hoje, fazem a rota "Curitiba-Guarapuava-Cascavel-Foz do Iguaçu", sob o pretexto de ser deficitária.

Como em todos os segmentos da atividade econômica, este depende da iniciativa das agências de turismo.

Hoje, Pato Branco é servida, neste segmento, pela CASATUR, que de imediato, faria agenciamento.

A inclusão que gestionamos, acresceria somente 100 km à rota, menos de trinta minutos.

Em contrapartida, essa escala possibilitará que as Regiões Sudoeste do Paraná e Noroeste de Santa Catarina, de grande potencial econômico, com uma população superior a 700.000 habitantes, através da sua cidade-pólo, Pato Branco, se interliguem com o Oeste do Estado (Cascavel), com Curitiba, ou Foz do Iguaçu, e dali para o restante do Brasil, por conexões, atendendo, assim, os interesses que muitos habitantes da Região possuem no Mato Grosso, Goiás, São Paulo, Bahia, Porto Alegre e outras Capitais.

É oportuno também salientar que o aeroporto de Pato Branco, ainda hoje, possui todas as condições de operacionalidade, que o tornam apto ao seu imediato aproveitamento.

Por todas estas razões, temos a segurança de que o DAC saberá concretizar esta aspiração.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A comunidade Linha Santa Lúcia, no município de Dois Vizinhos, fica distante 16 quilômetros da sede, possui mais de 600 habitantes e nela não há nenhum serviço de assistência médica.

Esta situação acarreta sérios transtornos e impõe aos seus moradores grandes sacrifícios, que, facilmente, poderiam ser evitados com a construção de um Posto de Saúde na localidade, o qual virá, sem dúvida, beneficiar inclusive as comunidades circunvizinhas.

Diante do exposto, este Deputado, no uso de suas atribuições, REQUER, após a manifestação do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Delcino Tavares, DD. Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar do Estado do Paraná, encaminhando o "abaixo-assinado" da comunidade Linha Santa Lúcia, no município de Dois Vizinhos e solicitando o atendimento das reivindicações nele constantes.

REQUER, ainda, o envio de cópia do mesmo expediente ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquele Município e a Senhora Neusa Simas Castilho, no seguinte endereço: Avenida Presidente Kennedy, s/n, 85590.

Sala das Sessões, em 26.11.87.

(a) PEDRO TONELLI.

Líder do PT.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Colégio Estadual Padre Cirilo, em Capanema, funciona desde 1960. A comunidade capanemense tem-se responsabilizado pela maior parte das despesas com sua manutenção e, inclusive, com algumas reformas. Sua importância é capital para o ensino municipal, vez que atende mais de mil crianças e adolescentes.

Entretanto, as atuais instalações não comportam todo o trabalho educacional desenvolvido de modo a proporcionar comodidade, condição para o melhor aproveitamento do aprendizado.

Diante desta realidade a comunidade reivindica, conforme atesta o requerimento da Vereadora Janete Kaztwinkel, em anexo, a cobertura de uma área entre os dois blocos existentes como forma de proporcionar uma área de lazer e recreio para os alunos; a construção de muro circundando todo o colégio, haja vista, existir muro somente numa parte, e a cobertura da quadra de esportes para proporcionar comodidade durante as aulas de educação física, evitando a exposição dos alunos ao sol e à chuva.

Como conhecedor da realidade descrita, este Deputado, no uso de suas prerrogativas parlamentares, REQUER, após a manifestação do Plenário, o envio de expediente

ao Excelentíssimo Senhor Belmiro Valverde Jobim Castor, DD. Secretário da Educação do Estado do Paraná, reiterando as reivindicações da comunidade capanemense e solicitando o maior empenho possível no sentido de atender o pleito.

Requer, ainda o envio do mesmo expediente, após a aprovação, à Vereadora Janete Kaztwinkel, na Câmara de Vereadores de Capanema e à Direção do referido colégio.

Sala das Sessões, em 26.11.87.

(a) PEDRO TONELLI.

Líder do PT.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o Douto Plenário, seja enviada cópia deste requerimento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Álvaro Dias, para que viabilize estudos junto aos órgãos competentes para a construção de um aeroporto no Município de Santo Antônio da Platina.

Sala das Sessões, em 26.11.87.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

A reivindicação que ora se postula ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Álvaro Dias, traduz um antigo anseio e aspiração da população do Município de Santo Antônio da Platina, que se vê carente daquele melhoramento.

Há que considerar e a justificativa se prende a este fato, de que o Município se constitui, em razão do seu desenvolvimento e progresso que se alarga diuturnamente, num verdadeiro pólo de concentração de riquezas e crescimento. Graças à operosidade talentosa de sua gente, do seu comércio atuante e à efetiva participação de todos os segmentos mais expressivos e representativos da sociedade local, o município se destaca, naquela região norte pioneira, como o mais progressista, apresentando o maior índice de desenvolvimento e crescimento entre as destacadas municipalidades paranaenses. Com a construção do seu aeroporto, iria evitar que os usuários dessa excelente alternativa de transporte, demandassem para cidades circunvizinhas em busca desse melhoramento. Por outro lado, viria engrossar e aumentar as áreas de desenvolvimento da cidade e atender, por final, uma justa e merecida reivindicação dos municípios, acalentada e sonhada ao longo dos anos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário,

Registro, nos Anais desta Casa, da discussão, ao Projeto de Lei nº 350/87, em data de 25 de novembro de 1987.

Sala das Sessões, em 26.11.87.

(a) RAUL LOPES.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 362/87

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS DE MARINGÁ - ARTEMAR, fundada em 14 de março de 1982, com foro e sede no Município de Maringá, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.11.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

A entidade supramencionada, que propomos seja declarada de Utilidade Pública, foi fundada em 14 de março de 1982, e vem prestando serviços de âmbito social à comunidade maringaense, atendendo em pleno e regular funcionamento as finalidades para as quais foi criada.

Desde a sua fundação, os trabalhos desenvolvidos pela Associação dos Artesãos de Maringá- ARTEMAR, foram reconhecidas pelo Legislativo e Executivo Municipal, que lhe concederam o Diploma de reconhecimento de Utilidade Pública Municipal, através da Lei nº 1.595/82, de 29 de setembro de 1982.

Cabendo a esta Casa a decisão ora pleiteada, anexamos ao presente Projeto de Lei a documentação necessária que satisfaz a legislação em vigor.

PROJETO DE LEI Nº 363/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO ÀS MULHERES DESAMPARADAS E MARGINALIZADAS, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.11.87.

(a) RAUL LOPES.

JUSTIFICATIVA:

A Associação em questão, fundada em 10 de agosto de 1986, é uma sociedade de natureza civil, sem fins lucrativos, com sede e foro nesta Capital.

Destina-se, entre muitas outras atividades, a lutar pelos interesses das mulhe-

res desamparadas e marginalizadas, atender as gestantes do 6º mês, fundar creches, berçários e uma agência de empregos para atender as suas associadas, desenvolver programas beneficentes, culturais, desportivos, recreativos e de natureza social de um modo em geral.

Assim sendo, consideramos justa a medida aqui proposta e esperamos o devido apoio dos nobres Pares desta Casa.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Está encerrada a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Rogério Carvalho.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - (Lê):

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

"Esta Casa votará, nesta tarde, em 1ª Discussão, o Projeto de Lei Complementar nº 351/87, oriundo da Mensagem do Poder Executivo nº 124/87, que visa conceder aos titulares de cargos da Polícia Civil do Paraná, no exercício de suas funções, a gratificação de 1/3 dos seus respectivos vencimentos básicos, por risco de vida ou saúde.

Se, por um lado, deve-se lamentar que a medida tenha demorado tanto quanto demorou, por outro lado devo aplaudir a iniciativa do Governador Álvaro Dias, que corrige uma aberração legal.

Inquestionavelmente, é um ato de justiça que se confere ao Policial Civil que no seu trabalho diário, difícil e tantas vezes incompreendido, expõe-se de corpo aberto contra a marginalidade criminosa para garantir a segurança do povo que, no conjunto das obrigações, do Estado é a principal.

Não temos dúvidas que o Plenário desta Casa, sempre tão afinado nessas questões, saberá referendar mais este ato de justiça que chega à Assembléia Legislativa por iniciativa do Governador Álvaro Dias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Deputado Nereu Carlos Massignan.

Declina.

Havendo declinado, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PMDB, se fará uso do seu horário.

Declina.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PL.

Com a palavra Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

"Ocupo a tribuna nesta tarde, para lembrar a passagem do dia de Ação de Graças, momento de reflexão, a que todo ser humano deve dedicar-se, elevando seu pensamento a Deus. Mais do que nunca, o momento de crise que este País atravessa, exige de todos nós o desapego às coisas materiais para voltarmos à espiritualidade necessária e capaz de promover, com os dons divinos, a paz que tanto buscamos.

Esta tribuna, palco de manifestações políticas, econômicas e de anseio das comunidades que representamos, serve também nesta oportunidade como verdadeiro púlpito do homem público, onde ele professa a sua fé e volta-se a Deus para, rendendo-lhe graças, reconhecer não apenas a Sua autoridade como Criador mas acima de tudo o Inspirador que deu ao homem, à sua imagem e semelhança, a condição de discernir para buscar o melhor para si e para os seus irmãos.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pode até parecer para alguns, despropósito deste Parlamentar, invocar um assunto de tal natureza nesta tribuna, quando tantos problemas nos afligem e à nossa volta o País segue em atropelos e desencontros que o arrastam como uma nave sem ruído. Está aí, justamente, a motivação que nos levou a esta manifestação, sentindo, que na falta de uma ação de graças que deve ser diária por parte de todos, residem as amarguras, as angústias e a procura constante de soluções que não conseguimos encontrar sozinhos, face as limitações do ser humano. É na inspiração do Criador, que podemos buscar consolo as nossas dificuldades, e o reabastecimento a nossa capacidade de discernir em busca de soluções melhores para todos. Por isso, fizemos questão desta invocação ao dia de Ação de Graças, lembrando não apenas a importância da data mas o profundo significado que ela deve refletir na vida de cada ser humano.

Evangélico convicto, que encontra na palavra de Deus o Bálsamo capaz de amenizar dores e a força que pode propulsar o mundo, quero hoje, reafirmar a necessidade de uma volta a Deus por esta Pátria que foi a ele consagrada. O buliço da vida tem afastado o ser humano da oportunidade de olhar para dentro de si, ouvindo não apenas a sua consciência mas o ensinamento cristão, que independente da religião professada deve caracterizar uma norma de vida capaz de reforçar o ânimo para a batalha diária que enfrentamos. Quantos de nós temos nos esquecido de, na invocação a Deus que abre nossos trabalhos, está diariamente nossa Ação de Graças, absorvendo mecanicamente palavras que deveriam refle-

tir mais profundamente a nossa intenção? Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, neste dia de Ação de Graças, que deve ser todo o dia, renovemos nossa profissão de fé, como homem público e representante de tantos segmentos da comunidade, certo de que, rendendo graças a Deus, o nosso criador, estaremos reconhecendo a sua participação direta no discernimento que diariamente caracteriza nossa função, a qual devemos dedicar constantemente como voltada ao bem do próximo, lembrando qual discípulo a lição máxima do Filho muito amado de que é mais importante servir do que ser servido. Vamos continuar servindo para que esta Ação de Graças reflita realmente, a nossa intenção como homem público".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Annibelli) - Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Deputado Nereu Carlos Massignan.

Declina.

Havendo declinado, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do seu horário.

Declina.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PL.

Declina.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDS.

Declina.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PT.

Declina.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDT.

Com a palavra o Senhor Deputado Rafael Greca.

(Assume a Presidência o Senhor Deputado Ferrari Júnior).

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Hoje, comemora-se em todo o Brasil e em boa parte do mundo ocidental o "Dia Nacional de Ação de Graças".

No Brasil, para triste memória, também comemoramos o primeiro aniversário do badernaço que colocou Brasília em situação de praça de guerra fazendo com que o Presidente da República, o Senador José Sarney, começasse a acordar daquele sonho letárgico e doce que lhe permitiu, 4 dias depois das eleições, desautorizar todos os planos e esperanças da Nação brasileira desmentindo o Plano Cruzado e lançando o

País no princípio da crise que agora vivemos. Eu me lembro que há um ano atrás, neste dia, o Senhor Presidente, para se dirigir à Catedral de Brasília, teve de fazê-lo entre uma barreira de tanques e de Urutus enquanto a população enfurecida batia panelas, buzinas, queimava automóveis e lançava contra o ar, e contra o futuro da Nação, ou pelo futuro da Nação, o seu grito lacinante de desilusão pelo engano que as eleições de 15 de novembro do ano passado provocaram na opinião pública do País em geral.

Afinal de contas, o que é um País?

Diz o poeta Afonso Romano de Santana que uma coisa é um País e a outra coisa é um fingimento.

Diz também o mesmo poeta que uma coisa é um País e a outra coisa é o aviltamento. E adverte ele no seu poema dedicado ao Doutor Raimundo Faoro, campeão das liberdades democráticas, que o povo não pode ser sempre o coletivo da fome. Que o povo não pode ser um séquito sem nome e, que o povo não pode ser o diminutivo de homem. O povo aliás, deve estar cansado desse nome, embora, às vezes o seu instinto o leve à agressão e, embora o aumentativo de fome possa vir a ser revolução.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, de repente o aumentativo da fome e do desespero do povo pode levar este País a uma situação de instabilidade muito maior do que a que nós temos enfrentado. De maneira que o Senhor Governador Álvaro Dias, que ontem aparecia nas manchetes do Jornal "Gazeta do Povo" dizendo a favor das diretas e participante do comício das diretas, hoje, aparece no Jornal "O Estado do Paraná", dizendo que não vai comparecer ao comício das diretas e pregando a boa educação das multidões e do povo, pelo convívio cívico diante do Presidente José Sarney.

Claro que não se trata de fazer pregação ao desrespeito da autoridade constituída, mas também se trata de perguntar: não estão desrespeitando a legítima autoridade do povo que quer votar? Aqueles, como os 5 zonais do PMDB de Curitiba, que ontem lançavam uma nota contra o arrocho salarial, colocada nos pára-brisas dos automóveis aqui no Centro Cívico e distribuídas em todas as praças da cidade, dizendo que lamentava o arrocho salarial, dizendo que foi uma instituição, que é uma responsabilidade do Governo Federal, da extinta ARENA.

Ora, nem um de nós tem saudades da ARENA, a não ser o PMDB, no Governo. O PMDB com seus 17 Ministros; o PMDB com seus 22 Governadores; o PMDB com seu Presidente de Honra, ainda uma vez fortalecido pelo amplexo do Governador do Paraná, pelo abraço bem educado do Governador do Para-

ná, Álvaro Dias; o PMDB do arquipresidente, Senhor Ulisses Guimarães; o PMDB que começa a se fazer PTB, de medo de ir enfrentar o povo nas praças e de medo do vaxame de Belém do Pará!

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Impõe-se que no aniversário do badernaço, mas sobretudo, se impõe que neste "dia Nacional de Ação de Graças", se cobre do Poder o legítimo respeito ao que a população tem de mais caro, que é o patrimônio democrático de decidir o seu destino, e resgatar a esperança e desfraldar a bandeira generosa, libertária, bela, do que é bom para nós e nem sempre é bom para os outros países do mundo.

Aliás, a propósito do exterior, o Diário Oficial de hoje, publica despachos do Senhor Governador, autorizando altas autoridades do Estado, o Senhor Celso Sabóia, o Senhor José Carlos Gomes de Carvalho, o Senhor Mário Pereira, o Senhor Francisco de Borja Magalhães, o Senhor Osmar Dias, para se ausentarem do País.

Entende-se a viagem do Senhor José Carlos Gomes de Carvalho e a do Senhor Celso Sabóia para irem tratar da Rodovia do Oeste do Paraná, junto à "Canadain Pacific Consulting Service", uma consultora internacional que vai ser contatada para ver se aceita o Projeto da Ferrovia Oeste do Paraná. No entanto, não se entende o que o Secretário de Estado da Administração vai fazer no Canadá, discutir a implementação de uma Ferrovia? Realmente não se entende, a menos que a Sua Excelência o Senhor Secretário vá pedir à consultoria desta empresa canadense para nos explicar o esdrúxulo projeto do aumento do funcionalismo, que está em Discussão, hoje, nesta Casa, e que nós discutiremos oportunamente.

Também é preciso que se diga à consciência do Paraná, que o Secretário da Agricultura e do Planejamento fazem a viagem para buscar empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento. Queira Deus, tragam recursos, como trouxe o Secretário de Desenvolvimento Urbano, Saul Raiz, quando criando o PRAM, conseguiu materializar o Governo José Richa, cidades de menos de 20.000 habitantes.

Queira Deus!

Queira Deus, também se faça esta Ferrovia do Oeste!

E queira Deus, o Senhor Mário Pereira, um dia desses, nos explique se é com consultoria canadense que elaborou o Projeto de aumento ao funcionalismo, da forma esdrúxula que aí está!

Eu lamento que a Liderança do Governo, não me possa suceder, para explicar a Mensagem do aumento, mas na hora da discussão, eu já me inscrevo para discutí-la, Senhor Presidente, porque há realmente os

aumentos de algumas categorias que eu não entendi. Não se trata de ser contra o aumento, trata-se de discutir os percentuais. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - No Horário das Lideranças consultamos o PFL, se fará uso do seu tempo.

Declina.

Havendo declinado, consultamos o PTB, Deputado Erondy Silvério, se fará uso do seu tempo.

Declina.

Havendo declinado, terminamos o Horário das Lideranças e passamos à Ordem do Dia.

Antes, queremos registrar as presenças dos Senhores Aristides Chicarolli, Presidente do PTB de Lobato; José Amaral, ex-Prefeito, também de Lobato, e José Eduardo Lopes, Cartorário de Lobato, bem como a presença do Doutor João Urbano, Prefeito Municipal de Nova Esperança.

A Mesa anota as ilustres presenças e agradece.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, solicitando licença para ausentar-se do País, de 1º de janeiro de 1988 até o início da 2ª Sessão Legislativa, da 11ª Legislatura, mediante comunicação escrita à Comissão deste Poder. **Aprovado.**

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Vossa Excelência tem a palavra.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, gostaria de solicitar à Presidência da Mesa que registrasse na Ata dos Anais deste Poder Legislativo, o meu voto de solidariedade ao meu companheiro, Deputado Estadual Luiz Carlos Alborghetti, pelas pesquisas apontadas hoje pela Folha de Londrina - um jornal que merece respeito, acima de tudo - nas quais desponta na preferência popular com 24,4% para concorrer a Prefeitura de Londrina.

Eu parabenizo o nobre Deputado, pois isto demonstra realmente o trabalho que este Deputado vem desenvolvendo neste Poder Legislativo, para a sua população do seu Município de Londrina, levando recursos a Londrina, e acima de tudo levando uma assistência social condizente à população que o trouxe a esta Casa.

Era isso Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Anote-se.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação para os Projetos de lei n. 352/87, 353/87, 350/87 e do Projeto de Lei Complementar n. 351/87. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de Preferência de Votação acima aprovado:

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 352/87, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem n. 120/87), que reestrutura o quadro de Pessoal do Tribunal de Alçada, composto de cargos de provimento efetivo e em comissão. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 352/87 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada, composto de cargos de provimento efetivo e em comissão, é reestruturado na forma dos Anexos I a V que integram esta lei.

Art. 2º - A denominação, classificação número, níveis e referências de vencimentos dos cargos, passam a ser os constantes dos precitados Anexos, ficando os mesmos distribuídos de conformidade com as respectivas Tabelas.

Art. 3º - O Quadro de Pessoal, de acordo com a habilitação profissional, é dividido em seis (06) Grupos Ocupacionais:

I - Grupo Ocupacional Especial - Assessoramento e Atividades Jurídicas Superiores - Anexo I, Tabela I.

II - Grupo Ocupacional Superior em Comissão - Direção, Coordenação e Assessoramento Superior - Anexo I, Tabela II.

III - Grupo Ocupacional Superior Efetivo - Assessoramento e Atividades Superiores - Anexo I, Tabela III.

IV - Grupo Ocupacional de Apoio Administrativo - Execução de Atividades Administrativas e de Expediente - Anexo II, Tabelas I e II.

V - Grupo Ocupacional Técnico - Execu-

ção de Atividades Técnico-Especializadas - Anexo III, Tabela I.

VI - Grupo Ocupacional de Manutenção e Ofícios - Execução de Atividades Profissionais Diversas - Anexo IV, Tabela I.

Art. 4º - Os cargos previstos na tabela I do anexo I, são privativos de portadores de diploma de Bacharel em Direito.

Art. 5º - Os cargos previstos na Tabela III, do Anexo I, são privativos de portadores de diploma de curso superior correspondente à habilitação profissional específica, exigível para o exercício do cargo.

Art. 6º - Os atuais cargos de provimento efetivo de Assessor Jurídico do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada ficam reenquadrados na forma prevista do Anexo I, Tabela I, correspondente ao Grupo Ocupacional Especial.

Art. 7º - Os vencimentos dos cargos de provimento dos grupos Ocupacionais Superior Efetivo, de Apoio Administrativo, Técnico e de Manutenção e Ofícios, são fixados na Tabela I do Anexo V contida na presente Lei.

Art. 8º - Os vencimentos dos cargos de Assessor Jurídico do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada passam a ter os mesmos valores dos cargos de Assessor Jurídico do Tribunal de Justiça, a partir da publicação da presente Lei.

Art. 9º - Ficam mantidas as disposições contidas nas Leis ns. 8198, de 17 de dezembro de 1985, 7881, de 26 de julho de

1984 e 7.577, de 12 de maio de 1982, não conflitantes com as desta Lei.

Art. 10 - Os cargos constantes das Tabelas que integram os Anexos I a IV, inexistentes na estrutura anterior, ficam criados por esta Lei, com as respectivas denominações, números e remunerações previstas nas referidas Tabelas.

Art. 11 - Os servidores aposentados terão os respectivos proventos reajustados na forma desta lei.

Art. 12º - O funcionário promovido horizontalmente perceberá um acréscimo no vencimento nos seguintes percentuais: 2% (dois por cento) na referência PJ-II, 4% (quatro por cento) na Referência PJ-III e 6% (seis por cento) na Referência PJ-IV, calculados sobre o valor do vencimento mensal do nível I, Referência PJ-I da Tabela I, Anexo V, da presente Lei.

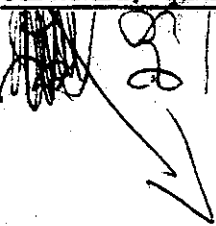
Parágrafo Único - A elevação do funcionário efetivo à Referência imediatamente superior àquela a que pertencer será regulamentada mediante Portaria da Presidência do Tribunal, obedecidos os critérios de tempo de serviço, formação profissional e desempenho funcional.

Art. 13 - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 14 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.11.87.

(a) Poder Executivo



ANEXO I

TABELA I

GRUPO OCUPACIONAL ESPECIAL

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO ATUAL			
CÓDIGO	NÍVEIS	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	Nº DE CARGOS	REFERÊNCIA	CLASSE	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	Nº DE CARGOS
PJ.TA-100	1	ASSESSOR JURÍDICO	6	PJ-I	I	ASSESSOR JURÍDICO	6
PJ.TA-100	2	ASSESSOR JURÍDICO	4	PJ-I	II	ASSESSOR JURÍDICO	4
PJ.TA-100	3	ASSESSOR JURÍDICO	10	PJ-I	III	ASSESSOR JURÍDICO	10

ANEXO I
TABELA II
GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR EM COMISSÃO
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO ATUAL		
SIMBOLOGIA	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	Nº DE CARGOS	SIMBOLOGIA	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	Nº DE CARGOS
DAS-1	SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE ALÇADA	1	DAS-1	SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE ALÇADA	1
DAS-3	DIRETOR DE DEPARTAMENTO	3	DAS-3	DIRETOR DE DEPARTAMENTO	3
DAS-3	DIRETOR DO GABINETE DO PRESIDENTE	1	DAS-3	DIRETOR DO GABINETE DO PRESIDENTE	1
DAS-3	DIRETOR DA ASSESSORIA DE RECURSOS	1	DAS-3	DIRETOR DA ASSESSORIA DE RECURSOS	1
DAS-5	ASSESSOR DE RECURSOS	1	DAS-4	ASSESSOR DE RECURSOS	1
DAS-5	ASSESSOR JUDICIÁRIO	20	DAS-4	ASSESSOR JUDICIÁRIO	20
DAS-5	ASSESSOR DE PLANEJAMENTO	1	DAS-4	ASSESSOR DE PLANEJAMENTO	1
DAS-5	ASSESSOR DO GABINETE DO PRESIDENTE	2	DAS-4	ASSESSOR DO GABINETE DO PRESIDENTE	2
DAS-5	ASSESSOR DO GABINETE DO VICE-PRESIDENTE	1	DAS-4	ASSESSOR DO GABINETE DO VICE-PRESIDENTE	1
DAS-5	ASSESSOR DO GABINETE DO SECRETÁRIO	1	DAS-4	ASSESSOR DO GABINETE DO SECRETÁRIO	1

ANEXO I
TABELA III
GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR EFETIVO
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO ATUAL			
CÓDIGO	NÍVEL	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS CLASSES	Nº DE CARGOS	REFERÊNCIA	NÍVEL	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	Nº DE CARGOS
PJ.TA-105	4	CONTADOR	1	PJ-I	1	CONTADOR	1
PJ.TA-105	5	CONTADOR	1	PJ-I	2	CONTADOR	1
PJ.TA-108	4	ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO	1	PJ-I	1	ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO	2
PJ.TA-108	5	ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO	3	PJ-I	2	ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO	2
PJ.TA-110	5	BIBLIOTECÁRIO	1	PJ-I	2	BIBLIOTECÁRIO	1
PJ.TA-110	6	BIBLIOTECÁRIO	1	PJ-I	3	BIBLIOTECÁRIO	1
PJ.TA-112	5	PROGRAMADOR DE COMPUTADOR	1	PJ-I	1	PROGRAMADOR DE COMPUTADOR	1
PJ.TA-112	6	PROGRAMADOR DE COMPUTADOR	1	PJ-I	2	PROGRAMADOR DE COMPUTADOR	1

ANEXO II
TABELA I

RELAÇÃO DE CARGOS E FUNÇÕES DO JUDICIÁRIO

CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS E FUNÇÕES

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO ATUAL			
CÓDIGO	NÍVEL	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	Nº DE CARGOS	CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS E FUNÇÕES	Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	Nº DE CARGOS
PJ.1A-200	6	OFICIAL JUDICIÁRIO	7	PJ-1	3	OFICIAL JUDICIÁRIO	3
PJ.1A-200	7	OFICIAL JUDICIÁRIO	5	PJ-1	4	OFICIAL JUDICIÁRIO	7
PJ.1A-200	8	OFICIAL JUDICIÁRIO	5	PJ-1	5	OFICIAL JUDICIÁRIO	7
PJ.1A-200	9	OFICIAL JUDICIÁRIO	5	PJ-1	6	OFICIAL JUDICIÁRIO	6
PJ.1A-200	10	OFICIAL JUDICIÁRIO	5	----	----	----	----
PJ.1A-201	11	AUXILIAR JUDICIÁRIO	4	PJ-1	7	AUXILIAR JUDICIÁRIO	8
PJ.1A-201	12	AUXILIAR JUDICIÁRIO	5	PJ-1	8	AUXILIAR JUDICIÁRIO	6
PJ.1A-201	13	AUXILIAR JUDICIÁRIO	5	PJ-1	9	AUXILIAR JUDICIÁRIO	6
PJ.1A-201	14	AUXILIAR JUDICIÁRIO	5	PJ-1	10	AUXILIAR JUDICIÁRIO	5
PJ.1A-201	15	AUXILIAR JUDICIÁRIO	5	----	----	----	----

ANEXO II
TABELA II

PLANO ORÇAMENTAL E FOLHA ADMINISTRATIVA
CARGOS DE GABINETE EM COMISSÃO

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO ATUAL		
SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	Nº DE CARGOS	SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	Nº DE CARGOS
30	SUPERVISOR DE TRANSPORTE E MANUTENÇÃO	1	20	SUPERVISOR DE TRANSPORTE E MANUTENÇÃO	1
30	ELETRICISTA	1	20	ELETRICISTA	1
150	AUXILIAR DE GABINETE DO PRESIDENTE	1	30	AUXILIAR DE GABINETE DO PRESIDENTE	1
150	AUXILIAR DE GABINETE DO SECRETÁRIO	1	30	AUXILIAR DE GABINETE DO SECRETÁRIO	1

ANEXO III
TABELA I
GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO ATUAL			
CÓDIGO	NÍVEL	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	Nº DE CARGOS	REFERÊNCIA	NÍVEL	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	Nº DE CARGOS
PJ.TA-300	8	OPERADOR DE COMPUTADOR	1	PJ-I	4	OPERADOR DE COMPUTADOR	1
PJ.TA-300	9	OPERADOR DE COMPUTADOR	1	PJ-I	5	OPERADOR DE COMPUTADOR	1

ANEXO IV
TABELA I
GRUPO OCUPACIONAL DE MANUTENÇÃO E OFÍCIOS
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO ATUAL			
CÓDIGO	NÍVEL	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS - CLASSES	Nº DE CARGOS	REFERÊNCIA	NÍVEIS	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	Nº DE CARGOS
PJ.TA-400	11	AGENTE DE SERVIÇO EXTERNO	5	PJ-I	6	AGENTE DE SERVIÇO EXTERNO	5
PJ.TA-401	12	AGENTE DE SERVIÇO EXTERNO	4	PJ-I	7	AGENTE DE SERVIÇO EXTERNO	4
PJ.TA-402	17	AGENTE DE CONSERVAÇÃO	6	PJ-I	10	AGENTE DE CONSERVAÇÃO	6
PJ.TA-402	16	AGENTE DE CONSERVAÇÃO	6	PJ-I	11	AGENTE DE CONSERVAÇÃO	6
PJ.TA-403	16	COPEIRO	3	PJ-I	10	COPEIRO	3
PJ.TA-403	17	COPEIRO	2	PJ-I	11	COPEIRO	2

ANEXO V

TABELA I

REFERÊNCIA PJ-I

NÍVEL	VALOR
1	14.372,61
2	13.516,15
3	12.647,82
4	11.785,46
5	10.923,10
6	10.060,75
7	9.198,42
8	8.336,04
9	7.473,69
10	6.611,33
11	5.749,00
12	

ANEXO V
TABELA II
FUNÇÕES GRATIFICADAS

SÍMBOLOS	FUNÇÕES E CARGOS
1 - F	Chefe de Seção, Assessor Jurídico, Secretário de Comissão, Secretário de Câmara e integrantes do Grupo Ocupacional Superior Efetivo.
2 - F	Chefe de Serviço, Agente de Serviço Externo.
3 - F	Oficial Judiciário, Auxiliar Judiciário de Gabinete e Oficial de Justiça do Tribunal.
4 - F	Auxiliar Judiciário de Câmara.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 352/87

PARECER:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 120/87, que visa reestruturar o Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada, composto de cargos de provimento efetivo e em comissão.

Chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, nada encontra que possa impedir a legal tramitação da matéria por esta Casa. Já que a matéria se encontra em conformidade com a Constituição Estadual, no seu artigo 47, inciso I, que diz que é da competência privativa do Senhor Governador a iniciativa de matérias do âmbito da apresentada.

Assim sendo, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela aprovação do referido Projeto de Lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

VALDERI MENDES VILELA

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 352/87

PARECER:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 120/87, visa reestruturar o Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada, composto de cargo de provimento efetivo e em comissão.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça ao analisar a matéria opinou pelo parecer favorável, já que a mesma está em conformidade com a Constituição Estadual vigente.

Esta Comissão de Finanças ao analisar o referido Projeto de Lei, entende que quanto ao mérito nada há que possa obstar a legal tramitação do mesmo pela Casa. Isto porque os motivos apresentados pela Douta Comissão de Constituição e Justiça são os mesmos embasados por esta Comissão. Ou seja a matéria é da competência pessoal do chefe do Poder Executivo.

Assim sendo, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela aprovação do Projeto de Lei n° 352/87.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.87.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 353/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 119/87), que reestrutura o quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, composto de Cargos de Pro-

vimento Efetivo e em Comissão. (Altera a Lei n° 7.547 de 10.12.81). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

PROJETO DE LEI N° 353/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - O Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, composto de cargos de provimento efetivo e em comissão, é alterado na forma dos Anexos I a V, que integram esta lei e que passam a substituir os previstos na Lei n° 7.547, de 10 de dezembro de 1981, com suas alterações posteriores.

Art. 2° - A denominação, classificação, número, níveis e referências de vencimentos dos cargos passam a ser os constantes dos precitados Anexos, ficando os mesmos distribuídos de conformidade com as respectivas Tabelas.

Art. 3° - O Quadro de Pessoal, de acordo com a habilitação profissional, é dividido em seis (06) Grupos Ocupacionais:

I - Grupo Ocupacional Especial: Assessoramento e Atividades Jurídicas Superiores - Anexo I, Tabela I.

II - Grupo Ocupacional Superior em Comissão: Direção, Coordenação e Assessoramento Superior - Anexo I, Tabela II.

III - Grupo Ocupacional Superior Efetivo: Assessoramento e Atividades Superiores - Anexo I, Tabela III.

IV - Grupo Ocupacional de Apoio Administrativo: Execução de Atividades Administrativas e de Expediente - Anexo II, Tabelas I e II.

V - Grupo Ocupacional Técnico: Execução de Atividades Técnico-Especializadas - Anexo III, Tabela I.

VI - Grupo Ocupacional de Manutenção e Ofícios: Execução de Atividades Profissionais Diversas - Anexo IV, Tabela I.

Art. 4° - Os cargos previstos na Tabela I do Anexo I, são privativos de portadores de diploma de Bacharel em Direito.

Art. 5° - Os cargos previstos na Tabela III, do Anexo I, são privativos de portadores de diploma de Curso Superior correspondente à habilitação profissional específica, exigível para o exercício do cargo.

Art. 6° - Os atuais cargos de provimento efetivo de Assessor Jurídico do quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça ficam reenquadrados na forma prevista no Anexo I, Tabela I, correspondente ao Grupo Ocupacional Especial.

Art. 7° - Aos níveis iniciais das diversas carreiras previstas no Anexo I, Tabelas I e III, terão acesso os funcionários estáveis do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, porta-

dores de diploma dos cursos superiores pertinentes, após processo seletivo de caráter competitivo.

Parágrafo Único - Abrir-se-á concurso público para provimento dos eventuais cargos remanescentes, somente após a classificação dos funcionários que preencham os requisitos deste artigo.

Art. 8º - Os vencimentos dos cargos de provimento dos Grupos Ocupacionais Superior Efetivo, de Apoio Administrativo, Técnico e de Manutenção e Ofícios, são fixados na Tabela I do Anexo V contida na presente Lei.

Art. 9º - São criados no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça os seguintes cargos em comissão: 01 (um) de Supervisor de Transporte e Manutenção, símbolo 2-C e 01 (hum) de Supervisor do Fichário Confidencial da Magistratura, símbolo 1-C.

Art. 10 - Ficam mantidas as disposições da Lei nº 7.547, de 10 de dezembro de 1981, não conflitantes com as desta Lei.

Art. 11 - Em decorrência dos novos níveis implantados por esta Lei, os vencimentos dos cargos de Escrivão do Crime, Escrivão de Menores, de Escrivão das Varas da Fazenda Pública, Falências e Concordatas da Capital, de Escrivão das Varas de Família da Capital, de Escrivão da Vara de Registros Públicos e Acidentes do Trabalho da Capital, de Escrivão da Vara do Tribunal do Júri da Capital, de Escrivão dos 1º e 2º Ofícios da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Capital, de Oficial de Justiça, de Porteiro de Auditório da Capital, de Auxiliar de Cartórios Criminais, e de Comissário de Vigilância de Menores, passam a ser correspondentes as seguintes referências - níveis:

I. Escrivães do Crime:

- a. Entrância final - Referência PJ-I - Nível 1.
- b. Entrância intermediária - Referência PJ-I - Nível 2.
- c. Entrância inicial - Referência PJ-I - Nível 3

II. Escrivães de Menores:

- a. Entrância Final - Referência PJ-I - Nível 1
- b. Entrância Intermediária - Referência PJ-I - Nível 2.

III. Escrivães das varas da Fazenda Pública, Falências e Concordatas - Entrância Final - Referência PJ-I - Nível 9.

IV - Escrivães das Varas de Família - Entrância Final. - referência PJ-I - Nível 7.

V. Escrivão da Vara de Registros Públicos e Acidentes do Trabalho - Entrância Final - Referência PJ-I - Nível 7.

VI. Escrivães das Varas de Delitos de Trânsito, da Vara do Tribunal do Júri e da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios - Entrância Final - Referência PJ-I - Nível 1.

VII. Oficiais de Justiça:

- a. Entrância Final - Referência PJ-I - Nível 4.
- b. Entrância Intermediária - Referência PJ-I - Nível 5.
- c. Entrância Inicial - Referência PJ-I - Nível 6.

VIII - Porteiro de Auditório da Capital - Referência PJ-I - Nível 4.

IX - Comissário de Vigilância de Menores:

- a. Entrância Final - Referência PJ-I - Nível 5.
- b. Entrância Intermediária - Referência PJ-I - Nível 6.

X - Auxiliares de Cartórios Criminais:

- a. Entrância Final - Referência PJ-I - Nível 6.
- b. Entrância Intermediária - Referência PJ-I - Nível 7
- c. Entrância Inicial - Referência PJ-I - Nível 8.

Art. 12 - Os atuais cargos de Servente das Varas e Comarcas do Interior do Estado passam a denominar-se Agente de Limpeza, correspondente às seguintes referências - níveis:

- a. Entrância Final - Referência PJ-I - Nível 10.
- b. Entrância Intermediária - Referência PJ-I - Nível 11.
- c. Entrância Inicial - Referência PJ-I - nível 12.

Art. 13. Em face da elevação das Comarcas de Londrina, Maringá e Ponta Grossa à Entrância Final, Lei nº 7.625, são criados os seguintes cargos:

Londrina: 06 (seis) de Agente de Limpeza e 02 (dois) de Assistente Social.

Maringá: 01 (hum) de Agente de Limpeza e 02 (dois) de Assistente Social.

Ponta Grossa: 01 (hum) de Agente de Limpeza e 02 (dois) Assistente Social.

Art. 14 - Em face das disposições contidas na Lei nº 8.280/86, que alterou o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, são criados os seguintes cargos:

I - 05 (cinco) de Agente de Limpeza, respectivamente, para as Comarcas de Entrância Inicial de Centenário do Sul, Guaratuba, Pinhão, Quedas do Iguaçu e Saito do Lontra.

II - 14 (quatorze) de Agente de Limpeza, respectivamente para as Comarcas de Entrância Intermediária de Colombo, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Pitanga, Cambé, Ibiporã, Capanema, Foz do Iguaçu,

Goioerê, Guarapuava, Paranavaí e São José dos Pinhais.

III - 03 (três) de Assistente Social, respectivamente, para a Vara de Menores, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial das Comarcas de Entrância Intermediária de Foz do Iguaçu e São José dos Pinhais; e Entrância Final de Cascavel.

Art. 15 - Ao atual ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, com direitos assegurados no que tange a vencimentos, tendo em vista os nossos símbolos implantados por esta Lei, é assegurado o direito à percepção do vencimento correspondente ao cargo de Assessor Jurídico - Classe I (Leis nº 5.765/68, nº 5.848/68 e nº 7.541/81).

Art. 16 - Os cargos constantes das Tabelas que integram os Anexos I e IV, inexistentes na estrutura anterior, ficam criados por esta Lei, com as respectivas denominações, número e remunerações previstas nas referidas Tabelas.

Art. 17 - Os funcionários pertencentes ao Quadro de Pessoal do Tribunal de Alçada que estiverem prestando serviços na Secretaria do Tribunal de Justiça há mais de seis (06) meses na data da publicação desta Lei, poderão ser classificados em cargos criados, em níveis correspondentes aos dos cargos ocupados, desde que manifestem opção em trinta (30) dias.

Art. 18 - O funcionário promovido horizontalmente perceberá um acréscimo no vencimento nos seguintes percentuais: 2%

(dois por cento), na Referência PJ-II, 4% (quatro por cento), na Referência PJ-III e 6% (seis por cento), na Referência PJ-IV, calculados sobre o valor do vencimento mensal do nível I, Referência PJ-I da Tabela I - Anexo V, da presente Lei.

Parágrafo Único - A elevação do funcionário efetivo à referência imediatamente superior àquela que pertencer, será regulamentada mediante Decreto Judiciário, obedecidos os critérios de tempo de serviço, formação profissional e desempenho funcional.

Art. 19 - Os funcionários do Poder Judiciário que vierem exercendo por designação oficial, em prazo superior a cinco (05) anos contados na data da entrada em vigor da presente Lei, cargo diverso daquele que estão providos, poderão requerer readaptação por transferência ao cargo ocupado, desde que manifestem opção em sessenta (60) dias.

Art. 20 - Os servidores e serventuários da justiça aposentados ou em disponibilidade terão os respectivos proventos ou vencimentos reajustados na forma desta Lei.

Art. 21 - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário.

Art. 22 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.11.87.

(a) PODER EXECUTIVO

ANEXO I

TABELA 3

GRUPO OCUPACIONAL ESPECIAL

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO ATUAL			
CÓDIGO	NÍVELS	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	Nº DE CARGOS	REFERENCIA	CLASSE	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	Nº DE CARGOS
PJ-TJ-100	1	Assessor Jurídico	30	PJ-I	I	Assessor Jurídico	30
PJ TJ-100	2	Assessor Jurídico	40	PJ-I	II	Assessor Jurídico	40
PJ-TJ-100	3	Assessor Jurídico	45	PJ-I	III	Assessor Jurídico	55

ANEXO I
TABELA III
GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR EFETIVO
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO ATUAL		
CÓDIGO	NÍVEL	DESCRIÇÃO DOS CARGOS - CLASSE	Nº DE CARGOS	RAT. 100/100	Nº DE CARGOS
PJ-TJ-101	4	Arquiteto	1	1	Arquiteto
PJ-TJ-102	4	Engenheiro	1	1	Engenheiro
PJ-TJ-103	2	Médico	1	1	Engenheiro
PJ-TJ-104	3	Médico	1	1	Médico
PJ-TJ-105	4	Psicólogo	1	1	Psicólogo
PJ-TJ-106	5	Psicólogo	1	1	Psicólogo
PJ-TJ-107	4	Contador	1	1	Contador
PJ-TJ-108	5	Contador	1	1	Contador
PJ-TJ-109	4	Dentista	1	1	Dentista
PJ-TJ-110	5	Dentista	1	1	Dentista
PJ-TJ-111	4	Assistente Social	1	1	Assistente Social
PJ-TJ-112	5	Assistente Social	1	1	Assistente Social
PJ-TJ-113	4	Assistente de Administração	1	1	Assistente de Administração
PJ-TJ-114	5	Assistente de Administração	1	1	Assistente de Administração
PJ-TJ-115	6	Redator	1	1	Redator
PJ-TJ-116	6	Redator	1	1	Redator
PJ-TJ-117	5	Bibliotecário	1	1	Bibliotecário
PJ-TJ-118	6	Bibliotecário	1	1	Bibliotecário
PJ-TJ-119	4	Econômista	1	1	Econômista
PJ-TJ-120	5	Econômista	1	1	Econômista
PJ-TJ-121	6	Programador de Computador	1	1	Programador de Computador
PJ-TJ-122	6	Programador de Computador	1	1	Programador de Computador

ANEXO I

TABELA II

GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR EM COMISSÃO
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO ATUAL		
SIPBOLOGIA	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	Nº DE CARGOS	SIPBOLOGIA	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	Nº DE CARGOS
DAS-1	Secretário do Tribunal de Justiça	1	DAS-1	Secretário do Tribunal de Justiça	1
DAS-2	Subsecretário do Tribunal de Justiça	1	DAS-2	Subsecretário do Tribunal de Justiça	1
DAS-3	Diretor de Departamento	5	DAS-3	Diretor de Departamento	5
DAS-3	Diretor do Gabinete do Presidente	1	DAS-3	Diretor do Gabinete do Presidente	1
DAS-3	Diretor da Assessoria de Recursos	1	DAS-3	Diretor da Assessoria de Recursos	1
DAS-4	Secretário do Presidente	1	DAS-3	Secretário do Presidente	1
DAS-5	Assessor Especial do Presidente	1	DAS-4	Assessor Especial do Presidente	1
DAS-5	Assessor Jurídico Administrativo do Presidente	1	DAS-4	Assessor Jurídico Administrativo do Presidente	1
DAS-5	Assessor Econômico e Financeiro do Presidente	1	DAS-4	Assessor Econômico e Financeiro do Presidente	1
DAS-5	Assessor Patrimonial do Presidente	1	DAS-4	Assessor Patrimonial do Presidente	1
DAS-5	Assessor Judiciário do Presidente	1	DAS-4	Assessor Judiciário do Presidente	1
DAS-5	Supervisor da Assessoria de Planejamento	1	DAS-4	Supervisor da Assessoria de Planejamento	1
DAS-5	Chefe do Gabinete da Corregedoria da Justiça	1	DAS-4	Chefe do Gabinete da Corregedoria da Justiça	1
DAS-5	Secretário do Corregedor da Justiça	1	DAS-4	Secretário do Corregedor da Justiça	1
DAS-5	Chefe do Gabinete do Vice-Presidente	1	DAS-4	Chefe do Gabinete do Vice-Presidente	1
DAS-5	Assessor de Recursos	4	DAS-4	Assessor de Recursos	4
DAS-5	Supervisor do Centro de Processamento de Dados	1	DAS-4	Supervisor do Centro de Processamento de Dados	1
DAS-5	Chefe do Gabinete do Secretário	1	DAS-4	Chefe do Gabinete do Secretário	1
DAS-5	Secretário de Desembargador	24	DAS-4	Secretário de Desembargador	24
1-C	Assessor de Infrações	1	DAS-5	Assessor de Imprensa	1
1-C	Assessor Jurídico Administrativo do Corregedor	1	DAS-5	Assessor Jurídico Administrativo do Corregedor	1
1-C	Assessor Correcional	2	DAS-5	Assessor Correcional	2
1-C	Coordenador da Assessoria do Secretário	1	DAS-5	Coordenador da Assessoria do Secretário	1
1-C	Assessor Judiciário do Vice-Presidente	1	DAS-5	Assessor Judiciário do Vice-Presidente	1

ANEXO II
TABELA I
GRUPO CARREIRAS DE JUIZADO SUPLENTERATIVO
CARGOS DE PROVIMENTO PL-200

SITUACAO ANTERIOR					SITUACAO ATUAL		
CODIGO	NIVEIS	DENOMINACAO DOS CARGOS - NIVEIS	Nº DE CARGOS	PL-200/80	NIVEIS	DENOMINACAO DOS CARGOS	Nº DE CARGOS
PL-11-200	6	Oficial Judiciário	15	PL-1	5	Oficial Judiciário	40
PL-11-200	7	Oficial Judiciário	8	PL-1	4	Oficial Judiciário	45
PL-11-200	8	Oficial Judiciário	10	PL-1	3	Oficial Judiciário	60
PL-11-200	9	Oficial Judiciário	15	PL-1	2	Oficial Judiciário	100
PL-11-200	10	Oficial Judiciário	45	PL-1	1	Oficial Judiciário	
PL-11-201	11	Auxiliar Judiciário	14	PL-1	7	Auxiliar Judiciário	20
PL-11-201	12	Auxiliar Judiciário	16	PL-1	8	Auxiliar Judiciário	20
PL-11-201	13	Auxiliar Judiciário	18	PL-1	9	Auxiliar Judiciário	20
PL-11-201	14	Auxiliar Judiciário	20	PL-1	10	Auxiliar Judiciário	45
PL-11-201	15	Auxiliar Judiciário	25	PL-1			

ANEXO II

TABELA II

GRUPO OCUPACIONAL DE APOIO ADMINISTRATIVO

CARGOS DE FOMENTO EM COMISSÃO

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO ATUAL		
SPÉCIE	DESCRIÇÃO DOS CARGOS	Nº DE CARGOS	DESCRIÇÃO DOS CARGOS	Nº DE CARGOS	
1-C	Assessor de Diretor de Departamento	1	Assessor de Diretor de Departamento	6	
2-C	Oficial de Gabinete do Presidente	1	Oficial de Gabinete do Presidente	2	
3-C	Oficial de Gabinete do Vice-Presidente	1	Oficial de Gabinete do Vice-Presidente	2	
4-C	Oficial de Gabinete do Corregedor	2	Oficial de Gabinete do Corregedor	2	
5-C	Oficial de Gabinete do Secretário	1	Oficial de Gabinete do Secretário	1	
6-C	Oficial de Gabinete do Subsecretário	1	Oficial de Gabinete do Subsecretário	1	
-	-	-	Supervisor do Fichário Conf. Magistratura	1	
-	-	-	Supervisor de Transporte e Manutenção	1	
5-C	Auxiliar de Gabinete do Presidente	1	Auxiliar de Gabinete do Presidente	4	
5-C	Auxiliar de Gabinete do Vice-Presidente	1	Auxiliar de Gabinete do Vice-Presidente	1	
5-C	Auxiliar de Gabinete do Corregedor	1	Auxiliar de Gabinete do Corregedor	4	

ANEXO IV
TABELA I
GRUPO OCUPACIONAL DE MANUTENÇÃO E OFÍCIOS
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO ATUAL			
CÓDIGO	NÍVELS	DESIGNAÇÃO DOS CARGOS - CLASSES	Nº DE CARGOS	REFERÊNCIA	NÍVELS	DESIGNAÇÃO DOS CARGOS
PJ-TJ-400	12	Mecânico	5	RJ-I	6	Mecânico
PJ-TJ-400	13	Mecânico	3	PJ-I	7	Mecânico
PJ-TJ-401	11	Agente de Serviço Externo	11	PJ-I	9	Agente de Serviço Externo
PJ-TJ-401	12	Agente de Serviço Externo	17	RJ-I	7	Agente de Serviço Externo
PJ-TJ-402	17	Agente de Conservação	17	RJ-I	10	Agente de Conservação
PJ-TJ-402	18	Agente de Conservação	73	PJ-I	11	Agente de Conservação
PJ-TJ-403	16	Copeiro	5	RJ-I	10	Copeiro
PJ-TJ-403	17	Copeiro	6	PJ-I	11	Copeiro
PJ-TJ-404	16	Telefonista	5	PJ-I	10	Telefonista
PJ-TJ-404	17	Telefonista	7	PJ-I	11	Telefonista
PJ-TJ-405	17	Ascensorista	9	PJ-I	11	Ascensorista
PJ-TJ-405	18	Ascensorista	9	PJ-I	12	Ascensorista

ANEXO III

TABELA I

GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO ATUAL			
CÓDIGO	NÍVEIS	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS - NÍVEIS	Nº DE CARGOS	REFERÊNCIA	NÍVEIS	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	Nº DE CARGOS
PJ-TJ-300	8	Operador de Computador	2	PJ-I	4	Operador de Computador	2
PJ-TJ-300	9	Operador de Computador	2	PJ-I	5	Operador de Computador	2
PJ-TJ-301	8	Desenhista	1	PJ-I	4	Desenhista	1
PJ-TJ-301	9	Desenhista	2	PJ-I	5	Desenhista	2
PJ-TJ-302	8	Enfermeiro	1	PJ-I	4	Enfermeiro	1
PJ-TJ-302	9	Enfermeiro	1	PJ-I	5	Enfermeiro	1
PJ-TJ-302	10	Enfermeiro	2	PJ-I	7	Enfermeiro	2

ANEXO V

TABELA I

REFERÊNCIA PJ-I

NÍVEL	VALOR
1	14.372,51
2	13.510,15
3	12.647,82
4	11.785,46
5	10.923,10
6	10.060,75
7	9.198,42
8	8.336,04
9	8.048,60
10	7.473,69
11	6.611,33
12	5.749,00

ANEXO V

TABELA II

FUNÇÕES GRATIFICADAS

SÍMBOLOS	FUNÇÕES E CARGOS
1 - F	Chefe de Seção, Assessor Jurídico, Secretário de Comissão, Secretário de Câmara e integrantes do Grupo Ocupacional Superior Efetivo.
2 - F	Chefe de Serviço, Mecânico e Agente de Serviço Externo.
3 - F	Oficial Judiciário, Auxiliar Judiciário de Gabinete e Oficial de Justiça do Tribunal.
4 - F	Auxiliar Judiciário de Câmara.
5 - F	Labrador e Materiais.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 353/87

P A R E C E R:

Com o presente Plano de Lei, encaminhado através de Mensagem Governamental n. 119/87, o Senhor Governador pretende introduzir modificações na Lei n. 7547, de 10 de dezembro de 1981 que visa reformas na estrutura do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado.

Consoante a justificativa apresentada, tais alterações dizem respeito aos critérios de fixação de vencimentos e adaptação e tratamento adequado às funções previstas na estrutura administrativa do Egrégio Tribunal de Justiça.

Face o exposto, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

VALDERI MENDES VILELA

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N. 353/87

P A R E C E R:

O Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, através da Mensagem Governamental n. 119/87, apresenta o Projeto de Lei que pretende introduzir modificações na Lei n. 7547, de 10 de dezembro de 1981, que visa reformas na estrutura do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado.

Submetido à Comissão de Constituição e Justiça, esta opina favoravelmente à sua aprovação.

No que compete a esta Comissão de Finanças, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação da matéria por esta Casa de Leis.

Assim sendo, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.87.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

ALEXANDRE CERANTO

Relator

da C.C.J., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário em número de duas (02), devidamente apoiadas, constantes do expediente, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI N. 350/87

Substitua-se a Tabela XIII do Anexo I, pela seguinte:

TABELA XIII

Procurador	46.026,13
Consultor Legislativo	
"A" Nível 1	28.495,07
Consultor Legislativo	
"B" Nível 2	26.785,37
Consultor Legislativo	
"C" Nível 3	25.075,66
Consultor Legislativo	
"D" Nível 4	23.365,96
Médico - "A" Nível 4	23.365,96
Médico - "B" Nível 5	21.656,25
Médico - "C" Nível 6	20.930,95
Dentista - "A" Nível 4	23.365,93
Dentista - "B" Nível 5	21.656,25
Jornalista e Redator	
"A" - Nível 5	21.656,25
Secretário de Comissão	
Nível 3	25.075,66
Taquígrafo "A" Nível 3	25.075,66
Taquígrafo "B" Nível 4	23.365,96
Técnico Legislativo Nível 7 ...	19.477,62
Oficial Legislativo	
"A" - Nível 8	14.165,54
Oficial Legislativo	
"B" - Nível 9	12.837,52
Oficial Legislativo	
"C" - Nível 10	11.509,50
Oficial Legislativo	
"D" - Nível 11	8.853,46

Sala das Sessões, em 26.11.87.

(aa) José Rogério Carvalho, João Arruda, José Afonso Júnior, Nilton Barbosa, Antônio Annibelli, Anibal Khury, Basílio Zanusso, Lindolfo Júnior, Ferrari Júnior e Erondy Silvério.

EMENDA DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI N. 350/87

Inclua-se onde couber:

Art. - Os órgãos do Poder Executivo, tanto da administração direta como da indireta, o Tribunal de Contas do Estado e os Poderes Legislativo e Judiciário, terão um Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos para os servidores e empregados técnicos e administrativos, aprovado pela Assembleia Legislativa, assegurada a observância do princípio

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 350/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 123/87), que visa majorar, a partir de 1º/01/88, os vencimentos dos Cargos Efetivos, em Comissão e Funções Gratificadas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, inclusive Conselheiros, Auditores e Procuradores, dos Membros da Magistratura, do Ministério Público e o soldo dos integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS

da isonomia salarial e a uniformidade de critérios tanto para ingresso mediante concurso público de provas, ou de provas e títulos, quanto para a promoção e ascensão funcional, com valorização do desempenho e da titulação do servidor e do empregado.

Parágrafo Único - No prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da vigência desta Lei, o Poder Executivo submeterá à aprovação da Assembleia Legislativa o Plano de que trata este artigo.

Sala das Sessões, em 26.11.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSI

Apoio:

Luiz Antônio Setti, Antônio Costenaro Neto, Ezequias Losso e João Arruda.

O SR. RAFAEL GRECA - (Para discutir) Senhor Presidente, peço que me seja concedido o teor do Projeto a partir do original, que está na mesa.

(É atendida a solicitação do Senhor Deputado).

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Claro que todo o Projeto que visa melhorar os vencimentos dos Cargos Efetivos, em Comissão, Funções Gratificadas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado inclusive dos Conselheiros, Auditores, Procuradores, membros da Magistratura do Ministério Público e o soldo dos integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná, deve a princípio e em tese, merecer a generosa acolhida desta Casa do Povo, ainda mais em se tratando a nossa situação econômica de uma situação econômica extremamente precária, provocada pela maior inflação e desordem econômica provocada até por um certo conflito social que se esconde atrás da máscara sorridente do Ministro Bresser Pereira, Ministro do PMDB, Ministro de Estado da Fazenda, e que tenta se mascarar e se mistificar através de notas como as 5 Zonais do PMDB de Curitiba andaram soltando esta semana, na Cidade, contra o arrocho salarial do Governo Federal, que eles ainda reputam da extinta ARENA. Uma nota que saiu com 9 anos de atraso!

No entanto, mistificação à parte, cabe a este Deputado de Oposição, mas caberia a qualquer Deputado da Situação, caberia a qualquer Deputado do Paraná, levar ao Plenário e levar à opinião pública do Estado, algumas indagações que talvez o Senhor Mário Pereira receba em resposta da Canadian Consulting Services que o Diário Oficial do Estado hoje reporta. Ele está indo visitar, na missão que vai tratar da Ferrovia do Oeste, meu caro deputado David Cherigate, mas, talvez, essa Consultora canadense também dedique uma parte do seu tempo para nos responder algumas perplexidades com relação a esta Mensagem de Aumento proposta ao Senhor Governador.

Eu, realmente, não entendi! Se eu estiver errado, por favor, corrija-me.

Não quero também discutir a necessidade do aumento, acho mais do que necessário, mas, quero perguntar algumas coisas. Por exemplo: Por que que os funcionários de carreira desta Assembleia vão ter só 54% de aumento? Por que os funcionários de carreira do Egrégio Tribunal de Contas do Estado também vão ter só 54% de aumento? Por que os cargos em Comissão, de simbologia C, que são os funcionários que ganham menos, vão ter os mesmos 54% de aumento? E agora, por favor, não se volte contra mim a ira de nenhum DAS-5, mas por que os DAS-5 desta Assembleia vão ter 78% de aumento? Qual é o critério? Por que o magistério vai ter na sua referência 11, 65,7% de aumento e o magistério de ensino superior vai ter o mesmo percentual? Seria pelo argumento tão usado pelos Governantes, já usado por Rui Barbosa? Quando se iniciava no seu socialismo "moreno", que não desabrochou, o "papagaio de Haia" dizia o seguinte: que fazer justiça era tratar de maneira desigual aos desiguais". No entanto, quando nós chegamos no pessoal do quadro geral do Executivo, nós vemos que os funcionários de nível maior, os de nível I, vão ter 181% de aumento, já os funcionários de nível menor, os de nível F, vão ter 106% de aumento. Nós não entendemos e também parece que o Deputado Raul Lopes não entendeu, porque há sobre as nossas Bancadas, uma matéria sua, oportunamente publicada na imprensa hoje, a propósito de contradições entre soldos na Polícia e percentuais de soldo na Polícia. Nós não entendemos esses percentuais, efetivamente não os entendemos.

Não queremos dizer que o aumento não seja justo o aumento maior, que é de 181%, que vai ser dado para o Quadro Geral do Executivo no seu nível maior, que é no nível I. Mas e o tal aumento de 108% anuncia do nas manchetes e na mídia? Esse é bom para os que estão acima da média, mas é muito mal para os que estão com 54, 65 e 78. Abaixo desta média, estão nesta categoria de 54%, os funcionários desta Casa que têm os menores salários, os humildes, os oprimidos pela pobreza, os que já não podem ir ao supermercado. Estão nesta categoria de 54%, os funcionários comissionados que ganham menos, o que agrava em nossos gabinetes a espora da injustiça. Já, e por favor não me odeiem os DAS-5, estes recebem 78%, mas também são injustiçados em relação aos funcionários do nível I do Executivo, que ganham 181%. E os funcionários do Executivo também não me odeiem, porque há os injustiçados lá, que vão ganhar só 106% de aumento.

Nós não somos contra os que recebem

maior percentual, apenas não entendemos a discriminação, não é como o Governador anunciou, que receberia mais quem ganha menos. O exemplo é dos nossos DAS-5 que são mais graduados e que vão ganhar mais, e é dos cargos em Comissão, simbologia C, de 54%, que vão ganhar menos. O exemplo também se faz no Quadro Geral do Executivo, onde os de nível I, vão ganhar mais 18%, e os níveis F vão ganhar 106%. Juro Deputado Caíto Quintana, que eu gostaria de entender esses critérios.

Eu não sei se o nosso Secretário, em vias de embarcar para o gélido Canadá, - nesta época do ano deve, inclusive, se abrigar bastante, deve usar as ruas subterrâneas que existem em Vancouver, em Toronto, em Ottawa - eu não sei se ele vai buscar lá a explicação. Mas eu não sei também se não entrarmos nós numa fria em votar esta Mensagem, e numa fria desnecessária, porque não se faz o nosso Natal branco como o do hemisfério Norte, se não precisa-se fazer caloroso. Parece que o Secretário andou aqui na Assembléia tentando explicar, e parece que os Deputados da situação também não entenderam.

A inflação de novembro foi de 13%, a inflação de dezembro prevista com otimismo é de 15,5%, e a inflação de janeiro prevista, claro que sem considerar a gradual elevação quando a temperatura sobe, as pessoas descem a serra e tudo fica muito mais caro, é de 18%. A se confirmarem esses índices previstos pela Fundação Getúlio Vargas, e tomando-se as inflações de agosto, setembro e outubro teremos no semestre de agosto a janeiro com um cálculo muito otimista, jamais o cálculo de um Deputado do PDT, porque se eu consultasse o Brizola ele me mandaria talvez até exagerar nos números, nós teremos neste semestre uma inflação de 110%.

Os 54% dado agora para algumas das categorias funcionais, as mais oprimidas, capitalizados com os 20,02 que não foram dados, foi uma conquista de reposição salarial prescrita pelo plano Bresser e até concedida com um certo atraso. Eles deram um índice de aumento de 84,83% para o semestre inteiro contra os 110% de inflação para o mesmo semestre, o que qualifica um achatamento salarial que já reflete-se nas zonais do PMDB, porque os 5 cavaleiros do Apocalipse do Prefeito Roberto Requião encheram a cidade de panfletos dizendo que o arrocho salarial é uma invenção, e pasmem a humanidade, uma invenção do Governo Federal, da Arena. Com nove anos de atraso, para satisfazer o FMI, que agora parece que não tem mais a Senhora Juff" mas tem o Senhor Tomaz - eu me esqueci do seu augusto sobrenome - hospedado no décimo andar do Banco Central em Brasília, que é aquele prédio que tem a laje tão fina, - isso é

uma loucura da ditadura -, tem a laje tão fina na sua extremidade, que se uma pessoa mais gorda como eu sentar-se numa escrivaninha naquele ponto da laje, o prédio desaba, porque aquilo não agüenta mais do que 120 quilos por metro quadrado na sua parte mais esbelta de estrutura. Está lá a Comissão do FMI instalada, mas que eu saiba ela não se instalou no escritório do Senhor Mário Pereira, e eu aguardo a explicação.

Há uma situação de hiper-inflação, os bancos estão captando recursos, hoje a 460% ao ano para aplicações em 60 dias, e os recursos estão sendo emprestados, aos tomadores de empréstimos, às astronômicas e estratosféricas taxas de 700% ao ano. Ao mesmo tempo, nós vemos o nosso Governador defender os 5 anos do Presidente José Sarney, talvez pelo poder de barganha em defesa do Paraná.

Nós vemos já o truculento Governador de Minas Gerais mudando de assunto, já querendo 4 anos para o Presidente José Sarney, e nós assaltados por todas essas perplexidades, ficamos é muito felizes que não se tenha instituído entre o povo brasileiro o costume Norte-americano de, neste dia de Ação de Graças, se comer farta ceia com champagne e com peru porque, caso contrário, hoje não poderiam nas casas dos funcionários públicos do Paraná nem serem abertas as champagnes e nem ser trinchado o peru. As pessoas só podem mesmo é ir a essa missa na catedral, ao menos para dar graças a Deus e mais, em coro, com Dona Débora e o Governador Álvaro Dias, pedirem à Senhora da Luz e ao bom Deus que, quem sabe, comecem por iluminar o Secretário de Estado da Administração. Era isso.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Continua em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Vamos colocar em votação as Emendas.

Emenda oriunda do Senhor Governador do Estado e referente à Mensagem n. 123/87 de 23 de novembro do corrente.

(Lê)

"Tenho a honra de solicitar de Vossas Excelências suas prezadas providências, no sentido de que seja alterado o texto do Anteprojeto de Lei que acompanha Mensagem supra mencionada para na mesma serem incluídas as seguintes modificações" e seguem-se modificações constantes deste documento.

Em discussão.

Em votação.

Aprovada a Emenda.

Emenda de iniciativa da Comissão Executiva da Assembléia, assinada por inúmeros Deputados. Lê) "Substitua-se a tabela XIII do Anexo I pelas seguintes" Segue-se

a tabela.

Em discussão.

Em votação.

Aprovada.

Emenda do Senhor Deputado Basílio Zanusso. (Lê). "Inclua-se onde couber: os órgãos do Poder Executivo, tanto da administração direta como da indireta, do Tribunal de Contas do Estado, dos Poderes Legislativo e Judiciário terão um Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos" E segue.

Está em votação. Desculpem o Deputado Basílio Zanusso pede para encaminhar. Concedamos a palavra ao ilustre Deputado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Para encaminhar)

Senhor Presidente. Em oportunidade recente, este Deputado apresentou Emenda idêntica, com pequenas alterações, e visa, agora através desta Emenda proposta que o Governo do Estado implante, futuramente um plano que dê e que objetive uma equiparação, uma isonomia salarial, a paridade salarial entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário há tanto procuram fazer com que isto seja uma realidade. Não é justo que o advogado do Tribunal de Justiça ou do Tribunal de Contas tenha remuneração diferente do Poder Legislativo, ou que o jornalista que cobre esta Casa, diariamente, tenha vencimento inferior ao jornalista também dos Tribunais e mesmo do Executivo a exemplo de tantas outras categorias. Portanto a Emenda que apresentamos, além desse Deputado outros também a subscreveram, objetiva, tão somente, que o Senhor Governador, futuramente, na oportunidade que lhe aprovar, encaminhe a esta Casa um plano, um estudo, uma proposta, para que de vez o Estado do Paraná provavelmente, seja até pioneiro no Brasil na implantação, com justiça, de uma orientação única de pagamento na folha de seus funcionários, em todos os níveis, em todos os seus três poderes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Continua em votação a Emenda do Senhor Deputado Basílio Zanusso. Vossa Excelência, nobre Deputado Antônio Costenaro Neto, tem a palavra para encaminhar.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO - (Para encaminhar) Nós também assinamos este requerimento do Deputado Basílio Zanusso, esta Emenda, porque nós entendemos que isonomia salarial é um bom caminho para que se tenha paridade em vários setores atuantes dos profissionais, atuando em vários setores, naturalmente, mas com o mesmo preparo. Nós não podemos ter numa mesma categoria salarial ou operacional de trabalho, funcionários de primeira classe, de segun-

da ou de terceira.

Então, se no Poder Judiciário o valor de um advogado, como exemplo um jornalista seria de X cruzados, Executivo X + Y e no Legislativo X - Y, nós estaríamos fazendo classificações diferentes de trabalho.

Eu acredito que desde que se ocupe a mesma função, em todos os Poderes, há um direito de igualdade e paridade salarial. Portanto, nós assinamos essa Emenda e gostaríamos que fosse, recebêssemos apoio, como a situação o recebeu da nossa Bancada e de outros companheiros da Oposição. Assim espero que os Deputados da Situação também tenham essa ótica, porque é uma forma de se estabelecer a igualdade social, principalmente nas classes trabalhadoras e prestadoras de serviço.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Continua em votação a Emenda.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Para encaminhar) Senhor Presidente.

As Emendas que se encontram sobre a Mesa, principalmente a Emenda da Executiva deste Poder, ela tem como escopo, exatamente, igualar o jornalista, o médico, os funcionários desta Casa aos demais Poderes.

Como o corpo da Mensagem Governamental tem procurado dar os aumentos, tanto do Judiciário, quanto do Executivo, quanto do Legislativo, no mesmo percentual aos três Poderes, parecia-me que o projeto originário da Emenda do funcionalismo, os funcionários deste Poder estavam defasados.

A Emenda corretiva que está sobre a Mesa está suprimindo essa dificuldade.

Agora, eu queria apelar ao nobre Deputado Basílio Zanusso, que ele entendesse o nosso posicionamento, de que é impossível a este Plenário e à nossa Bancada e aos companheiros de Oposição também, aprovarmos uma Emenda que mexe com a sistemática inteira do funcionalismo público do Estado. Tal emenda não nos dá a menor possibilidade de que possamos avaliar o que isso representa para a estrutura do Poder. E quero apelar no seguinte sentido, Deputado Basílio Zanusso: que nós teremos no ano que vem um ano de Constituição Estadual, onde o empenho de Vossa Excelência, que eu admito tenha sido dos melhores, se possa na confecção a proposição de Vossa Excelência que, por certo, dará um melhor equilíbrio aos funcionários. Permita-nos, sem demérito à sua Emenda, que a nossa Bancada pela precaução de não mexermos com a estrutura do funcionalismo, no afogadilho e venhamos a votar contra, nos propondo a discutir com Vossa Excelência e os demais subscritores no instante da feitura da

Constituição do Estado do Paraná no próximo exercício.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Continua em votação a Emenda. Os Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. A Emenda está rejeitada.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n.º 351/87, de autoria do Poder Executivo - (Mensagem n.º 124/87), que objetiva alterar a redação dos incisos IV e V do Art. 84, das Subseções IV e V do Capítulo II, Título III e dos Arts. 88 e 89 da Lei Complementar n.º 14, de 26 de maio de 1982, com suas alterações posteriores, na forma que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Em votação. (Public. no DA. 138, de 23.11.87, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 351/87

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental n.º 124/87, o presente Plano de Lei objetiva alterar a redação dos Incisos IV e V do artigo 84, das Subseções IV e V do Capítulo II, título III e dos artigos 88 e 89 da Lei Complementar n.º 14, de 26.05.82, com suas alterações posteriores, na forma que especifica.

As modificações consubstanciadas nesta proposta, visam garantir aos Integrantes do Quadro de Pessoal da Polícia Civil do Estado, o direito de perceber gratificações pelo exercício de funções com risco de vida.

De acordo com o artigo 48, do Regimento Interno, esta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a se manifestar sobre os aspectos legal e constitucional da questão, vem a se pronunciar favoravelmente, pois a medida encontra apoio no artigo 47, inciso I, da Carta Magna Estadual.

Portanto, nada encontramos que venha a se opor à aprovação do referido Projeto de Lei Complementar.

Assim sendo, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 351/87

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental n.º 124/87, o Plano de Lei em tela, objetiva alterar a redação dos Incisos IV e V, do artigo 84, das Subseções IV e V do Capítu-

lo II, título III e dos artigos 88 e 89 da Lei Complementar n.º 14, de 26.05.82, com as suas alterações posteriores, na forma que especifica.

O mesmo foi devidamente analisado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, merecendo parecer favorável em relação à sua legalidade e constitucionalidade.

Procedendo-se a análise da medida, por esta Comissão de Finanças, só foram encontrados aspectos que convencem da importância, oportunidade e elevado significado da proposta, vindo a seguir o entendimento da Comissão supra citada.

Por todo o exposto acima, somos de parecer favorável à sua aprovação, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.87.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

HOMERO OGUIDO

Relator

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu solicito o enunciado. Eu solicito que o Senhor diga em que página.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Ah! pois não, Excelência. Está na página n.º 5, item 32.

Está em discussão.

Em votação. Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

EM VOTAÇÃO

1. DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 305/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 101/87), que retifica o Art. 1.º da Lei n.º 7.522, de 17.11.81, para que dele conste que o imóvel da Rua Treze de Maio será transferido ao patrimônio da COHAPAR e, em consequência, que o da Rua Barão de Antonina seja doado à Associação do Deficiente Motor, doação esta para finalidade certa e com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1. DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 329/87, de autoria do Deputado David Cheriegate, que cria o Município de Diamante D'Oeste. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n.º 101/87, de autoria dos Deputados José Felinto e Anibal Khury, que altera

dispositivos do anexo I, de que trata o Art. 290, da Lei Complementar nº 14, de 26.05.82, com referência ao número de vagas da carreira de Escrivão de Polícia Feminino. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar nº 307/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 102/87), que objetiva acrescentar parágrafo único do Art. 4º, da Lei Complementar nº 19, de 29 de dezembro de 1983, dispondo que, verificada a necessidade do serviço, os titulares dos cargos de Delegados Geral e Corregedor da Polícia Civil não serão classificados no Quadro Suplementar, enquanto permanecerem na respectiva titularidade. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 254/87, de autoria do Poder Executivo - (Mensagem nº 95/87), que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Santa Terezinha do Itaipu um imóvel constituído da área de 12.500 m², parte da área maior havida pelo Estado, na sede do referido Município, conforme transcrição nº 3.834, às fls. 291, do livro 3-D, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Foz do Iguaçu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 117/83, de autoria do Deputado NELSON VASCONCELLOS, que declara de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA SAGRADA FAMÍLIA, com sede e foro no Município de Xambrê. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 236/86, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que declara de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ESTADUAL JOAQUIM JOSÉ DA SILVA XAVIER-ENSINO DE 1º GRAU, no Município de Marumbi, Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 26/87, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, dispondo que o Presidente, o Secretário Geral e o Tesoureiro Geral, uma vez eleitos, ficarão automaticamente à disposição da Federação de Entidades de Servidores Públicos do Paraná - FESPEP, sem nenhum prejuízo funcional. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.R.H., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº

155/87, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública, o SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE GUARAPUAVA, com sede e foro no Município de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO -- Do Projeto de Lei nº 166/87, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 59/87, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Jandaia do Sul, os lotes que especifica com área de 4.011,53 m², situados naquele Município, conforme matrícula nº 1707, do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Jandaia do Sul. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.O.P.T.C. e C.T.I.C., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 167/87, de autoria do PODER EXECUTIVO - Mensagem nº 63/87, que dá nova redação ao Art. 2º da Lei nº 7.682, de 08.12.82. (Os imóveis, objeto da doação de que trata esta Lei destinam-se, exclusivamente, à construção de residências para famílias de baixa renda, construção de um asilo para velhos e construção de escola profissionalizante. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., C.F., C.O.P.T.C. e C.T.I.C., por unanimidade. **Em votação.**

O SR. RAFAEL GRECA - (Para discutir) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quer o Poder Executivo doar ao Município de Foz do Iguaçu uma área de terreno, confirmando o que já havia sido autorizado pela Assembleia em dezembro de 1982. No entanto, põe o Poder Executivo a seguinte ressalva: "Os imóveis, objetos da doação de que trata esta Lei destinam-se exclusivamente à construção de residências para famílias de baixa renda, construção de um asilo para velhos e construção de uma escola profissionalizante."

Eu me pergunto porque o Poder Executivo, ao atender o elevado interesse do Município de Foz do Iguaçu, que primeiro pediu a área estadual só para construção de casas para famílias de baixa renda, não amplia isso e além de asilos de velhos e escolas profissionalizantes, inclui outras destinações de uso social? Por exemplo: confesso que o estudo que fazia hoje dos percentuais e das contradições da Mensagem do Aumento do Funcionalismo do Estado, não me permitiu fazer uma Emenda mais abrangente para que se desse ao Município de Foz do Iguaçu a oportunidade de utilizar esse terreno além da escola profissionalizante, além do asilo de velho para construção de outros equipamentos dentro

da responsabilidade do Prefeito, dentro da responsabilidade da Câmara, e dentro da necessidade que surja.

Aliás, parece mesmo que construir casas para famílias de baixa renda, é uma posição quase impossível, pois depois que a Nova República implodiu o BNH, a Caixa Econômica Federal só financia casa para quem ganha mais do que quatro ou cinco salários mínimos.

Desapareceram, pelo menos aqui na COHAB de Curitiba, os projetos de desfavelamento que tinha o Prefeito Jayme Lerner para quem ganhava até meio salário mínimo, que era aquele financiamento do lote urbanizado com parede hidráulica.

Desapareceram também os projetos chamados de auto-construção, que eram aqueles financiamentos do material de construção e do lote, para que a família, então, escolhesse aonde quisesse, sem servir a nenhuma empreiteira. E como compraria dentro do mercado da cidade as paredes, o telhado, enfim, o espaço do seu lar.

A Nova República matou o BNH, mas a Nova República, matou sobretudo, a esperança das pessoas de baixa renda, os que têm menos do que 4 salários mínimos, de terem acesso à casa própria.

Aliás, esta Casa dá um Título de Cidadania ao Senhor Theobaldo Machado, da COHAPAR, que saiu nos jornais em anúncio institucional como o "Benemérito Homem da Casa Popular" e, no entanto, o Senhor Theobaldo Machado também esteve de mãos atadas e nada conseguiu fazer pelos de renda muito baixa. É uma questão para ser pensada pelo discurso de saudação da Cidadania Benemérita da próxima segunda-feira. Pode ser que haja benemérito; mas das famílias que ganham mais do que 4 salários mínimos.

Era isso!

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- Em discussão o Projeto de Lei nº 167/87.

Em votação.

Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 209/87, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de Utilidade Pública, o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MISSAL, com sede e foro no Município de Missal. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 215/87, de autoria do Deputado VALDERI MENDES VILELA, que declara de Utilidade Pública, o LAR DOS VELHINHOS BOM SAMARITANO, com sede e foro no Município de Barbosa Ferraz. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 216/87, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que declara de Utilidade Pública, o GRÊMIO ESPORTIVO MARNA, com sede e foro no Município de Piraquara. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 272/87, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO, que cria o Município de Iguaçu, o Distrito Administrativo de Iguaçu com sede correspondente ao atual Distrito Judiciário, com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 275/87, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que declara de Utilidade Pública a CASA DA CULTURA DE PATO BRANCO, com sede e foro na Cidade de Pato Branco. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 281/87, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA CRIANÇA FELIZ, com sede e foro na Cidade de Palmital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 283/87, de autoria do Deputado Tadeu Lúcio Machado, que declara de Utilidade Pública o CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE TOMASINA - CODECOM, com sede e foro no Município de Tomasina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 288/87, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA - APMI, com sede e foro na cidade de Capitão Leônidas Marques. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 291/87, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor José Rodrigues Lopes Júnior. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 293/87, de autoria do Deputado Cândido Bastos, que declara de Utilidade Pública o

CENTRO CULTURAL ITALO - BRASILEIRO DANTE ALIGHIERI, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 296/87, de autoria do Deputado Nestor Baptista, que declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE ESPÍRITA MISSIONÁRIOS DO MESTRE - com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 297/87, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que dispõe sob divulgação das apreensões de veículos automotores furtados, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria, C.S.P, por unanimidade. Em votação.

Sobre o referido projeto, emenda aditiva de plenário, em número de uma, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO

AO PROJETO DE LEI N° 297/87

"Dispõe sobre divulgação das apreensões de veículos automotores furtados, conforme especifica".

Acrescente-se, ao artigo 3° do Projeto, o seguinte parágrafo:

"§ ... - No prazo de 15 dias, a contar da data da publicação, as listas deverão ser encaminhadas aos principais órgãos de divulgação do Estado".

Sala das Sessões, em 26.11.87.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Apoio: Anibal Khury, Ferrari Júnior, Antônio Bárbara e Algaci Túlio.

JUSTIFICATIVA:

O número de veículos automotores furtados cresce dia a dia, tanto na zona urbana como rural. Também as dificuldades de seus proprietários em reavê-los aumentam dia a dia. A publicidade, a publicação da listagem dos veículos apreendidos, nos principais órgãos de divulgação do Estado, vai possibilitar àqueles que tiveram seus bens furtados, uma oportunidade de resgatá-los.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Para encaminhar) - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

O Senhor Deputado Algaci Túlio, através do Projeto de Lei de n° 297/87, apresenta à consideração da Casa uma obrigatoriedade da Secretaria de Segurança a divulgar a apreensão dos veículos automotores furtados e dá outras providências. Quando o projeto tramitou na Comissão de Constituição e Justiça, o meu voto - e vo-

to vencido, foi contrariamente ao projeto. Por que, Senhor Presidente, Senhores Deputados?

Porque entendo que isto não é matéria de lei. É matéria administrativa. Por isto existem as separações dos Poderes: Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário. Ora, esta é uma função eminentemente Executiva, que não é matéria de lei ordinária. Mas assim não entenderam os ilustres membros da Comissão de Justiça. E eu fui voto vencido.

Portanto, Senhor Presidente, volto a afirmar que meu voto será contrário à esta matéria. Entretanto se assim não entenderem os eminentes Senhores Deputados, apresento uma emenda ao projeto que diz o seguinte:

"Acrescente-se onde couber artigo: fica a Secretaria de Estado da Segurança obrigada, igualmente, a divulgar em órgãos de divulgação do Estado, diariamente, o nome das pessoas presas ou detidas.

Muito mais importante do que um veículo apreendido, é uma pessoa que às vezes é detida injustamente e a família, muitas vezes não sabendo, dá a pessoa como desaparecida.

Nestas condições, acho que a emenda cabe perfeitamente no projeto. E posteriormente, também apresentarei um Projeto de Lei determinando, - e a moda tem que pegar -, que a Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social divulgue também o nome das pessoas que são vacinadas contra poliomielite e outras doenças infecto-contagiosas.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Continua em votação a matéria.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Para encaminhar).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente. Quando analisei meu projeto, fiz evidentemente com a intenção de ajudar e não com a intenção de atrapalhar.

A minha militância há muitos anos na área da segurança pública me dá estas condições de analisar este projeto, de colocá-lo à apreciação deste Plenário, porque entendo que lamentavelmente, mesmo sendo uma matéria de parte administrativa, o que nós vemos na verdade, é que se ficarmos na dependência das providências administrativas, lamentavelmente, os órgãos do Governo não atendem e este é um assunto sério, seriíssimo, porque o índice de roubo de veículos no Brasil inteiro é muito grande e aqui em Curitiba, no Paraná, não é dife-

rente.

Na semana passada, quando da audiência da Comissão Parlamentar de Inquérito a respeito do problema do entreposto do Porto de Paranaguá, o Presidente do Sindicato dos Caminhoneiros fazia uma grave denúncia, que vinha corroborar, inclusive, aquilo que nós já dizíamos e por isso já tínhamos feito este projeto.

Lamentavelmente, se roubam um carro em Curitiba, lá em Ponta Grossa a Delegacia local não sabe. Se roubam um caminhão em Cascavel, em Foz do Iguaçu possivelmente ninguém sabe também.

É evidente que essa desinformação, talvez até levada por desinteresse de próprios elementos da Corporação da Polícia Militar ou da Civil, e vejam bem, Senhores Deputados, em São Paulo, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo aprovou um projeto semelhante e que foi motivo, inclusive, da Emenda do companheiro Luiz Carlos Alborghetti e está aqui uma página inteira do Jornal de São Paulo, onde se publica: "Veículos furtados - veículos recuperados pela Polícia". É uma maneira, inclusive, de fazer com que os órgãos de segurança do Estado do Paraná levem mais a sério o roubo de veículos neste Estado. Eu volto a repetir: se roubarem um carro, agora, aqui em Curitiba, até amanhã, ou depois de amanhã ou até a semana que vem, em Ponta Grossa ninguém saberá que este carro foi roubado e este carro poderá estar circulando por Ponta Grossa.

A solicitação para que no Diário Oficial do Estado conste essa relação, é porque em todas as repartições públicas, órgãos do Governo, é recebido o Diário Oficial e, conseqüentemente, ele ficará afixado na Delegacia, à vista inclusive de todos os policiais. O companheiro Luiz Carlos Alborghetti vai mais além no meu projeto. Ele pede para que seja feita a divulgação nos órgãos do Estado do Paraná, nos jornais de circulação no Estado do Paraná. É por demais importante, é coisa séria.

A Emenda que o Deputado Erondy Silvério quer apensar ao meu projeto, parece-me totalmente descabida e me causa estranheza até, pela sua experiência como Parlamentar, dizer que vai entrar com um projeto para que publiquem o nome das pessoas desaparecidas.

Se entende assim, Vossa Excelência já devia ter feito, porque está aqui há muitos anos nesta Casa e não o fez até hoje. Este Parlamentar está querendo contribuir com a segurança pública do Estado do Paraná e contribuir com o nosso povo que está tendo os seus veículos roubados quase que diariamente.

É apenas neste sentido: para colaborar e fazer com que a parte administrativa dos

órgãos de segurança se movimentem, levem mais a sério o problema do veículo, porque hoje um automóvel não custa barato, um caminhão não custa barato. A desinformação e descontrole entre a Polícia Militar e a Polícia Civil e entre os Departamentos da própria Polícia Civil, há um descontrole total. Poucos elementos comunicam o roubo de um veículo para uma outra Delegacia. Foi nesse sentido, procurando colaborar, é que nós fizemos este projeto e que esperamos a compreensão dos amigos, inclusive, votando favorável à Emenda do companheiro Luiz Carlos Alborghetti.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Em votação o Projeto.

Em votação as Emendas:

Emenda nº 1, do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

(Lê a Emenda).

Em votação a Emenda.- Aprovada.

Emenda do Senhor Deputado Erondy Silvério e outros Senhores Deputados.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) - Eu gostaria de solicitar ao Deputado Erondy Silvério, a retirada, no dia de hoje, dessa Emenda para fazermos uma avaliação mais profunda do próprio projeto para amanhã, e se Vossa Excelência pretender manter a Emenda, poderia caber em 3ª votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - O Deputado Erondy Silvério está com a palavra.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, nós atendemos a solicitação do Líder e retiramos a Emenda. Nós queremos deixar claro que se não apresentamos anteriormente projeto dessa natureza apesar dos longos anos que militamos nesta Casa, é porque é totalmente infundado. Isso é matéria eminentemente administrativa; isso não é matéria de Lei Ordinária. Existe a separação dos poderes do Estado, quando há uma falha na Secretaria de Segurança, o Deputado como representante da população deve encaminhar, através de requerimento nesta Casa, proposta ao Senhor Governador do Estado, pela dissídia, pelo descumprimento das funções precípua de qualquer Secretaria de Estado.

Esta é a separação de poderes. Assim eu entendo. Eu não condeno o autor do Projeto, que quer aperfeiçoar a máquina administrativa, absolutamente. Não fiz nenhuma crítica pessoal, mas, não recebo também crítica pessoal. Se eu estou aqui há tan-

tos anos, é porque o povo sempre me reconduziu, sem demagogia de rádio, sem prometer reformar o mundo, sem nada disso, o povo sempre me reconduziu. Discordo do Projeto porque existe efetivamente um critério na apresentação de proposições nesta Casa.

Existe uma Constituição que nós temos que observar; existe a Lei Orgânica dos Municípios, e não é dado o direito a nenhum Deputado de desconhecê-las, nem a Constituição do Estado, nem a Federal, nem a Lei Orgânica dos Municípios. A Constituição define muito bem a separação de poderes, o que é matéria de Lei Ordinária, Complementar, Extraordinária, o que é matéria Administrativa, o que é competência do Poder Judiciário, o que é competência do Poder Legislativo e da mesma forma do Poder Executivo. Por essa razão, não apresentei até hoje um projeto dessa natureza. Mas, eu retiro a Emenda atendendo ao apelo do Deputado Caíto Quintana, para examinarmos na sessão de amanhã.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 302/87, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO ALTO TARUMÁ", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.- Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 303/87, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES DE GUARAPUAVA", com sede e foro em Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.- Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 309/87, de autoria do Deputado ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Pastor WADY BECHARA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.- Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 318/87, de autoria do Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, que autoriza o Poder Executivo a doar à PREFEITURA MUNICIPAL DE APUCARANA a data de terras n° 19 da quadra n° 3-A, naquela localidade, com área de 746,62m², sem benfeitorias, conforme transcrição n° 5.218, de 27-02-47, do Registro de Imóveis de Apucarana, sendo o referido lote de propriedade do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade.- Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 321/87, de autoria da Deputada AMÉLIA

HRUSCHKA, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO PROLOCAR", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.- Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 327/87, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de Utilidade Pública o Departamento de Ação e Promoção Social "VÓ DURVINA", com sede e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.- Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 51/87, oriundo do PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (ex- Projeto de Lei n° 32/86). Autoriza a realização de Plebiscito na área adiante descrita, no município de Guarapuava, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de PALMEIRINHA. EM REGIME DE URGÊNCIA.- Em votação.

O SR. CÂNDIDO BASTOS - (Para discutir) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Para discutir, Vossa Excelência tem a palavra.

O SR. CÂNDIDO BASTOS - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Retorna a esta Casa, agora em 2.^a Discussão, o Projeto de Resolução n° 51/87, que prevê autorização para a realização de plebiscito no município de Guarapuava, na localidade de Palmeirinha. Este Projeto de Resolução é oriundo do Projeto de Lei n° 32/86, o qual já teve a sua 1.^a Discussão encerrada nesta Casa, e agora nos encontramos nesta fase da 2.^a Discussão para autorização da realização de Plebiscito.

O Projeto foi retirado da Ordem do Dia há pouco tempo nesta Casa, a requerimento deste Deputado solicitando o seu retorno à C.C.J. desta Casa a fim de que se realizasse um exame do referido Projeto de Resolução.

Dos motivos que nos levaram, naquela oportunidade, a solicitar tal reexame da C.C.J., entre outros, posso citar exatamente a não complementação da documentação necessária para autorização através de resolução a fim de que se realizasse o referido plebiscito.

E no requerimento a que dei entrada naquela ocasião e aprovado por esta Casa, fizemos uma inteira justificativa dos motivos da não complementação nesta Casa da documentação referida, principalmente com referência à posição econômica apresentada neste projeto em que em cumprimento da Lei Complementar n° 1, Federal; e Lei Orgânica dos Municípios; Lei Complementar n° 27, do

Estado do Paraná, a comprovação de que qualquer área para ser desmembrada e se transformar em um novo Município do Estado do Paraná deverá ter a sua comprovação de que a movimentação econômica no exercício imediatamente anterior prevê que seja no mínimo de 5 milésimos da arrecadação tributária total do Estado do ano, repito, imediatamente anterior.

No Estado do Paraná, conforme certidão expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, no exercício de 1986, o total da receita real arrecadada foi da ordem de Cz\$ 11 bilhões, 352 milhões, 868 mil, 194 cruzados e 28 centavos. Cinco milésimos desse total da arrecadação equivale a Cz\$ 56 milhões, 764 mil, 340 cruzados e 97 centavos. E no atual processo, ora em discussão nesta Casa, na documentação encaminhada à Assembléia Legislativa, esta arrecadação não foi atingida naquela região, não atingiu o mínimo necessário e a arrecadação que consta no processo referente àquele período é de Cz\$ 1 milhão, 760 mil, 498 cruzados e 94 centavos.

Em redor de menos de 50 milhões de cruzados, a menos do que consta no processo desta Resolução nº 51/87, que prevê a emancipação da área de Palmeirinha, do município de Guarapuava.

Requeremos, naquela ocasião, e foi aprovado por esta Casa, repito, para cumprimento da Lei Complementar Estadual nº 27 e da Lei Complementar Federal nº 01 e suas alterações pelas demais Leis Complementares Federais.

A nosso modo de entender, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná não pode se esquivar e não pode deixar de observar as exigências legais que as Leis Estaduais referidas, e as Leis Federais, a que também me referi, possam deixar de ser observadas. No entanto, houve-se por bem que este Projeto de Resolução retornasse a esta Casa, para apreciação dos Senhores Deputados, agora em 2. Discussão.

No entretanto, repito, estas condições não foram cumpridas neste Processo, e exatamente, nesta fase da autorização plebiscitária, é que esta Casa deve, a nosso modo de entender, fazer que estas determinações legais sejam cumpridas integralmente.

Este Projeto, como disse, retornou para reexame na C.C.J., e naturalmente a Comissão Permanente respectiva estará e está providenciando e solicitando a complementação destes documentos. Portanto, no nosso modo de entender, este Processo não está ainda perfeitamente complementado com as exigências legais para que esta Casa possa votar e dar a autorização plebiscitária respectiva.

Observados estes pontos a que me referi, deixo a responsabilidade aos Senhores

e Senhoras Deputados do Legislativo do meu Estado, para sua decisão, para seu veredicto, para a sua decisão final, repito, se devemos ou não devemos cumprir o que a Lei manda, só então, após estes requisitos mínimos necessários, é que, a nosso modo de entender, esta Assembléia Legislativa deverá autorizar a realização de tal plebiscito. E me refiro não só a esta Resolução nº 51/87, mas refiro-me, isto sim, também, a todos os demais processos que se encontram para a apreciação desta Augusta Casa, porque criar Município é uma responsabilidade de suma importância para nós, Legisladores do Parlamento do nosso Estado.

E refiro-me, pela própria experiência que tenho, como municipalista que sou, como ex-Vereador do meu Município de origem, a tão tradicional Guarapuava, como ex-vice-Prefeito daquele Município, e principalmente como ex-Prefeito, acho que municípios devem ser fortalecidos.

Esta é a luta de cada um de nós e tenho a certeza de que é da totalidade das Senhoras e dos Senhores Deputados nesta Casa. Não podemos criar mais filhos pobres; não devemos, por um dever de consciência, como homem público que somos, criar novos municípios sem termos a certeza da condição mínima da sua sobrevivência própria. Porque se dermos autonomia política a uma área, para desmembramento de um município do Paraná, com o seu projeto de autorização plebiscitária não daremos autonomia financeira e econômica.

Esta é a nossa luta, esta deve ser a luta de todos os paranaenses e, porque não dizer, de todos os brasileiros.

Não posso concordar, jamais, enquanto for Deputado nesta Casa, enquanto aqui representar o meu povo, que criemos e repito, mais filhos pobres ou paupérrimos.

Jamais poderei concordar que desta Casa saiam autorizações em contrário às leis vigentes.

E apelo aos Senhores Deputados, para que revisemos projetos desta natureza. Que não autorizemos, pura e simplesmente, quando não há as condições mínimas.

Por isto existe a lei. Lei é para ser cumprida; lei é para ser obedecida e lei é para ser executada na forma que ela foi legislada.

Deixo, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o meu dever aqui registrado; deixo nesta Casa, para os Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o meu veemente, até, protesto. Se nós, Deputados, autorizarmos leis ilegais - esta é a realidade - respeitarei, sem dúvida nenhuma, como democrata que sou a decisão de cada um dos Senhores e Senhoras Deputados. Mas eu me posiciono contrário a esta medida. Não pelo fato de ser um des-

membramento de um município ao qual pertença. Mas sim, por esta autorização não estar efetivamente consubstanciada nos ditames que as leis que regem a matéria exigem.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, fico com a minha consciência tranqüila ao ocupar esta tribuna nesta tarde, para dizer que realmente, seja qual for, talvez este Deputado tem sido o mais veemente cobrador até das exigências legais para a criação de novos municípios no Paraná, e faço isto conscientemente, consciente do meu dever público, do meu dever de democrata, mas acima de tudo como homem obediente à lei.

Respeito sem dúvida a posição de cada um dos Senhores Deputados, porém este Deputado que lhes fala, repito, vem a esta tribuna para dizer que este Projeto de Resolução nº 51/87, que desmembra a área do meu Município de origem, não tem as condições mínimas legais de ser um novo Município do Paraná, porque não está cumprindo com as determinações, repito, das leis vigentes tanto estaduais quanto federais.

O dever a cada um de nós impõe que tenhamos a consciência de fazer retornar este Projeto até para um reexame nesta Casa, para que depois e após isso, sejam comprovadas as suas condições e então venhamos todos nós aqui, a votarmos, unanimemente, para a criação de novos municípios.

Apelo, Senhor Presidente, a cada um dos Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, que façam um exame de consciência ao votarem este Projeto. Respeito, repito também, a decisão de cada um. O meu dever está cumprido! Nesta Casa ocuparei, daqui por diante, tantas e quantas vezes forem necessárias, esta tribuna para fazer cumprir a Lei.

A Lei - acima de tudo, a Lei!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Continua em discussão.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Questão de Ordem) - Senhor Presidente.

Diante dos fatos levantados pelo eminente Deputado Cândido Bastos, cabe a nós, Parlamentares, realmente termos a certeza do que estamos votando.

Se este Projeto está dentro da legalidade para que ele possa ter um transcurso normal neste Plenário, nós evidentemente estaremos votando; agora, temos dúvidas diante do que expôs o nobre Deputado Cândido Bastos!

Eu solicitaria, então, se bem que o problema é que já se encontra este Projeto em Regime de Urgência, já entrou, já saiu, já novamente está voltando, e quer me parecer que volta a Plenário sem todos os

detalhes necessários. Assim sendo, eu solicitaria que a Mesa informasse ao Plenário das condições em que se encontra o Projeto, para que nós possamos ter uma definição quanto a votação.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) - A

Mesa informa: nós temos, no item 31 da Convocação de hoje, matéria dando conta de que há parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. A Comissão de Constituição e Justiça entende que a matéria está normal, tem condições normais para ser discutida e votada pelo Plenário.

Está encerrada a discussão.

Em votação.

Aprovado.

O SR. CÂNDIDO BASTOS - (Pela Ordem) - So-

licito à Mesa, Senhor Presidente, que faça o registro do voto deste Deputado, contrário à matéria, pelos motivos que expus e que me trouxeram à tribuna, há instantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Pre-

sidência defere e registrará o voto contrário de Vossa Excelência, com base no pronunciamento de Vossa Excelência.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 89/87, de autoria do Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO e OUTROS, que estabelece critérios para a prestação de contas das instituições declaradas de Utilidade Pública, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.- Aprovado. (Publ. no D.A. nº 60, de 03.06.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 89/87

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do eminente Deputado Rafael Greca de Macedo e subscrito por vários outros Parlamentares, visa disciplinar as prestações de contas das instituições declaradas de Utilidade Pública.

Através dos efeitos do Projeto em tela, se aprovado for, tais instituições teriam ampliadas suas possibilidades de aplicação das verbas recebidas através de convênios ou doações públicas. Em suas prestações de contas poderiam ser embutidas notas fiscais e recibos de todos os gastos efetivamente realizados pela entidade, inclusive com despesas de água, luz, telefone, tributos e taxas de qualquer natureza, despesas de pessoal e encargos sociais, desde que realizadas pelo pessoal da administração, contratados diretamente pela instituição e sob sua responsabilidade.

de trabalhista.

A proposição nos parece das mais justas e oportunas, pois não vemos nenhuma razão aparente para que tais despesas não possam ser realizadas pelas entidades que recebem, a qualquer título, recursos oriundos de organismos públicos.

Além do que, o Projeto vem regimentalmente justificado, de cuja justificativa depreende-se do grande alcance social, humano e oportuno da propositura.

Quanto a seus aspectos legal e constitucional, não encontramos óbices que impeçam sua normal tramitação.

Somos, portanto, de parecer FAVORÁVEL. É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente;
ACYR MEZZADRI - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 89/87

PARECER:

O Projeto de Lei em tela, de autoria do nobre Deputado Rafael Greca de Macedo, visa disciplinar a prestação de contas das instituições declaradas de Utilidade Pública pelo Estado.

Analisado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, sob seus aspectos legal e constitucional, recebeu desta, parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Finanças, além de reconhecida a oportunidade da matéria, em vista aos benefícios que tal adoção propiciará às entidades filantrópicas, reconhecidas de Utilidade Pública, não se verifica nenhum impedimento de ordem financeira que possa obstar a tramitação da proposta, visto que esta procura apenas regulamentar a aplicação de recursos doados pelo Estado e não a geração de novas despesas.

O Projeto, portanto nos parece justo e oportuno, merecendo seu acolhimento por esta Comissão.

Somos, em vista do exposto, de parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.11.87.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO - Presidente;
CÂNDIDO BASTOS - Relator.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROJETO DE LEI Nº 89/87

PARECER:

O Projeto de Lei em apreciação, de autoria do nobre Deputado Rafael Greca de Macedo, tem por finalidade disciplinar a prestação de contas das instituições declaradas de Utilidade Pública.

Segundo a análise feita por essa Comissão de Tomada de Contas é prática que

deve ser encarada com a maior seriedade, conforme nos revelam os dados contidos no Projeto em tela, com suas variadas e oportunas informações, da real necessidade de uma regulamentação adequada a esse tipo de recursos doados para tal fim, o que nos leva a coadunar com a Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Finanças, não havendo nenhum impedimento para a tramitação normal do Projeto nº 89/87.

Isto posto, somos pelo parecer favorável, opinando por sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.11.87.

(aa) HERMAS BRANDÃO
Presidente
NILTON BARBOSA
Relator

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 183/87, de autoria do Deputado ACYR MEZZADRI, que altera a destinação de imóvel doado ao Município de Campo Largo, e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.** (Public. no DA. 86, de 19.08.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 183/87

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Acyr Mezzadri, altera a destinação de imóvel doado ao Município de Campo Largo.

A medida proposta visa facilitar a utilização do referido imóvel, deixando ao critério dos órgãos municipais, Prefeitura e Câmara, a definição da melhor maneira de seu aproveitamento, ressalvada a sua finalidade exclusivamente social.

A matéria não possui qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental, estando em condições de prosseguir o seu trâmite nesta Casa de Leis.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 20.10.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente
CÂNDIDO BASTOS
Relator

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 183/87

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Acyr Mezzadri, o Projeto de Lei em tela, visa a promover a alteração da destinação de imóvel doado ao Município de Campo Largo.

A proposta ora levantada, tem o intuito de facilitar a utilização do terreno,

ou seja, devolver ao critério dos órgãos Municipais, através da lei, a definição da melhor maneira de conferir-lhe uma destinação conveniente, desde que fique ressalvada a finalidade mera e exclusivamente social. E isto só será possível através da alteração que ora se propõe.

Chamada a opinar, esta Douta Comissão de Terras, Imigração e Colonização vem a seguir o entendimento da Comissão de Constituição e Justiça, verificando que inexistiu óbice de natureza legal, regimental e constitucional à tramitação normal do Plano de Lei em questão, pelos demais órgãos desta Colenda Casa de Leis.

Assim sendo manifestamos o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.11.87.

(aa) DOMINGOS SCARPELLINI

Presidente

LAURO LOBO ALCÂNTARA

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 300/87, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que autoriza o Poder Executivo a isentar da Contribuição do IPE, (Instituto de Previdência do Estado), os Servidores inativos filiados ao Instituto. (Public. no DA. 125, de 03.11.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 300/87

P A R E C E R:

1. O ilustre Deputado Antônio Annibelli, muito provavelmente inspirado em recente edito do Governo Federal e com a crescente preocupação que se demonstra pelo aspecto social e qualidade de vida que o País e o Estado estão, ainda, a dever aos cidadãos, propõe em único artigo de lei, mas estribado em alentada e douta justificativa, a isenção de contribuição do pessoal inativo ao Instituto de Previdência do Estado.

Aliado ao raciocínio contido na exposição justificativa, deve ser considerado que, atualmente, ao aposentar-se, o servidor além de continuar contribuindo, ainda o faz a maior, pois a partir da data da aposentadoria, os descontos previdenciários passam a incidir sobre os proventos, que englobam parcelas que, na atividade não eram atingidos pelas alíquotas percentuais previdenciárias.

2. Por todo o exposto e por restar o convencimento seguro de que o Plano de Lei ora examinado não provoca qualquer lesão ao direito Constitucional vigente é que opinamos de maneira favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 24.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente
ERONDY SILVÉRIO
Relator

Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Para Encaminhar a Votação)

Senhor Presidente, acho por demais importante e desejo parabenizar o eminente Deputado Antônio Annibelli pelo alto valor que tem este Projeto de Lei.

Antes mesmo de ser Deputado, quando ainda Vereador na Câmara Municipal de Curitiba, recebia eu uma Comissão de Servidores do Estado, aposentados, que me faziam a solicitação, de que quando chegasse na Assembléia, preparasse projeto neste teor.

Em função da correria, da agitação, acabou até caindo no meu esquecimento, mas quero cumprimentar mais uma vez o Deputado Antônio Annibelli, porque, repito mais uma vez, o servidor normal, aquele da Previdência Social, ele já é beneficiado, houve uma luta muito grande, inclusive, quando se travou esta luta durante alguns anos para que fosse anulada a contribuição obrigatória dos aposentados do sistema do INPS, e por que não os servidores do Estado? Então, por esta razão, diante do alto significado deste projeto, que pode até parecer para muitos que não trará grandes benefícios, porque os inativos do Estado não recebem grandes salários, mas para quem ganha Cz\$ 3, 4, 5, 6 mil cruzados de salário, um desconto de contribuição, realmente pesa e por esta razão o projeto do companheiro Deputado Antônio Annibelli, é de alto valor, e por esta razão merece, sem dúvida alguma, que esta Casa o aprove por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Está em votação o projeto.

Para encaminhar, com a palavra o Senhor Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, senhores Deputados também quero fazer minhas as palavras do companheiro Algaci Túlio. Quando cheguei a esta Casa, havia iniciado um expediente, para propor à Mesa alguma coisa a respeito desses queridos companheiros tão sacrificados. Só não o fiz, porque recebi devidamente o assessoramento necessário e oportuno, dizendo-me que o nosso querido Presidente, havia providenciado alguma coisa a respeito. De sorte que eu quero parabenizar o nosso Presidente pela iniciativa brilhante porque indiscutivelmente é de um alcance extraordinário.

Era o que eu tinha a dizer, meus Senhores.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Está em votação o projeto. Vossa Excelência, Deputado Dirceu Manfrinato, tem a palavra.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Queremos parabenizar, realmente, a atitude do Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Antônio Annibelli, uma vez que entendemos que os inativos serão beneficiados com a isenção das taxas do IPE e também Senhor Presidente, que esta é uma medida justa, e acima de tudo uma medida social e nós, queremos aproveitar o gancho deste anteprojeto de lei, e dizer também que precisa um posicionamento do INPS do Paraná e do Brasil inteiro, quando estão havendo as ações já dos aposentados pelo INPS, o Supremo Tribunal já deu ganho de causa aos aposentados através das ações, de que é o ressarcimento da defasagem das aposentadorias que o INPS não acompanhou. E o Supremo Tribunal já deu ganho de causa aos aposentados. Nós queremos exigir, através da Presidência, o apoio de que encaminhe o expediente ao INPS, providenciando o pagamento às pessoas aposentadas cujos salários estão defasados, e até agora não receberam o seu reajuste. Era isso, e mais uma vez parabeno o Presidente desta Casa, Deputado Antônio Annibelli.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Está em votação o projeto.

Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 308/87, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que altera disposições da Lei n. 7.567 de 08.11.82, que criou a Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.** (Public. no DA. n. 128, de 04.11.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 308/87

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, visa alterar o Art. 10 e seus incisos, inciso I do Art. 11 e o Art. 29 da Lei n. 7.567 de 08.01.82, que criou a Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário.

Mediante análise do Projeto, quer nos parecer que a medida é bastante justa, pois pretende aumentar a arrecadação da Carteira de Previdência, possibilitando um amparo mais amplo aos aposentados e as pensionistas, uma vez que não trarão qualquer ônus ao Estado ou aos usuários das Serventias da Justiça, visto as contribuições serem deduzidas das custas, conforme

demonstra a tabela anexa.

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, não há nada que impeça a tramitação do referido Projeto de Lei nesta Colenda Casa, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

EDMAR LUIZ COSTA

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 074/87, (Mensagem n.º 103/87- Ex-Proposição n.º 83/87), oriundo do PARECER APROVADO da C.C.J., por unanimidade, que aprova o Convênio celebrado entre a União, através do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, o Estado do Paraná e o Município de Curitiba, no qual figuram como integrantes a EBTU, SEPL, COMEC, E IPPUC, objetivando a execução e implantação de projetos, obras e serviços na pavimentação de vias utilizadas pelos Transportes Públicos em área onde reside população de baixa renda utilizando soluções de pequeno custo, na Região Metropolitana de Curitiba. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 075/87, (Mensagem n.º 100/87 - Ex-Proposição n.º 82/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova o Convênio n.º 117/87, celebrado entre o Estado do Paraná e o Ministério dos Transportes, com a interveniência da GEIPOT e da Secretaria dos Transportes, objetivando promover entre a GEIPOT e a SETR, a conjunção de esforços com vistas a adequação do Planejamento dos Transportes na esfera estadual à política e estratégia do Governo Federal para o setor, conforme especifica. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 076/87 (Mensagem n.º 091/87 - Ex-Proposição n.º 078/87) - oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, com a participação da COMEC e a URBS, com anuência do Município de Curitiba, objetivando a implantação do Plano de Descentralização de linhas metropolitanas operantes no terminal Guadalupe. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 077/87, (Mensagem n.º 080/87, Ex-Proposição n.º 74/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança e o IBDF, objetivando execução de atividades

no sentido da proteção da flora, fauna e belezas naturais do Parque Nacional do Iguaçu. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 079/87 (Mensagem nº 113/87 - Ex-Proposição nº 92/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova o Convênio celebrado nº 009/87, em 21 de outubro de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Santa Tereziinha de Itaipu, objetivando a aplicação de recursos em obras no Terminal Rodoviário da sede do referido Município. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 87/87, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, e que aprova as contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembleia Legislativa do Estado, referente ao exercício financeiro de 1986. **Aprovado.**

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 087/87

Artigo Único - São aprovadas as contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembleia Legislativa do Estado, referente ao exercício financeiro de 1986.

Sala das Comissões, em 18.11.87.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
ANTÔNIO BELINATI - Relator.

Apoio: Nilton Barbosa, Luiz Carlos Aiborghetti, Tadeu Lúcio Machado e Werner Wanderer.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO Nº 94/87

PARECER:

A presente Proposição tem por finalidade a prestação de contas junto a este Poder Legislativo, da verba de Assistência Social, correspondente ao exercício de 1986, repassada à Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. CABENFALE.

De acordo com o Ofício nº 006/87, da entidade acima enunciado, o total da verba repassada por esse Poder Legislativo, no exercício de 1986, foi num montante de Cz\$ 1.305.800,00 (hum milhão, trezentos e cinco mil e oitocentos cruzados). Nas alegações aqui apresentadas, tal importância caracterizou-se como insuficiente para o atendimento efetivo que vem sendo prestado pela CABENFALE ao seu corpo associativo, visto que o total efetivamente aplicado foi no valor de Cz\$ 1.707.007,17 (Hum milhão, setecentos e sete mil, sete cruzados e dezessete centavos).

Nos termos do demonstrativo que acompanha a prestação de contas, podemos

constatar que a verba repassada por esse Poder Legislativo, foi devidamente aplicada em prol do atendimento médico hospitalar que a CABENFALE vem prestando ao seu corpo associativo.

Nestas condições opinamos favoravelmente à aprovação da prestação de contas aqui apresentada, com a devida baixa de responsabilidade junto aos órgãos competentes desta Casa, através do Projeto de Resolução, que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.11.87.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
ANTÔNIO BELINATI - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 089/87, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., (Mensagem nº 122/87), que aprova os Convênios celebrados em 14.08.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e os Municípios de Colombo, Cruzeiro do Oeste, e Sarandi, objetivando a conclusão da construção de Delegacia de Polícia e Cadeias Públicas, e ainda, convênio celebrado em 19.08.87 para igual objetivo com o Município de Wenceslau Braz. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

1.^a Do Projeto de Resolução nº 088/87, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., (Mensagem nº 121/87) que aprova convênios de cooperação Administrativa e Financeira entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, com os Municípios e datas que especifica, objetivando a Construção de Unidades Policiais Militares e de Prédios para a Delegacia de Polícia. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a realização de uma Sessão extraordinária, no dia 30 de novembro do corrente ano, às 10:00 h. para apreciação de matérias com tramitação nesta Casa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente solicitando dispensa de Discussão e Votação da Redação Final, dos Projetos aprovados em 3. Discussão e que não tenham sofrido emendas em sua tramitação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência aos Projetos de Lei nºs 305/87, 350/87, 352/87 e 353/87. e para o Projeto de Lei Complementar nº 35/87. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Resolução n°s 88 e 89/87, que tratam de convênios celebrados entre o Poder Executivo e diversos Municípios. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei Complementar n° 86/87. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para análise e deliberação dos Projetos de Lei n°s 316 e 317/87. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 312/87, que propõe o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor Paulo Carneiro Ribeiro. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 353/87. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, viabilizando a interiorização desta Pasta, para adequação maior dos currículos à realidade rural. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 292/87, que denomina a estrada que liga os Municípios da Lapa a Campo Tenente- PR- 427, de Darci Borges da Silveira. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 262/87, que autoriza o Poder Executivo a pagar as taxas de energia elétrica, água e esgoto de todos os Estabelecimentos Públicos Estaduais e Municipais. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo a ampliação em mais uma sala de aula, na Escola Rural Municipal Nova Descoberta, no Município de Quitandinha. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado José Alves, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo a construção de uma sala de aula, na localidade de Ribeirão Vermelho, no Município de Quintandinha. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, encarecendo a construção de um Grupo Escolar na Vila Prado, no Município de Quitandinha. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a inclusão do Distrito de Jacaré, no Programa de Pavimentação de estradas com pedras irregulares, fazendo novo traçado para que esta passe no Distrito de Jacaré, nos Municípios de Francisco Beltrão e Itapejara do Oeste. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Município de Marmeleiro, pela passagem do aniversário de sua emancipação política. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, com apoioamento dos Senhores Deputados Raul Lopes, Sabino Campos, Luiz Carlos Alborghetti e demais Senhores Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da República, encarecendo a realização de um plebiscito nacional, sobre o sistema de governo, a vigor após a Assembleia Nacional Constituinte. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, a fim de que o Município de Marialva, seja elevado de Comarca Inicial, para Comarca Intermediária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, da matéria publicada no Jornal "Estado do Paraná", sob o título "Sucessão e Presidencialismo". **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente de sessão anterior, solicitando

envio de expediente, ao Senhor Ministro da Previdência Social, a fim de viabilizar melhoria na aposentadoria do trabalhador rural. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos anais desta Casa, do artigo "Empresário na Presidência - a melhor opção", publicado no jornal "Gazeta Mercantil". **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, encarecendo a instalação de um aparelho telefônico na Inspeção Regional de Ensino, que funciona na Escola Estadual Estella Maris, no Município de Alto Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, encarecendo a reforma no Colégio Estadual "Padre Cirilo", no Município de Capanema. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado das Finanças, para que se viabilize a construção de um prédio de alvenaria destinado à Agência de Rendas do Município de Cruzeiro do Sul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor aos funcionários desta Casa: Murilo Sérgio Joaquim, Ademir Antônio dos Santos e Narciso Assumpção, pela participação e colaboração no seminário de Reflorestamento do Noroeste do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos anais desta Casa, da matéria publicada no Jornal "Gazeta do Povo", sob o título "Quanto custa o Parlamento aberto?". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando o apoio do D.E.R e encarecendo a recuperação de pavimentação na sede do Município de Quitandinha, inclusive para a Praça da localidade

de Cachoeira de Ipanema. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo obras de pavimentação asfáltica na estrada que liga os Municípios de Quitandinha a Contenda, via Distrito de Catanduvas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo o balizamento do Aeroporto do Município de Umuarama. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Fundação Teatro Guaíra, por intermédio da Secretaria da Cultura, para que se viabilize a realização em uma das Matinês do Ballet Guaíra - "Suíte Quebra Nozes", seja franqueada às famílias de ex-presidiários. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Geral do Tribunal Regional Eleitoral, a fim de viabilizar a criação e instalação de um Posto de Qualificação Eleitoral, no Jardim Independência, no Município de Sarandi. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do BANESTADO S.A., por intermédio da Secretaria de Estado das Finanças, a fim de viabilizar a instalação de uma Agência do referido Banco, no Município de Iguaçu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do BANESTADO S.A., por intermédio da Secretaria de Estado das Finanças, encarecendo a instalação de uma agência do referido Banco no Município de Flórida. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo informações sobre o andamento da ligação asfáltica entre os Municípios de Adrianópolis e Bocaiúva do Sul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, no sentido de que officie ao Senhor Secretário dos Transportes, a fim de que seja viabilizado o recapeamento asfáltico em vias urbanas do Município de Cafeara. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, no sentido de que seja viabilizado o recapeamento asfáltico através da Secretaria de Estado dos Transportes, na Avenida Sergipe, no Município de Iguaraçu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, no sentido de que officie à Secretaria de Estado dos Transportes, a fim de que seja viabilizada a execução do recapeamento de várias ruas, no Município de Jardim Olinda. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, no sentido de que officie à Secretaria de Estado dos Transportes, a fim de que seja viabilizado o recapeamento asfáltico de várias ruas do Município de Marilena. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, no sentido de que officie à Secretaria de Estado dos Transportes, a fim de que seja viabilizado o recapeamento de várias ruas no Município de Santo Antônio do Caiuá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo que o mesmo officie ao Secretário dos Transportes, a fim de que seja viabilizado o recapeamento asfáltico de várias ruas do Município de Santa Inês. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, para que o mesmo officie à Secretaria de Estado dos Transportes, a fim de verificar a viabilidade de executar

a pavimentação asfáltica, meio-fio e sarjetas, nas vias urbanas, no Município de São Pedro do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, no sentido de que seja oficializado à Secretaria de Estado dos Transportes, pedido para que seja autorizada a construção da ligação asfáltica entre o Município de Flórida e o Distrito de Ângulo, no Município de Iguaraçu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, no sentido de que officie à Secretaria de Estado dos Transportes, a fim de que seja viabilizada a pavimentação asfáltica em áreas urbanas e rural do Município de São João do Caiuá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo informações sobre o andamento da construção da ponte sobre o Rio Capivari, na localidade de Patinhos, que liga os Municípios de Campina Grande do Sul a Bocaíuva do Sul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do BANESTADO SA., por intermédio da Secretaria de Estado das Finanças, encarecendo a instalação de uma agência do referido Banco, no Município de Campina Grande do Sul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do BANESTADO SA., por intermédio da Secretaria de Estado das Finanças, a fim de que seja viabilizada a instalação de uma Agência do referido Banco, no Município de Xambrê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, no sentido de que officie à Secretaria de Estado dos Transportes, a fim de que seja viabilizada a pavimentação asfáltica da Avenida Mal. Cândido Rondon, no Município de Xambrê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo, constante do

expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, no sentido de que officie à Secretaria de Estado dos Transportes, a fim de que seja viabilizada a pavimentação asfáltica de várias ruas, no Município de Diamante do Norte. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, encarecendo o comparecimento do Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, na Comissão de Segurança, a fim de prestar esclarecimentos sobre denúncias de corrupção, por Delegados de Polícia. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a prorrogação de prazo de funcionamento da C.P.I., instalada para apurar irregularidades no Esporte Paranaense. **À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário de Estado dos Transportes e Diretor-Geral do DER, encarecendo a construção da pavimentação asfáltica ligando Vila Bonita e Sede D. Carlos, no Município de Pato Branco. - **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Irmã Maria da Pastoral da Criança, desta Capital, pelo relevante trabalho que vem desenvolvendo junto às famílias carentes. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos anais desta Casa, da matéria publicada no Jornal "Gazeta do Povo", sob o título "Quanto custa o Parlamento Aberto? **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos representantes do Paraná, no Senado da República, encarecendo dos mesmos a adoção de posição contrária ao Projeto de Lei Complementar que altera o ISS- Imposto Sobre Serviços. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, encare-

cendo informações a respeito do Projeto de Federalização do Instituto Politécnico Estadual. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a construção de um miniposto de saúde na localidade de Descoberto, no Município de Quitandinha. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo a construção de módulos policiais, nas localidades de Cerrinho, Cachoeira de Ipanema e Doce Grande no Município de Quitandinha. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo a construção de um mini-posto de saúde, na localidade de Cerrinho e Cai-de-Baixo, no Município de Quitandinha. - **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Raul Lopes, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, da discussão do Projeto de Lei n. 350/87. - **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Educação, reiterando a solicitação da comunidade de Capanema, no sentido de ampliar as instalações e promover as necessárias reformas no Colégio Estadual Padre Cirilo, no Município de Capanema. - **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo a construção de um Posto de Saúde na comunidade de Linha Santa Lúcia, no Município de Dois Vizinhos. - **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo a reativação do Módulo Policial do Bairro Bom Retiro, nesta Capital. - **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de expedien-

te ao Sr. Superintendente do DAC - Departamento de Aeronáutica Civil, encarecendo a extensão da linha do voo 674/675, de Rio do Sul, até o Município de Pato Branco. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, para que viabilizar estudos, através dos órgãos competentes, para a construção de um aeroporto no Município de Santo Antônio da Platina. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do Município de Pérola do Oeste. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política e administrativa do Município de Ampère. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política e administrativa do Município de Dois Vizinhos. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política e administrativa do Município de Renascença. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política e administrativa do Município de Vitorino. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política e administrativa do Município de Mariópolis. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política e administrativa do Município de Santa Izabel do Oeste. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Manoel de Lima, ocorrido

no último dia 23 de novembro do corrente ano, no Município de Quitandinha. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando votos de congratulações aos municípios de São João do Triunfo e São Mateus do Sul, pela inauguração da Rodovia Prefeito João Batista Distéfano - PR-151, ligando os dois Municípios. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, para que viabilize a instalação da sede da Ferro-Oeste, no Município de Cascavel. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, a fim de viabilizar medidas que resultem na obrigatoriedade de contratação de deficientes físicos pelas empresas e órgãos públicos. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos alunos do curso de Arquitetura da Universidade Federal do Paraná, pela conquista dos três primeiros lugares no Concurso Baumer de Arquitetura Hospitalar. **Aprovado.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Para encaminhar) - Senhor Presidente, com este meu requerimento entendo que tenha um significado importante para os alunos do Curso de Arquitetura da Universidade Federal do Paraná pela conquista dos três primeiros lugares do Concurso Baumer de arquitetura hospitalar, realizado paralelamente ao primeiro Encontro Latino-Americano, a Cidade e a Saúde, organizado pelo Instituto de Arquitetura do Brasil e com os professores orientando esses alunos.

Os alunos do curso de arquitetura, Mara Paludo e Adriano Belick conquistaram o 1º lugar no concurso; em segundo ficaram Sofia Ruaro, Silmara Pimpão e Willian Sade Júnior; e em terceiro, José Vicente Lopes e Ricardo Oliveira. Eles concorreram com 38 estudantes de 11 faculdades de arquitetura de todo o País e foram orientados pelos professores Elgson Ribeiro Gomes, Joel Ramalho Júnior, Carlos Emiliano de França e Alfredo Muller.

A homenagem prestada com este voto do Legislativo Estadual se justifica pela necessidade de incentivo a alunos e professores que lutam para levantar e valorizar o ensino brasileiro, fruto de um sistema que nega a educação à maioria do nosso po-

vo, para privilegiar a minoria.

E neste ponto também quero dizer que igualmente desejo cumprimentar o Governo do Estado do Paraná, porque no noticiário de hoje se estampa que o governo dá bolsas de estudo para o esporte, para alunos que precisam se deslocar para fora do Paraná, para competições e isto é muito importante, o incentivo à juventude paranaense para que o Paraná possa revelar grandes atletas para as grandes competições.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Em votação o requerimento. Os Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. APROVADO.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao BRADESCO e emissoras de televisão pela apresentação do programa alusivo à passagem do "Dia Nacional de Ação de Graças". Aprovado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para Encaminhar) Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Os mais de 20 anos de profissional da comunicação nos mostraram e ensinaram que as boas coisas, os feitos vindos da nobreza de caráter do homem não dão manchete e não fazem notícia, mas sim os atos praticados pelos violentos, corruptos, ladrões e criminosos, mas também constatamos nestes anos todos de experiência que os maus são a minoria, os bons, graças a Deus a maioria.

E o que acontece para que estes não apareçam é a falta de oportunidade e o despojamento das coisas essencialmente materiais.

Hoje, e quase ninguém sabe, é o "Dia Nacional de Ação de Graças". As emissoras de televisão apresentaram no meio-dia de hoje um programa belíssimo de Graças, de Ação de Graças a Deus pelo muito que temos. Todavia, a imprensa escrita pouco destaque deu. Vejam o que hoje estampam alguns jornais de circulação nacional: uma criança mirando através de um revólver calibre 22 e diz a manchete do jornal: "Garotos já treinam a sério o tiro ao alvo".

E é de se perguntar: será que ficará apenas na prática do esporte? Será que não se está aí já fabricando futuros criminosos e delinquentes? Um dos garotos, Leonardo Frann de Rambo diz que gosta de ver o mocinho da televisão atirar, e agora já começa a fazer esse curso. E isso realmente nos preocupa.

Pais preparam os seus filhos, crianças de 7 anos, para enfrentarem a violência, para que amanhã essas crianças de hoje e homens do futuro não sejam transformados

em máquinas que não pensam e apenas agem.

E é o que queremos deixar, Senhor Presidente, Senhores deputados, gravado nos anais desta casa também o nosso agradecimento neste "Dia Nacional de Ação de Graças". (Lê).

"Nós queremos, inicialmente, agradecer, por termos Deus dentro de nós, porque apenas aqueles que têm Deus dentro de si podem ter a dimensão da justiça e da injustiça. Podem ter o sentido de liberdade e de opressão. Podem saber o que é odiar e o que é amar. Podem avaliar o que é ter o privilégio de servir.

Queremos dar graças porque fomos nós escolhidos para servir o povo, enquanto tantos se servem do povo. Queremos dar graças porque temos em nossas mãos condições de contribuir, embora com pequena parcela, para mudar as condições de injustiça a que, homens injustos e longe de Deus, procuram lançar esta gente sofrida de nosso Brasil.

Neste "Dia de Ação de Graças", precisamos lembrar que acima da vontade do homem, acima de seu egoísmo e injustiça, existe a justiça divina, que nos faz antever a possibilidade de um mundo melhor e mais humano, onde o homem ainda tenha condições e recursos para ser gente e não apenas máquina para atender o desejo de poder de alguns poucos.

E neste dia de "Ação de Graças", queremos dar graças a Deus porque continuamos acreditando no homem. Sabemos que muitas pessoas agem sem lógica, que são egocêntricos e maldosos, que procuram nos atingir com sua maldade, mas assim mesmo, a elas damos o nosso voto de confiança, porque sabemos que o mal nunca prevalece e que Deus se serve de caminhos estranhos para fortalecer e premiar aqueles que nele confiam.

Damos graças, porque temos lutado para conseguir enxergar além do egoísmo, da falsidade, da desonestidade, da mediocridade de muitos e temos conseguido nos fortalecer nas dificuldades.

Damos graças porque ainda acreditamos que neste Brasil, brasileiro, muitos homens de boa vontade existem e são capazes de mudar a direção das coisas, de forma a fazer justiça ao trabalhador, ao homem honesto, íntegro de princípios e de ação. Acreditamos ainda na perspectiva de futuro do Brasil.

Damos graças porque acreditamos que a tempestade que hoje tanto assusta o povo brasileiro, amanhã se transformará em bonança, o caos será vencido porque o amor vence tudo e por cima das nuvens negras amontoadas pela obra dos homens aparecerá a mão de Deus e nele tudo será renovado".

Por isso, damos graças a Deus e fazemos este requerimento para que esta Casa,

também neste dia, fale um pouco de Deus e lembre também que hoje é o "Dia de Ação de Graças".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Está em votação o requerimento. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para sexta-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nº 236 e 342/87.

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 117/83, 236/86, 26, 155, 166, 167, 209, 215, 216, 272, 275, 281, 283, 288, 291, 293, 296, 297, 302, 303, 309, 318, 321, 327 e 350/87 e do Projeto de Resolução nº 51/87.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar nº 351/87 e dos Projetos de Lei nº 89, 183, 300, 305, 308, 329, 352 e 353/87 e dos Projetos de Resolução nº 74, 75, 76, 77, 79, 87, 88 e 89/87.

1.^a DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei nº 102 e 301/87.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO GERNOTE KIRINUS, EM SESSÃO DO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 1987.

O FATO POLÍTICO:

QUANTO CUSTA O PARLAMENTO ABERTO?

(Sempre haverá quem pague o dobro para mantê-lo fechado "Ex-Deputado Emílio Carrazai").

Estou sem procuração para defender o Poder Legislativo, neste momento em que se tenta, outra vez, intrigá-lo com a opinião pública. Mais uma vez se busca desmoralizar o Parlamento, se tenta aviltá-lo, como se cada Assembléia - e também o Congresso Nacional - fosse um ninho de ratos ou o esconderijo de bando de gangsteres. É uma manobra que sempre se repete, utilizando os grandes veículos de comunicação e até alguns integrantes do próprio poder, que se prestam a miná-lo, a colaborar para desestruturá-lo e para expor a Casa, diante dos olhos do povo, como se fosse um circo mambembe, grotesco e inútil.

São quantos os eleitos pelos deuses que recebem fortunas dos cofres públicos?

São quantos os marajás, com mandato, reinantes pelo país? Quanto custa manter este Poder aberto e funcionando? Tais perguntas são provocadas, mas ficam sem resposta. Espalhados, por todos os estados brasileiros, existem pouco mais de novecentos deputados. Concentrados, em Brasília, estão uns quinhentos deputados e senadores. Somados, são menos de mil e quinhentos brasileiros, eleitos diretamente, em 86. O quanto ganham pouco importa. Mandato não representa emprego vitalício. Mandato, a cada quatro anos, tem que ser renovado, sem nenhuma garantia de continuidade. O político para ser atuante e para ser independente precisa ter meios para se locomover, para se comunicar e para sobreviver, dignamente. O parlamentar que vive, acampado, que presta conta ao partido das suas despesas com alimentação, saúde e vestuário, não é um ser humano qualificado, através do voto, para ser porta voz da coletividade. É apenas um robô animado por dirigentes partidários.

Há muito tempo atrás, logo depois da redemocratização e da Constituinte de 45, tanto o Congresso, como as Assembléias Legislativas, reuniam uma classe de políticos bem diferente da atual. O nível intelectual - digamos assim - estava bem acima do atual. Não era elitismo. O povo votava, já naquela época, em quem se candidatava a cargos eletivos. As muitas crises, que o País enfrentou, resultaram na revolução de 64, na caça às bruxas, na perseguição aos líderes e no afastamento de muitos, através do exílio ou do desencanto com a vida pública. Castrados da ação política, limitados na atividade parlamentar, cerceados pelo crescente poder dos executivos, o político, com mandato, teve de se adaptar aos "novos tempos". Virou assistente social, agenciador de emprego, prestador de serviços, pequeno satélite, girando na órbita dos astros-rei, que governavam os estados e o país. O deputado - tanto estadual como federal - perdeu a noção de força, a consciência do próprio valor pessoal, como parte de uma coletividade.

Está havendo uma reação. O parlamentarismo que se vai implantar no país é parte deste despertar de consciência. O deputado vai influir mais, vai decidir mais sobre o destino do país. Isto não é conveniente para quem pretenda ainda centralizar o poder de maneira quase ditatorial. Isto não é bom porque as decisões palacianas não serão tão reservadas. Vão ser discutidas, publicamente, em Plenário. O próprio tratamento entre membros dos poderes, será mais formal e desinteressado. Haverá relacionamento sem interferência ou subordinação.

Não creio que a opinião pública esteja preocupada com o que ganha um deputado e

com o que gasta um parlamentar para desempenhar o mandato eletivo. Existem, por aí, centenas e centenas de craques, artistas e agentes ganhando, por mês, o que os deputados não ganham por ano. Talvez o Imposto de Renda possa relacionar quantos milhares de brasileiros, anônimos ou conhecidos, faturam, até na função pública, bem acima dos subsídios dos parlamentares, sem ter as mesmas obrigações de representatividade. A preocupação do povo é com o custo de vida, com a casa própria, com a energia elétrica, com a escola e a saúde. Quando olha, para o céu, o brasileiro comum não está fiscalizando os aviões, que cruzam em diferentes direções, carregando ministros e governadores. Ele quer apenas sol ou chuva para sua lavoura. Sai do bolso do povo tudo o que se arrecada e se gasta, muitas vezes desordenadamente, em obras governamentais. De tudo aquilo que o povo paga, a menor despesa é com os seus representantes no Parlamento. O que eles precisam do povo é de respaldo, para poder restabelecer a ordem. Não é o que todo o mundo quer?

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANIBAL KHURY, EM SESSÃO DO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 1987.

EMPRESÁRIO NA PRESIDÊNCIA, A MELHOR OPÇÃO

Leio no jornal o resultado de pesquisa de opinião pública sobre as aspirações políticas da classe média no Rio e em São Paulo. "Eles gostariam de acreditar novamente", resume o trabalho, que reflete uma generalizada descrença da opinião pública sobre os sucessivos governos que enganaram o Brasil de 1960 para cá.

Tornou-se difícil acreditar depois que Jânio Quadros, encorajado pelos espíritos, renunciou ao mandato presidencial. Eleito pela esmagadora maioria da história da República, deixou um povo inteiro pendurado na broxa. Foi uma ressaca cívica para todos nós, conduzidos da mais emocionada euforia à frustração mais negra em apenas oito meses.

A complicada posse de Jango, o parlamentarismo que o plebiscito derrotou, os movimentos de operários, de camponeses, de cabos e sargentos, desaguaram no golpe de 1964 - e quem não sabia o caminho do Uruguai nem tinha treinado para pular muro de embaixada acabou em cana. Quem mandou acreditar?

Lembra o leitor que, em 1965, o primeiro governo militar criou o cruzeiro novo, extinguindo os três últimos zeros do velho, com o solene compromisso de liquidar a inflação, pagar a dívida externa

(que não passava de modestos US\$ 3 bilhões) e tornar eficiente a máquina administrativa? Pois é: houve gente que acreditou.

E acreditou no AI-5, em dezembro de 1968. Mesmo depois que o vice-presidente Pedro Aleixo foi impedido de assumir, após a morte de Costa e Silva, devido ao grave defeito de ser civil.

Mesmo após a censura proibir qualquer menção a dom Helder Câmara, esta pomba sem fel, vetando também a apresentação do Balé Bolshoi. E mesmo depois que o jornalista Vladimir Herzog apareceu morto numa cela do DOI-Codi paulista. Ou que a propaganda eleitoral gratuita foi reduzida pela Lei Falcão a um desfile de santinhos onde bons e maus candidatos se nivelavam sob a designação de "líderes comunitários".

Teimosos, seguimos acreditando. Na distensão lenta, segura e gradual. Na abertura. Na transição. Nas promessas de moralização, um tanto prejudicadas por escândalos financeiros que se sucederam com regularidade suíça, independente do tecnoburocrata de plantão no Banco Central.

Acreditamos que tudo ia, finalmente, melhorar com a eleição de Tancredo e Sarney, em 1985. Fomos tão crédulos que até confiamos nos relatórios médicos sobre a saúde do presidente eleito, desde o primeiro comunicado do Hospital da Base de Brasília, até os derradeiros, quando a doença já se transformara numa superprodução político-cirúrgica, tendo como astros destacados alguns médicos e jornalistas e, naturalmente, o doutor Ulysses, com o inestimável apoio dos roteiristas do SNI.

Hoje, após tantos enganos, sentimos no legítimo direito de descrever. Os políticos nos traíram, os militares demonstraram escassa competência administrativa e quase nenhum político. Urgente achar uma alternativa para os políticos - que insistem em oferecer respostas de ontem para os problemas de hoje - e para os militares, que nos legaram uma Transamazônica reocupada em largos trechos pela floresta ou uma usina de Angra, que nos transformou em piada internacional.

Penso que está na hora de a iniciativa privada governar este país. Um empresário competente - e aí estão Antônio Ermírio de Moraes, e muitos outros - pode, se eleito presidente da República, começar a tirar nossas contas do vermelho, corrigir a opressiva presença do Estado na economia - também temos direito à nossa perestroika -, estabelecer padrões de gerenciamento eficiente para o sonolento aparelho burocrático, reduzir a carga fiscal que sufoca setores da indústria e do comércio, apoiar a agricultura com créditos e assistência técnica.

E, sobretudo, um homem de empresa não

vai começar a construir pontes sem antes ter certeza de que há um rio embaixo. Não vai nomear a irmã, o compadre, o vizinho, por mais honestos e bons de voto que eles sejam, nem vai enganar o povo dizendo que o governo é capaz de fazer as coisas mais baratas só porque não precisa distribuir dividendos aos acionistas.

E - o mais importante de tudo - vai alterar definitivamente uma falsa verdade, que orienta a vida pública desde o Império: a de que só a esperteza, a trapaça e o cambalacho podem fazer este país funcionar.

(*) Vice-presidente do Centro do Comércio do Paraná, empresário e advogado em Curitiba.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO VALDERI MENDES VILELA, EM SESSÃO DO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 1987.

SUCESSÃO E PRESIDENCIALISMO

A definição do mandato de Sarney em quatro anos veio precipitar os acontecimentos no plano político brasileiro. Como consequência imediata temos a deflagração do processo sucessório com os nomes que aspiram à Presidência já se preparando para a futura campanha. Simultaneamente começa a crescer o movimento contra o parlamentarismo. Os governadores Miguel Arraes, de Pernambuco, Moreira Franco, do Rio e Orestes Quêrcia, de São Paulo, estão iniciando articulações para a derrubada do regime de gabinete aprovado pela Comissão de Sistematização. A esse respeito, segundo matéria publicada neste jornal, o Deputado Federal Maurílio Ferreira Lima e o grupo presidencialista, do qual ele faz parte, ainda estão dando os primeiros passos, porque a tese do mandato presidencial tomou longo tempo da atenção de todos dentro da Constituinte. Todavia, superada essa fase, prossegue o deputado, "vamos nos unir para derrubar o parlamentarismo. Temos metade do PMDB, a maioria do PFL e a totalidade do PT, e do PDT, além do grupo liderado pelo presidente Sarney". Como se nota, a ideia presidencialista começa a tomar corpo. Para alimentá-la trabalharão seguramente todos os que se julgam em condições de disputar o pleito presidencial em fins de 1988.

Dentre os nomes até agora surgidos é no PMDB que se concentra a maioria de aspirantes ao cargo máximo da República: Orestes Quêrcia, Ulysses Guimarães, Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e Franco Montoro são os que se apresentam com maior evidência. O PFL tem na figura de Aureliano Chaves uma unanimidade. Brizola sugere como candidato inquestionável do PDT

assim como Lula no PT. Fala-se também da candidatura de Antônio Ermírio de Moraes pelo PTB e até do general Figueiredo pelo PDS. Como se nota, nomes não faltam para suceder Sarney, apesar de este ter alertado que herdou a maior dívida do mundo e a pior crise em todos os tempos.

O fato é que a sucessão começa a ganhar as ruas. É a política na sua dinâmica, apressando o compasso na vida dos possíveis candidatos fazendo-os iniciar com uma maior celeridade seus planos de campanha. O primeiro grande obstáculo a ser vencido é o parlamentarismo. Dentre as manobras que estão sendo cogitadas para derrubá-lo, não apenas no plenário da Constituinte, começa a ganhar corpo a ideia de plebiscito que seria realizado simultaneamente com as eleições presidenciais para que o povo possa se manifestar livremente sobre qual o melhor regime de governo para o Brasil. Acreditam os presidencialistas que uma consulta à opinião pública irá revelar que todos preferem um presidente que não divida seus poderes com um primeiro ministro, repudiando assim um sistema que viria quebrar nossa tradição republicana e conferirá ao titular do Executivo suas reais responsabilidades no comando da Nação.

Conforme temos afirmado sistematicamente, o parlamentarismo não se configura, pelo menos no momento, como o regime mais eficaz para o Brasil. A autoridade ficaria diluída, pois é instável a permanência de um primeiro-ministro que pode, a qualquer momento, sofrer um voto de desconfiança do Congresso, por motivos não relevantes, seguindo-se uma sucessão interminável de gabinetes aumentando o clima de instabilidade num País que necessita, acima de tudo tranquilidade e firmeza por parte de seus dirigentes, bem como um período certo de governo para que seus planos administrativos, econômicos e sociais possam ser deslançados. Com o parlamentarismo todo o primeiro-ministro, além de mudar por inteiro o ministério (ou parcialmente) viria com novas ideias, novos métodos, novas disposições, sendo impossível estabelecer-se uma política global da crise que atravessa. Só um presidente com mandato definido com o respaldo do voto popular poderá fazer o que Sarney não conseguiu. O destino do Brasil está em jogo. Ou adotamos o regime presidencialista ou a crise persistirá de forma avassaladora até suas consequências imprevisíveis.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI PROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO RAUL LOPES, EM SESSÃO DO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 1987.

ENCAMINHAMENTO:

Para encaminhar, Senhor Presidente! Senhor Presidente, Senhores Deputados! Da análise feita da Mensagem Governamental que dá origem ao Projeto de Lei nº 350/87, vê-se claramente uma injusta forma de cálculo.

Há que se alertar o Excelentíssimo Governador do Estado para o aumento dado ao Policial Militar, em especial, o percentual calculado, tomando-se por base o soldo de Coronel no mês de outubro em comparação ao soldo fixado pelo presente Projeto de Lei, dá ao Policial Militar um aumento de percentual de apenas 28,33%, enquanto que a mesma mensagem estabelece um índice de 40% aos demais funcionários públicos como índice mínimo.

Por outro lado, prezados pares, a gratificação pelo exercício de função com risco de vida é extensiva somente aos policiais militares do serviço ativo e em exercício de função, discriminando totalmente o pessoal da reserva remunerada. Logo, estes terão apenas e tão somente um aumento da ordem de 28,33%.

Já no cálculo feito para a gratificação de função com risco de vida, comparando-se as duas corporações policiais, encontra-se o seguinte - embutido no terço do risco de vida para a Polícia Civil está também o terço de insalubridade, enquanto que para a política militar só teremos o terço do risco de vida, não obstante, casos de funções insalubres, tais como as exercidas pelo Corpo de Bombeiros, Polícia Florestal, Polícia Rodoviária, Companhia de Choque, enfim, insalubre é a própria função policial militar a qual trabalha diuturnamente sob as intempéries e mais variadas situações climáticas.

Por que não incluir-se tal gratificação para ambas?

Por que o aumento da Polícia Civil, além do previsto no presente Projeto de Lei, receberá apreciação especial através de lei complementar, forma habitualmente usada que gera as distorções hoje existentes entre Corporações de mesma prestação de serviço no que hoje se refere aos ganhos.

Senhor Governador, algo está errado! Há que o governo determinar um estudo imediato e urgente para que, ainda durante a tramitação do Projeto Lei, ele sofra as correções necessárias para que a lei seja justa e perfeita.

Era isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ERONDY SILVÉRIO, EM SESSÃO DO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 1987.

O FATO POLÍTICO:

QUANTO CUSTA O PARLAMENTO ABERTO?

(Sempre haverá quem pague o dobro para mantê-lo fechado "Ex-Deputado Emílio Carrazai").

Estou sem procuração para defender o Poder Legislativo, neste momento em que se tenta, outra vez, intrigá-lo com a opinião pública. Mais uma vez se busca desmoralizar o Parlamento, se tenta aviltá-lo, como se cada Assembléia - e também o Congresso Nacional - fosse um ninho de ratos ou o esconderijo de bando de gangsteres. É uma manobra que sempre se repete, utilizando os grandes veículos de comunicação e até alguns integrantes do próprio poder, que se prestam a miná-lo, a colaborar para destruí-lo e para expor a Casa, diante dos olhos do povo, como se fosse um circo mambembe, grotesco e inútil.

São quantos os eleitos pelos deuses que recebem fortunas dos cofres públicos? São quantos os marajás, com mandato, reinantes pelo país? Quanto custa manter este Poder aberto e funcionando? Tais perguntas são provocadas, mas ficam sem resposta. Espalhados, por todos os estados brasileiros, existem pouco mais de novecentos deputados. Concentrados, em Brasília, estão uns quinhentos deputados e senadores. Somados, são menos de mil e quinhentos brasileiros, eleitos diretamente, em 86. O quanto ganham pouco importa. Mandato não representa emprego vitalício. Mandato, a cada quatro anos, tem que ser renovado, sem nenhuma garantia de continuidade. O político para ser atuante e para ser independente precisa ter meios para se locomover, para se comunicar e para sobreviver, dignamente. O parlamentar que vive, acampado, que presta conta ao partido das suas despesas com alimentação, saúde e vestuário, não é um ser humano qualificado, através do voto, para ser porta voz da coletividade. É apenas um robô animado por dirigentes partidários.

Há muito tempo atrás, logo depois da redemocratização e da Constituinte de 45, tanto o Congresso, como as Assembléias Legislativas, reuniam uma classe de políticos bem diferente da atual. O nível intelectual - digamos assim - estava bem acima do atual. Não era elitismo. O povo votava, já naquela época, em quem se candidatava a cargos eletivos. As muitas crises, que o País enfrentou, resultaram na revolução de 64, na caça às bruxas, na perseguição aos líderes e no afastamento de muitos, através do exílio ou do desencanto com a vida pública. Castrados da ação política, limitados na atividade parlamentar, cerceados pelo crescente poder dos executivos, o político, com mandato, teve de se adaptar aos "novos tempos". Virou assistente so-

cial, agenciador de emprego, prestador de serviços, pequeno satélite, girando na órbita dos astros-rei, que governavam os estados e o país. O deputado - tanto estadual como federal - perdeu a noção de força, a consciência do próprio valor pessoal, como parte de uma coletividade.

Está havendo uma reação. O parlamentarismo que se vai implantar no país é parte deste despertar de consciência. O deputado vai influir mais, vai decidir mais sobre o destino do país. Isto não é conveniente para quem pretenda ainda centralizar o poder de maneira quase ditatorial. Isto não é bom porque as decisões palacianas não serão tão reservadas. Vão ser discutidas, publicamente, em Plenário. O próprio tratamento entre membros dos poderes, será mais formal e desinteressado. Haverá relacionamento sem interferência ou subordinação.

! Não creio que a opinião pública esteja preocupada com o que ganha um deputado e com o que gasta um parlamentar para desempenhar o mandato eletivo. Existem, por aí,

centenas e centenas de craques, artistas e agentes ganhando, por mês, o que os deputados não ganham por ano. Talvez o Imposto de Renda possa relacionar quantos milhares de brasileiros, anônimos ou conhecidos, faturam, até na função pública, bem acima dos subsídios dos parlamentares, sem ter as mesmas obrigações de representatividade.

A preocupação do povo é com o custo de vida, com a casa própria, com a energia elétrica, com a escola e a saúde. Quando olha, para o céu, o brasileiro comum não está fiscalizando os aviões, que cruzam em diferentes direções, carregando ministros e governadores. Ele quer apenas sol ou chuva para sua lavoura. Sai do bolso do povo tudo o que se arrecada e se gasta, muitas vezes desordenadamente, em obras governamentais. De tudo aquilo que o povo paga, a menor despesa é com os seus representantes no Parlamento. O que eles representam do povo é de respaldo, para poder restabelecer a ordem. Não é o que todo o mundo quer?